

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JULIO DE MESQUITA FILHO”
CAMPUS DE OURINHOS

SAMIR EID PESSANHA

**UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DA QUESTÃO PALESTINA A PARTIR DO
PENSAMENTO DE FRIEDRICH RATZEL E CLAUDE RAFFESTIN**

**Ourinhos
2014**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JULIO DE MESQUITA FILHO”

CAMPUS DE OURINHOS

SAMIR EID PESSANHA

**UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DA QUESTÃO PALESTINA A PARTIR DO
PENSAMENTO DE FRIEDRICH RATZEL E CLAUDE RAFFESTIN**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examinadora para
obtenção do título de Bacharel em
Geografia pela Unesp – Câmpus de
Ourinhos.

**Ourinhos
2014**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão

Prof. Dr. Lucas Fuini

Profª Drª Noemia Ramos Vieira

Ourinhos, de dezembro de 2014

Dedico esse trabalho a meus pais, Alvaro
e Teresinha, às minhas irmãs Thamís e
Michelle e a minha avó Marina.

Agradecimentos

Como este trabalho é construído em cima de citações de vários pesquisadores, seguirei este mesmo formato para os agradecimentos. Se durante isto eu esquecer alguém, peço perdão.

Primeiramente, quero agradecer meus pais, Alvaro e Teresinha, que no mês de agosto de 2009 aceitaram a minha decisão de mudar de São José do Rio Preto para Ourinhos para cursar Geografia e não Letras, como eu sempre anunciei que era a minha vontade. Agradeço principalmente a Deus por ter deixado a minha mãe conosco, e por ter dado forças a ela na luta contra o câncer e por ter sido tão guerreira em me proteger durante este período, que coincidiu com meu intercâmbio na Europa. Muito obrigado por sempre me apoiarem em todas as minhas decisões e sonhos, espero nunca decepcionar vocês.

Às minhas irmãs Thamis e Michelle, que sempre me apoiaram, ajudaram e me protegeram de tudo. Obrigado principalmente por ter suportado todos os problemas e situações que surgiram que eu não pude estar presente para dar o meu apoio.

A Angélica, minha irmã ourinhense que ficou ao meu lado nesses cinco anos de curso. Muito obrigado pelas risadas, broncas, choros, desabafos e lições de culinária, me ajudou a me tornar uma pessoa muito diferente. Acho que sem a sua presença eu não teria conseguido fazer de Ourinhos o meu lar. E espero que todo este tempo em que nos ajudamos mutuamente para fazer o melhor curso possível retorne da melhor forma possível. Se isto não acontecer, tenho certeza que pelo menos tudo isto valeu a pena. Agradeço também aos seus pais Alexandre e Lucia e à sua irmã Leila, família esta que acabei pegando emprestado e hoje são pessoas muito especiais para mim.

Ao meu grande amigo e irmão Lucas (Seu Lunga), por ter morado comigo durante 4 anos e por ter agüentado todas as minhas músicas, estresses e manias. Também afirmo que sem a sua presença e amizade eu não teria conseguido chegar até o final do curso e espero que em um futuro próximo você deixe de ouvir Maria Bethania.

A Camilla (Pipa), minha outra irmã que Ourinhos veio a me dar. Não sei como agradecer as panquecas, os filmes, os conselhos, as extensas ligações, lágrimas e sonhos mirabolantes que compartilhamos durante estes anos. Muito obrigado por tudo, espero que as dificuldades da vida que todos os dias enfrentamos retornem com um futuro internacional que tanto sonhamos.

Aos meus grandes amigos Deborah, Cristiano (Jeba), Gabriel, Juliana (Feipa) e Zoé. Todos vocês são a minha família de amigos que Ourinhos veio a me dar. Fico muito agradecido por todo o tempo que compartilhamos, e peço perdão por estes meses em que me afastei por conta do TCC.

Aos meus companheiros de república e família Acasalar: Lucas (Seu Lunga), Renan (Marofa), Ivana (Shoyu), Guilherme (Gonzo), Touro, Victor (Ash), Andre (Rose) e Rafa. Peço desculpas por me agüentarem no dia a dia de república, e agradeço imensamente por terem sido meus amigos durante este tempo de convivência. Agradeço também ao meu amigo Washington (Piauí) pela amizade, conselhos e todo apoio dado a mim. Tenham certeza que lavarei um pouco de vocês comigo pelo resto da minha vida.

Ao Artur, meu último amigo que Ourinhos veio a me dar. Muito obrigado pelo apoio nesta pesquisa, pelas conversas, desabafos e risadas durante este tempo que te conheci. Sou imensamente agradecido por tudo.

Ao meu orientador Paulo Fernando Cirino Mourão, por ter acreditado na minha idéia e por toda a paciência e calma no mundo comigo. Muito obrigado por toda a ajuda na construção desta pesquisa, nos artigos, nas viagens que você me possibilitou, aos conselhos e pela amizade. E peço também desculpas pelas ligações em pleno domingo pedindo alguma informação que eu poderia ter pedido antes. Muito obrigado.

A professora Marta Luedemann, por ter sido a primeira por acreditar nas minhas idéias, pelas aulas magníficas e pela amizade no primeiro ano de faculdade. Muito obrigado.

A professora Carla Sena pela ajuda nas leituras da pesquisa, nas conversas metodológicas e pela amizade. A professora Maria Cristina Perusi, pelo imenso carinho comigo desde o primeiro ano. Ao professor Nelson Pedon pela orientação durante os poucos meses de PET. Ao professores da Universidade Clássica de Lisboa, em específico Francisco Roque de Oliveira, Isabel Margarida André, Mario Vale e Maria João Palma pelo apoio dado e pelas ótimas aulas durante a minha estadia na Europa.

A professora Beatriz Bissio da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela abertura dada a possibilidade da entrevista para esta pesquisa.

Às minhas grandes amizades criadas durante a minha estadia na Europa: Lara, Roni, Thobias, Juliana, Irina e Anna. Muito obrigado por terem sido a minha família durante aquele tempo.

Aos funcionários da UNESP que sempre me ajudaram em todos os problemas e atrasos que eu tive, sendo estes o Júlio, Adriana, Márcio, Alexandre, Jackson, Laryssa e Karina. Muito obrigado pela paciência e por todo o apoio.

E à minha avó Marina, que já não está comigo fisicamente há exatos sete anos. Devo a minha fé nos meus sonhos à senhora. Muito obrigado por tudo que você me ensinou.

Resumo

Esta pesquisa é fruto de uma inquietação acerca do papel da geografia nas análises sobre conflitos em seus diferentes desdobramentos. Elegeu-se o território para ser o conceito norteador de toda a pesquisa, pois este se mostra como conceito – chave da geografia para a análise desses conflitos. Optou-se pela escolha da questão palestina como estudo de caso, pois se trata de um conflito no qual o conceito de território mostra-se significativo e importante para a sua compreensão. A Palestina hoje se encontra desintegrada, o que leva a opinião acadêmica e pública a desconsiderá-la como um Estado de fato. Entretanto, a Palestina e a sua identidade encontram forças na discussão, na afirmativa de que se trata de um povo com reivindicações territoriais fundamentais para a sua autodeterminação. Portanto, buscar-se-á compreender a problemática dentro do âmbito da ciência geográfica, utilizando-se do território para apreender o máximo possível a realidade, no esforço de manter a questão ativa. O levantamento sobre o conceito de território será realizado a partir da escolha das obras de dois geógrafos, Friedrich Ratzel e Claude Raffestin, pois se acredita que a questão palestina exija uma visão geográfica dinâmica, sendo que supõe-se que a união entre geografia clássica e geografia crítica possa apresentar esta visão que o objeto demanda. Sendo assim, o objetivo maior deste trabalho é o de demonstrar a importância do olhar geográfico para desvendar os grandes temas da política contemporânea.

Palavras chave: Território, Palestina, Geografia Política

Abstract

This research results of a concern about the role of geography in the analysis of conflict in its various ramifications. Was elected the territory to be the guiding concept of the entire research, because it shows how this geographic concept works for the analysis of these conflicts. We opted for the choice of the Palestinian issue as a case study because it is a conflict in which the concept of territory proves meaningful and important to its understanding. Palestine today is disintegrated, leading to academic and public opinion to disconsider it as a possible future state. However, Palestine and its identity find forces through the discussion, in the assertion that this is a people with important territorial claims that justify its self-determination. So, this research will try to understand this issue with the scope of geographical science, using the territory to apprehend reality as much as possible in an effort to keep the Palestine issue active. The survey on the concept of territory will be held from the choice of works from two geographers, such as Friedrich Ratzel and Claude Raffestin, because it is believed that the Palestinian issue requires a dynamic geographic view, and a search that unites classical geography and critical geography can present this vision that the research demands. Therefore, the main goal of this work is to demonstrate the importance of geographical look to unravel the great themes of contemporary political sphere.

Key-words: Territory, Palestine, Political Geography

Lista de figuras

Figura 1. Os diversos ramos de estudo e ciências específicas	12
Figura 2. Mapa original do Tratado de Sykes – Picot	
Figura 3. Colônias sionistas na Palestina no início do Mandato Britânico, 1920	60
Figura 4. Evolução da situação territorial da região e a constante mudança dos controles territoriais.	80
Figura 5. Assentamentos na Cisjordânia	95

Lista de Tabelas

Tabela 1. Assentamentos e assentados na Cisjordânia	98
--	----

Lista de quadros

Quadro 1. Países que participaram da votação da Partilha da Palestina na Assembléia Geral da ONU em novembro de 1947	72
---	----

Lista de mapas

Mapa 1. Região de influência do conflito Israel-Palestina.	48
Mapa 2. Muro da Cisjordânia (2006).	88
Mapa 3. Aquíferos e Bacias Hidrográficas que abastecem Israel e Territórios Ocupados.	91

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. AS CIÊNCIAS SOCIAIS E SUA METODOLOGIA PRÓPRIA: A DIALÉTICA NA ANÁLISE POLÍTICO TERRITORIAL.....	11
3. ESTARIA O PESQUISADOR ENTRANDO EM UM TERRITÓRIO QUE NÃO LHE DEVE?	16
4. FRIEDRICH RATZEL E CLAUDE RAFFESTIN: DA GÊNESE À DISCUSSÃO DO O QUE SERIA REALIZAR A GEOGRAFIA POLÍTICA	21
4.1 Friedrich Ratzel: gênese e o papel a ser exercido pela geografia política moderna	22
4.2 Claude Raffestin: a necessidade de se repensar a geografia política do pós - guerra	38
5. PALESTINA HISTÓRICA E DIAS ATUAIS.....	47
5.1 A Palestina Histórica	49
5.2 Conceituando o “árabe”: a busca pela união	52
5.3 Origens do conflito: políticas territoriais, colonialismo e ideologia.....	57
5.4 O sionismo: o nacionalismo judaico aplicado ao território	62
5.5 O mandato britânico e a criação do estado de Israel	68
5.6 Conflitos, acordos e negação: o Estado de Israel na prática.....	74
6. UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DA QUESTÃO PALESTINA	82
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
8. REFERÊNCIAS	106
APÊNDICE	110

1. INTRODUÇÃO

A menção da palavra “colonialismo” pode soar como desconexa do contexto capitalista do século atual. Entretanto, a história serve, antes de tudo, para lembrar a humanidade da sua própria trajetória, e a geografia para a análise de como esta foi escrito no espaço. Pautando-se nesta afirmação esta pesquisa debruça-se sobre a problemática conhecida como “a questão palestina”, sendo esta adjetivada como uma questão fruto do colonialismo, e que se mantém como tal. A questão palestina refere-se à problemática internacional que veio a surgir com a Resolução 181 (II) de 1948 da Organização das Nações Unidas (ONU) conhecida como “A Partilha da Palestina”.

A espinha dorsal desta pesquisa, e o seu objetivo, é fundamentar-se no resgate histórico e na discussão do contexto atual para a aplicação do conceito de território e seus desdobramentos, focando no que foi desenvolvido por dois geógrafos: Friedrich Ratzel e Claude Raffestin. A junção dos dois autores, distantes na linha temporal, justifica-se primeiramente pelo papel destes na formulação e renovação da Geografia Política, e também por conta de que as especificidades que compõem a questão palestina encontram respostas em ambos, pois a problemática se arrasta por, oficialmente, 66 anos (1948-2014).

Sendo assim, essa pesquisa justifica-se por ser um esforço de resgate para a geografia de problemáticas, que devem fazer parte da sua competência explicar, e retornar à sociedade em forma de pesquisas. Portanto, como trabalho para a aquisição do título de bacharel em geografia, o objetivo da utilização do conceito de território para a compreensão do desenrolar da questão palestina.

No segundo capítulo da pesquisa será discutida a natureza da ciência, o tipo de pesquisa a ser realizado neste trabalho e o método escolhido para o seu desenvolvimento. Já no terceiro capítulo há a justificativa da escolha e existência deste tipo de pesquisa no contexto da geografia brasileira. O quarto capítulo consiste no resgate histórico acerca da história dos geógrafos escolhidos e suas principais contribuições para a ciência geográfica. O quinto capítulo configura-se na contextualização da questão palestina e suas nuances. No sexto e último capítulo, capítulo síntese, aplica-se o que foi desenvolvido pelos dois autores acerca do conceito de território à questão palestina, dando maior atenção às problemáticas voltadas ao Muro da Cisjordânia, a questão hídrica e aos assentamentos. A escolha por este tipo de divisão estrutural da pesquisa justifica-se pela necessidade encontrada de preparar o leitor para o capítulo de síntese, havendo, portanto a necessidade de explicar cada parte separadamente.

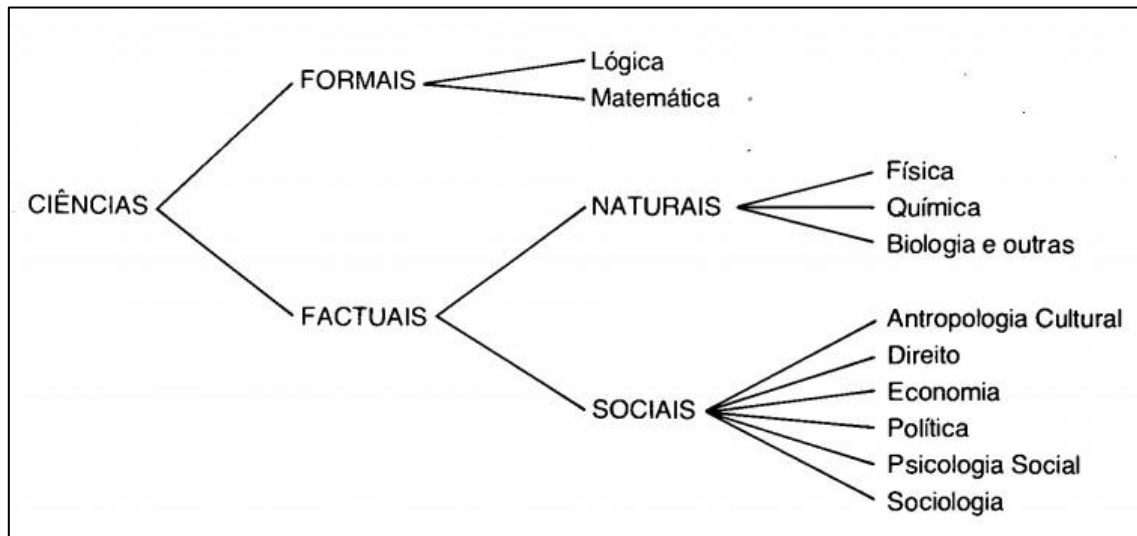
2. AS CIÊNCIAS SOCIAIS E SUA METODOLOGIA PRÓPRIA: A DIALÉTICA NA ANÁLISE POLÍTICO TERRITORIAL

A ciência consiste em um corpo teórico criado a partir da sistematização de conhecimentos, sendo um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que certo indivíduo, no caso o pesquisador, deseja estudar. Segundo Goldenberg (2009, p. 103) a ciência

[...] é um conjunto organizado de conhecimentos relativos a um determinado objeto obtidos através da observação e da experiência. Ao contrário do que muitos professam a ciência não é universalmente neutra, mas efeito de uma realidade particular. É um corpo de conhecimentos sistemáticos, adquiridos com um método próprio, em um determinado meio e momento.

Este corpo teórico de conhecimentos (figura 1) é datado e fruto das determinações e progressos da sociedade em que o pesquisador está inserido. Sendo assim, a ciência e os conhecimentos dela adquiridos não são absolutos e podem ser superados, demonstrando assim a principal característica da ciência, que é o de ser um processo.

Sendo assim, o que diferenciaria um cientista pesquisador e um leigo? Primeiramente, há a diferença entre o conhecimento e o que consideramos como senso comum, sendo que o que vem a diferenciar ambos é o fato de que o primeiro, para ser construído, segue as orientações de algum método. Portanto, Goldenberg (2009, p.104) o que diferencia “cientista e leigo é o processo de obtenção e transmissão de conhecimento. O conhecimento científico é organizado, crítico, claro e é submetido a uma série de controles que garantem uma alta probabilidade de ser verdadeiro”, sendo que o método científico é o que veio a organizar o conhecimento como um todo. Para Lakatos & Marconi (2003, p. 83) “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. A ciência e seus ramos de estudos possuem diversos métodos científicos que auxiliam no seu progresso, e ainda segundo Lakatos & Marconi (2003, p.83) “não há ciência sem o emprego de métodos científicos”. Para Goldenberg (2009, p.105) “a característica essencial do Método Científico é a investigação organizada, o controle rigoroso de suas observações e a utilização de conhecimentos teóricos”.

Figura 1: Os diversos ramos de estudo e ciências específicas

Fonte: Lakatos & Marconi (2003, p.81)

A pesquisa que será desenvolvida nos próximos capítulos tem como ponto principal a de se enquadrar na categoria de pesquisa qualitativa. Segundo Moresi (2003, p. 8) a pesquisa qualitativa

[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa parte do pressuposto de que, segundo Goldenberg (2009, p.16-17) não há “um modelo único de pesquisa para todas as ciências, baseado no modelo de estudo das ciências da natureza. [...] Afirmam (os pesquisadores) que as ciências sociais têm sua especificidade, que pressupõe uma metodologia própria”. Este tipo de pesquisa se fundamenta no que foi construído por outros autores que reagiram aos postulados do positivismo de Augusto Comte (1798 – 1857), que tinha como diretriz maior a unidade de todas as ciências, sendo que a pesquisa científica seria uma atividade neutra e objetiva, que teria como objetivo a busca de leis gerais para os fenômenos tanto físicos quanto sociais, sendo que o corpo metodológico para todas as ciências deveria ser o mesmo, ou seja, a metodologia das ciências naturais seria a principal via de análise.

Segundo Arcassa (2011, p. 16), o filósofo alemão Wilhelm Dilthey (1833-1911) “foi um dos primeiros a criticar o uso da metodologia das ciências naturais pelas ciências sociais, em função da diferença fundamental entre os objetos de estudos das mesmas”. A partir da criação de dois conceitos, este filósofo diferenciou o método das ciências naturais (*erklären*), que tem como

objetivo o de encontrar generalizações e a descoberta de regularidades, do das ciências sociais (*verstehen*), que visa a compreensão interpretativa das experiências dos indivíduos dentro do contexto em que foram vivenciadas. Sendo assim, os fatos sociais não podem ser analisados de forma a se esperar uma quantificação, já que cada caso é dotado de sua singularidade, sendo esta constituída de emoções, valores, subjetividades que são estritamente ligadas ao fato de estarmos lidando com fatos sociais frutos das relações sociais. Portanto, as ciências sociais devem se preocupar com a compreensão de casos particulares e não com a formulação de leis generalizantes, como fazem as ciências naturais (GOLDENBERG, 2009).

O sociólogo alemão Max Weber (1864 – 1920) também representou, através de sua obra, uma ciência crítica contra os postulados positivistas. Para Weber, o interesse da ciência social seria o de analisar o comportamento significativo dos indivíduos engajados na ação social, sendo que os cientistas sociais que pesquisam estas ações são eles próprios, sujeito e o objeto de suas pesquisas. Sendo assim, Weber “se opõe à visão positivista da objetividade e de separação radical entre o sujeito e o objeto da pesquisa, é natural que cientistas sociais se interessem por pesquisar aquilo que valorizam”. (GOLDENBERG, 2009, p.19).

Esta discussão filosófica e metodológica mais geral que foi desenvolvida serviu para afirmar que as pesquisas sociais possuem técnicas e métodos qualitativos próprios para fundamentar suas pesquisas.

Partindo do que foi exposto, o presente trabalho possui como método norteador para o seu desenvolvimento o método dialético. Para Reale & Antiseri (2007, p. 805-806)

[...] método dialético nos proíbe olhar para fatos fracionados, atomizados, não vinculados a uma totalidade [...] a sociedade deve ser estudada como um todo: não a compreendermos se estudarmos somente este ou aquele aspecto, mas somente se soubermos perceber as conexões profundas que ligam dialeticamente fatos e acontecimentos entre si.

Para o método dialético, o pesquisador só conseguirá apreender o real a partir do momento em que ele compreender que este se constrói por meio das noções de totalidade, mudança e contradição. A primeira noção, a de totalidade, se refere a percepção de que a realidade se encontra interrelacionada e interdependente. Segundo Reale & Antiseri (2007, p. 806) a categoria da totalidade

Não suprime os aspectos ou elementos individuais de um acontecimento, mas, muito mais tende a subtraí-los ao seu isolamento, não os considerando mais como átomos vagantes no processo histórico e não os vendo como estáticos, autônomos ou independentes um do outro [...].”

Já a categoria de mudança é a noção de que a sociedade não se encontra estagnada, que a mudança é o movimento que alimenta o movimento. Já a contradição é o motor das mudanças. Portanto,

[...] para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está "acabada", encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro. Por outro lado, as coisas não existem isoladas, destacadas uma das outras e independentes, mas como um todo unido, coerente. Tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente. (LAKATOS & MARCONI, 2003, p. 101)

Portanto, a dialética enxerga o mundo como um conjunto de processos, sendo estes todos interligados, interdependentes, concedendo a realidade uma aparente sensação de movimento, sendo o motor deste as contradições inerentes à relação entre sociedade e a natureza. O método dialético será usado neste trabalho por acreditar que este permite à análise apreender os jogos de poder entre os atores territoriais e de que forma isto está sendo representado dentro do território da Palestina. Cada território é o retrato singular do embate das forças de poder, sendo estas representadas pelas políticas territoriais ou lutas armadas por territórios, por exemplo. Somente a noção de interdependência de todos estes objetos dentro de um dado contexto histórico, e da contradição como força que irá ditar a permanência ou não destes objetos fará com que a seguinte pesquisa consiga atingir os objetivos que lhe foram propostos.

A discussão filosófica e metodológica serviu como base para reforçar a noção de que as ciências sociais possuem métodos próprios dentro da ciência como um todo. Serão estes métodos que auxiliaram as ciências sociais na compreensão de seus objetos de pesquisas. A análise do objeto de estudo de cada ciência leva ao encontro de diferentes problemáticas. Entretanto, o que é uma problemática?

Segundo Raffestin (1993, p.29) a palavra “problemática” é uma palavra polissêmica, ou seja, possui significado diverso, entretanto, o autor elucida três significados para a palavra.

- a) Conjunto de problemas próprios a um tema. Por exemplo, a problemática urbana interessam os problemas específicos da cidade.
- b) Modo de colocar um conjunto de problemas relativos a uma questão particular.
- c) Mecanismo que consiste em determinar, antes de qualquer análise, o estatuto de inteligibilidade capaz de justificar um sistema.

No caso particular deste trabalho, os três significados dados pelo autor encaixam-se no objetivo deste trabalho. É importante frisar que o terceiro significado é o mais completo de todos, é o que se constitui exatamente no que é pretendido aqui; ou seja, a criação de um sistema de dados,

fatos justificados por leituras espaços-temporais que sejam capazes de no final aparecer ao leitor como um corpo relacional que torne possível apreender uma visão parcial, fundamentada por um conceito chave, acerca da problemática escolhida. Desta forma, a criação deste sistema faz com que se subentenda que a problemática escolhida para o desenvolvimento deste trabalho necessita de um levantamento de dados que leve o leitor a analisar de forma relacional. Entretanto, o que seria desenvolver um trabalho a partir de uma problemática dita relacional? O desenvolvimento do positivismo dentro das ciências fez com que a estratificação nas diversas disciplinas fosse visto como algo necessário. Isto se tornou também normal ao homem. Não é possível afirmar que o presente trabalho se constituirá na solução deste fato. Contudo, o seu propósito é enlaçar todos os fatos e autores aqui apresentados a problemática inicial, tornando possível assim uma leitura em que todos os elementos sejam interdependentes e relacionados.

Sendo assim, a problemática escolhida para esta tarefa é a que diz respeito ao que conhecemos como a “questão palestina”. Esta pesquisa possui como objetivo principal realizar uma análise do conflito árabe-israelense que tenha o conceito de território como elemento chave para a compreensão dessa problemática. Realizar-se-á levantamento bibliográfico acerca do conceito de território para posteriormente aplicá-lo na análise da problemática, ensejando apreender, com o uso do método dialético, as diversas contradições e embates que fizeram com que o território da Palestina, hoje conhecido como o Estado de Israel, fosse palco de uma de um dos conflitos mais emblemáticos que se iniciou no século passado e permanece atualmente. Para complementar o objetivo traçado, foi efetuado uma entrevista com a professora doutora Beatriz Bissio, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

3. ESTARIA O PESQUISADOR ENTRANDO EM UM TERRITÓRIO QUE NÃO LHE DEVE?

O presente trabalho de conclusão de curso consiste em um levantamento bibliográfico acerca do conceito de território dentro do desenvolvimento da ciência geográfica e posteriormente a aplicação das informações levantadas sobre este conceito em cima de um estudo de caso específico, sendo este a Questão Palestina.

O levantamento bibliográfico acerca do conceito de território não será feito de forma aleatória, possuindo um direcionamento e objetivo. Este será realizado a partir da contribuição de dois geógrafos escolhidos, sendo estes o cientista e geógrafo por atividade prussiano Friedrich Ratzel (1844-1904) e o geógrafo suíço Claude Raffestin (1936). O foco deste esforço é apreender o que foi desenvolvido por estes dois cientistas, e trará também o que foi adicionado ao conceito por outros pesquisadores. A escolha destes dois autores justifica-se, primeiramente, pelo fato de ambos os geógrafos serem considerados como cânones da Geografia Política, sendo o primeiro autor o representante da Geografia moderna e responsável por desenvolver pesquisas a partir de uma Geografia Política dinâmica, possuidora de um corpo conceitual e objeto próprio, auxiliando na distinção entre a Geografia Política e as Ciências Políticas. Já o segundo geógrafo, Claude Raffestin, faz parte do grupo de geógrafos que através de suas pesquisas acabaram por transformar a Geografia que vinha sendo desenvolvida até meados dos anos 60, que era conhecida por ser uma Geografia dita Quantitativa, em uma ciência que posteriormente será adjetivada como Geografia Crítica, com fortes fundamentos marxistas e procurando analisar o impacto do capitalismo no espaço geográfico durante os avanços da globalização, levando em conta todas as perspectivas de análise, como a econômica, política, social e posteriormente a cultural. Raffestin como geógrafo pertencente deste movimento é responsável por desenvolver, principalmente por conta de sua principal obra “Por Uma Geografia do Poder” (1980) uma Geografia Política que analisa o território sendo o espaço geográfico apropriado e transformado através das relações de poder, tanto a partir somente do Estado quanto de outros atores territoriais.

A Geografia Política de Raffestin em muito rompe com a Geografia Política clássica. Entretanto, a junção das contribuições destes dois autores na análise e discussão da problemática escolhida não se constitui em um erro acadêmico, mesmo ambos os autores possuindo posições diferentes acerca de sua análise sobre a influência da Política no espaço geográfico. A Geografia Política de Raffestin é considerada como um avanço da Geografia ratzeliana, pois Raffestin diferentemente de Ratzel enxerga o território sendo transformado e apreendido não somente pelo

Estado, mas também por diversos outros atores territoriais, tais como as grandes empresas ou grupos sociais fortes. Portanto, ambas resguardam em si pontos de vista e análises que valem à pena serem consideradas para o tipo de pesquisa proposta. A análise ratzeliana acerca do comportamento do Estado e suas políticas ainda dizem muito sobre a maneira pela qual o antigo jogo colonial entre Estados funcionava e ao mesmo tempo nos permite compreender e perceber resquícios destas antigas lógicas no jogo territorial de poder entre as nações modernas. Já análise do território feita por Raffestin possibilita analisar processos político-territoriais como resultados de incessantes transformações iniciadas a partir de específicas ações, que se irradiam em todas as instâncias.

A problemática anteriormente referida se constitui no ponto central da discussão deste trabalho de conclusão de curso, e diz respeito ao que é comumente conhecido como “a questão palestina”. A questão palestina se refere ao arcabouço histórico - teórico referente ao conflito deflagrado na região do Oriente Médio pós II Guerra Mundial, mais exatamente no território que comumente era conhecido como Palestina, que posteriormente ao ano de 1948 passou a ser chamado de Israel por decisão da ONU. Com a consolidação do Estado de Israel, o território passou a ser administrado por representantes do povo judeu, o que culminou na Guerra da Independência, entre os Estados árabes e o recém nascido Estado judeu. Há anos o conflito palestino – israelense é analisado a partir de prismas já conhecidos por todos – por exemplo, o econômico, religioso ou político – entretanto, o prisma territorial passou anos sem ser discutido. Para além das possíveis razões para este fato, o que vale a ser lembrado é que a própria geografia só permitiu a abertura para estes tipos de assuntos a partir da década de 80, quando a geografia crítica já estava aos poucos se consolidando.

A tendência do Estado de Israel de fomentar políticas de expansão territorial a altos custos e ignorando regras de acordos internacionais, a anexação de certas áreas consideradas estratégicas, posição dos assentamentos judaicos, a não disposição de aceitar outros atores que não sejam a Autoridade Nacional Palestina (ANP) para a disposição de novos acordos, alguns destes elementos que compõem a questão palestina encontram na Geografia uma possibilidade de análise. Aliar a análise sobre a questão palestina a partir do conceito de território torna esta problemática como algo que exige diferentes visões do objeto estudado e que no findar possam ser sobrepostas e sintetizadas a fim de formar um produto final satisfaça o que foi proposto. Portanto, Geografia Clássica e Crítica serão utilizadas de forma combinada, salvo as suas diferenças e aplicabilidade, acreditando que a partir desta postura se é capaz de gerar um produto final que possuirá chances de abordar uma problemática que se justifica a partir do território. Se a máxima de que para compreender o

território é necessário que o pesquisador seja capaz de perceber a dinâmica e os diversos atores que o constituem for verdadeiro, seria então um erro infundado o apreender apenas a partir de uma perspectiva. O território é construído a partir e sob o espaço e o tempo, portanto, torna-se necessário o analisar a partir do máximo de visões e posições que forem possíveis de se combinar.

Essa visão a partir do território pode trazer novas leituras [...] a dimensão política e militar desse conflito é forte. É de fato ideológica, de certa forma. São questões que talvez para o senso comum, para o grande público, principalmente se pensarmos nos aspectos que a mídia torna mais relevantes ou analisa com mais frequência, esse seria algumas dimensões do conflito que aparentemente seriam mais fáceis de trabalhar do que a questão do espaço, que é uma questão mais complexa que implica em um conhecimento inclusive mais profundo dos fatos, porque muitas vezes na mídia, e eu tenho uma longa carreira jornalística, muitas vezes as avaliações e as análises são feitas com elementos às vezes muito superficiais dos conflitos, e não no aprofundamento. Não era o tipo de jornalismo que eu fazia, e nem a equipe do caderno do terceiro mundo, que foi a revista que eu ajudei a fundar e que eu acabei depois me tornando diretora, mas estou lhe falando em geral como trabalha a mídia, sobretudo a mídia comercial. Então a dimensão territorial é uma dimensão que exige todo um aprofundamento de conhecimento, de leitura, de leituras teóricas e também porque não análises *in loco*, que muitas vezes estão ausentes das pesquisas apresentadas sobre o conflito (BISSIO, Beatriz, 2014) ¹

Cabe a indagar acerca da maneira pela qual se construiu maneiras que possibilitaram ignorar uma abordagem geográfica acerca da problemática, sendo que o fato de que é em dado espaço e tempo circunscritos que o território nasce, e que essa existência histórico-espacial lhe concedeu análises diversas e história própria, o que o torna em um conceito possuidor de grande amplitude (econômico, político, cultural, social), e histórico-espacial, o que permite uma análise que traz a luz diversas especificidades que contribuem para a análise. Portanto, o que se propõe então é uma tentativa de compreender o território de forma dinâmica utilizando-se da Geografia, em uma tentativa de unir a Clássica e a Crítica, para fundamentar a análise acerca dos conflitos territorializados no espaço geográfico do território de Israel, na tentativa de trazer a análise para mais próxima da Geografia, destacando a participação do geógrafo como cientista que se propõe a fazer ciência a partir da leitura do espaço geográfico ao propor uma leitura diferente acerca da problemática, questiona-se a postura de alguns geógrafos que não acreditam ser da responsabilidade de geógrafos, principalmente brasileiros, de se fazer este tipo de pesquisa.

¹ Entrevista concedida pela Profª Drª Beatriz Bissio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), no dia 22 de maio de 2015. A professora é jornalista, historiadora e cientista política, tendo acompanhado o Oriente Médio, e consequentemente a questão palestina por mais de vinte anos, tanto através do Caderno do Terceiro Mundo, publicação esta que ela é uma das fundadoras, quando academicamente. Bissio entrevistou várias das mais importantes lideranças políticas e intelectuais das últimas décadas, como Nelson Mandela, Agostinho Neto, Samora Machel, Julius Nyerere, Fidel Castro, Yasser Arafat, Sean McBride e atualmente é chefe do departamento de Ciência Política e coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre África, Ásia e as Relações Sul-Sul (NIEAAS) da UFRJ.

Bom, eu acredito que o fato de nós não sermos palestinos ou não sermos chineses, ou africanos não nos impede de honestamente nos debruçarmos no estudo dessas realidades. A mim me resultou uma chave, vamos dizer assim, para compreender melhor essas realidades, que de fato me eram distantes a *priori* do meu mundo. Primeiro reconhecer que não era meu mundo, segundo não tentar, pelo menos, ir ao encontro dessa realidade cheio de preconceitos, com uma visão já a *priori* que eu iria encontrar, ou seja, me permitir a omitir o estado de ignorância para poder me abrir a essa realidade a partir deste desconhecimento, meio tabula rasa. Muitas vezes as pessoas se tornam juízes de realidades que nem conhecem, já estão logo dizendo “como este país deve ser, deveria ser, o que deveria ser o governo”, é uma atitude muito arrogante de ocidente, ou de alguns elementos do ocidente, também não vamos ser injustos de colocar tudo no mesmo patamar. E por outro lado para mim também foi muito importante procurar olhar essas realidades a partir das análises que são feitas pelos seus estudiosos.

Então, pessoalmente, acredito que é possível sim contribuir, nós, para uma compreensão no nosso mundo dessa realidade desde que cumpridas estas condições, que pelo menos foi o que eu tratei de fazer, seja quando eu atuei como jornalista, seja hoje o que procuro fazer na minha situação de acadêmica, professora, pesquisadora quando por exemplo eu leciono disciplinas letivas com a temática do oriente médio contemporâneo, e primeiro eu foco sempre a história, sempre começo por dizer, alertar os alunos que é impossível compreender a temática de qualquer região, e particularmente do oriente médio nesse início de século XXI se não tivermos uma bagagem de conhecimentos mínima que seja do que foi a história dessa região e em particular dentro de um contexto histórico maior o século XIX e XX. Impossível. Porque todo o legado desse histórico colonial, do desmembramento do império otomano, do que isso significou para o islã, que tinha sido um grande império por tantos séculos, sem compreender esse choque e o trauma do momento em que se vivencia a colonização e posterior construção de Estados, em grande medidas artificiais, que não respondiam mais a um interesse do colonialismo em preservar, pelo menos de forma indireta um controle da região, do que a realidades endógenas. Então colocado tudo isso, e tendo como referências bibliográficas produções de autores da região, com os quais a gente se identifica com os quais nós podemos criar credenciais que permitem que sejam referências para nós, como é o caso de Said, mas não exclusivamente, é possível sim, não vejo nenhum problema. Ao contrário, é desejável, penso eu que haveria de ter, pesquisadores no Brasil, na América Latina dessa temática. (BISSIO, Beatriz, 2014)

A questão palestina ecoa como sendo uma das questões representantes do neocolonialismo. A geografia como a ciência do espaço deveria ser a primeira a ser chamada para analisar estas problemáticas, pois o neocolonialismo, para existir e se manter parte de uma premissa: a apreensão e reprodução no espaço. A ciência geográfica, com suas renovações, e principalmente a geografia brasileira, tornou-se uma ciência exemplar na compreensão crítica do espaço geográfico do mundo globalizado. A questão palestina tornou-se um conflito que devido a sua longa duração acabou por ser influenciada pelos elementos do mundo contemporâneo, sendo a luta palestina pelo seu direito de existir e de possuir um território nacional reconhecida como uma das lutas dos povos do chamado “terceiro mundo”. Entretanto, ainda reside na mente de diversos pesquisadores e cientistas

das ciências humanas a dúvida acerca da razão pela qual há a necessidade de se refletir e desenvolver pesquisas sobre a questão palestina, ainda mais pesquisadores que se encontram geograficamente distante do conflito.

Imersos em um mundo dito globalizado, que se caracteriza por possuir uma grande rede que conecta as relações comerciais, culturais, sociais e políticas, não há mais espaço para a omissão frente a diversas problemáticas mundiais. Cada vez mais os diversos Estados são chamados a intervir em diversos espaços e a participar e agir através de diversos órgãos criados para se tratar de assuntos das Relações Internacionais, tais qual a Organização das Nações Unidas (ONU), A Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e outros órgãos de escalas regionais, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a União Européia (EU). São nestes espaços que os Estados irão discutir as melhores maneiras de avançar com suas políticas em comum e de discutir problemáticas que fogem às regras estabelecidas nestes espaços para a convivência internacional.

Sendo assim, um conflito que se arrasta há mais de 70 anos (assumindo que as origens do conflito são anteriores a 1948), ainda ocorrendo nos tempos atuais necessita de reflexões e discussões. O Brasil no século XXI é um dos principais atores geopolíticos da América do Sul, e ganha mais espaço dentro da arena internacional de discussão dos outros Estados, principalmente com o advento do grupo intitulado BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Há sim a necessidade de se discutir e desenvolver pesquisas dentro desta área, da mesma forma como em assuntos ditos nacionais. Tudo isto é uma questão de escala, pois pesquisas acerca da questão palestina encontram-se na escala global, esta que faz parte da função do geógrafo de discutir e analisar.

4. FRIEDRICH RATZEL E CLAUDE RAFFESTIN: DA GÊNESE À DISCUSSÃO DO O QUE SERIA REALIZAR A GEOGRAFIA POLÍTICA

O presente capítulo pode ser visto como um conjunto de páginas que se enquadram no esforço dos geógrafos e cientistas que vieram posteriormente aos anos 60, época conhecida como a renovação da Geografia Política, sendo este esforço baseado na discussão das bases que vieram a fundamentar a Geografia Política, no findar da II Guerra Mundial veio a ser marginalizada por diversos motivos. O intuito é o de abordar estas bases, discuti-las e apreender os avanços que a geografia desenvolvida por estes autores possuiu na sua época, nunca ignorando o contexto histórico em que estas foram desenvolvidas e entendendo a maneira pela qual o espaço e o tempo são elementos primordiais para se entender o porquê de certas discussões e teorias. A pesquisa bibliográfica realizada neste capítulo serve como ponto inicial para o que vem a ser desenvolvido posteriormente no trabalho, que é aplicar partes das discussões e conceitos destes autores para entender a problemática central proposta. Portando, supõe-se que há aplicabilidade de certos autores para compreender o desenlaço de certas situações atuais.

4.1 Friedrich Ratzel: gênese e o papel a ser exercido pela geografia política moderna

É possível delimitar o início da Geografia a partir do que foi desenvolvido com os gregos, basta observar os estudos do geógrafo Greco – romano Estrabo e suas leituras acerca da super população do Império Romano. Já a sub-área da Geografia, a Geografia Política, que é o ponto de interesse da nossa discussão, ganhou corpo e nome com o advento da obra “*Politische Geographie*” (1897) do geógrafo Friedrich Ratzel, este que posteriormente passou a ser considerado como pai da Geografia moderna e integrante do dito grupo de autores “clássicos” da ciência geográfica. Todas essas gratificações e peso dentro do contexto de formulação da Geografia como ciência no século XIX fizeram com que Ratzel possuísse inúmeros seguidores que vieram a reformular e repensar sua obra.

Entretanto, como todo cientista responsável por fundamentar alguma ciência, a geografia ratzeliana também encontrou duras críticas acerca da sua fundamentação, sendo que estas o incluíram no hall dos cientistas que tiveram interpretações errôneas ou precipitadas de suas idéias por terceiros, principalmente através de leituras que o estigmatizam como um geógrafo determinista gerador de uma geografia a favor do Estado e do colonialismo e posteriormente como um dos responsáveis por desenvolver uma ciência que encontrou espaço nas formulações dos cientistas a favor de regimes políticos extremistas, como o do Estado nazista.

O lugar e a importância da obra e das idéias de Friedrich Ratzel, no desenvolvimento da institucionalidade científica, está longe de receber um tratamento de unanimidade por parte de observadores e analistas desse processo. Em especial, nas análises produzidas por geógrafos e antropólogos, interessados em recompor arqueologias de suas áreas de conhecimento, tratamentos muito distintos têm sido observados, quando se trata de aquilatar o papel desempenhado por Ratzel no desenvolvimento e na institucionalização acadêmico – científica da geografia e também da etnografia e etnologia.

Quanto ao tema, não são raras as omissões ou negligências cometidas, mas, em nossa opinião, as segundas têm se sobressaído às primeiras.

São comuns os reducionismos e simplificações do pensamento ratzeliano, que em alguns casos é resumido apenas à lembrança dos possíveis equívocos cometidos, pelo pensador alemão, ao teorizar sobre as relações homem – natureza, ou ao defender suas crenças sobre a evolução dos processos civilizatórios. No primeiro caso, Ratzel teria sido um determinista ambiental incorrigível e, no segundo, um anti – evolucionista adepto de teses combatidas e desgastadas, como as do difusionismo, ou acertadamente condenadas, como as da superioridade civilizatória dos brancos caucasianos. (CARVALHO, 1997, apud ARCASSA, 2011, p. 31)

Mesmo sendo considerado por alguns autores como o responsável pela formulação de “uma geografia do homem [...] sendo o precursor da própria geografia humana” (MORAES, 1990, p. 7), a geografia ratzeliana desenvolveu-se ao longo de debates e críticas de outros autores, como do

possibilista Vidal de La Blache, sendo que a geografia francesa deve muito ao embate desses dois autores. Para fugir de interpretações errôneas, que permanecem fundamentadas somente da crítica pela crítica, em Hegel apud Marcondes (2010, p.223) afirma que “[...] o que quer que aconteça, cada individuo é sempre filho de sua época; portanto a filosofia é a sua época tal como apreendida pelo pensamento”. Ou seja, o homem nada mais é do que o fruto da época em que está inserido. O tempo e o espaço serão os fatores que irão moldar seus posicionamentos políticos e culturais, o tornando único. Sendo assim, a interpretação acerca da obra ratzeliana só será verdadeira e frutífera a partir do momento em que os processos históricos que estavam a agir no espaço geográfico e que vieram a influenciar o homem sejam analisados como componentes principais a ditar o legado deixado pelo homem de referida época, no caso, o cientista Friedrich Ratzel.

Para compreender sua obra torna-se imprescindível apreender que o momento histórico pelo qual a Alemanha estava passando (o que também demonstra a função principal dada à geografia pelos Estados nacionais). Toda a obra ratzeliana é um reflexo dos esforços de desenvolver uma ciência geográfica que viria a justificar o expansionismo e unificação alemã.

Observa-se que o Autor vivenciou o processo de formação do Estado moderno alemão, tendo escrito a maior parte de seus trabalhos no período bismarckiano de consolidação desse Estado. [...] Sua teorização atua no sentido de legitimar o projeto expansionista, seja através de uma naturalização da guerra e da competitividade entre as nações, seja pela apologia do Estado existente em suas obras. (MORAES, 1990, p.20)

Friedrich Ratzel teve sua formação em farmácia e zoologia. Segundo a bibliografia consultada, foi durante os seus estudos no nível superior na Universidade de Jena que Ratzel entrou em contato com a obra científica que viria ser o ponto máximo de influência para o restante do seu trabalho: “A Origem das Espécies” (1859), de Charles Darwin. Após a conclusão do ensino superior, Ratzel se alista nas tropas alemãs em 1870 e graças a isto acaba viajando para a Itália (1872) e aos Estados Unidos (1873), viagem esta que viria a influenciar a obra posterior do cientista. No ano de 1876, Ratzel acaba por entrar como professor de Geografia na Universidade Técnica de Munique, defendendo uma tese intitulada *Die Chinesische Auswanderung* (A Emigração Chinesa). Em 1886 acaba por entrar na Universidade de Leipzig. Ratzel foi um dos principais cientistas a dedicar a sua obra científica para debater qual seria o lugar daquela Alemanha que estava vindo a nascer no século XIX. O cientista foi membro fundador do Comitê Colonial (Kolonialverein), sendo este o responsável por engendrar os estudos do prussiano sobre outros continentes que viriam a ser de interesse do Estado europeu, como a África. Posteriormente, Ratzel publica suas principais obras: “Estudo sobre os espaços políticos” (1895), “Estado e solo” (1896),

“Geografia Política” (1897), “Alemanha – Introdução a uma ciência do país natal” (1898) e a síntese de todo seu trabalho em “A Terra e a vida – uma geografia comparada” (1902).

Para Castro (2005) é necessário enxergar o contexto histórico espacial da obra e vida de Ratzel a partir de duas dimensões. A primeira, segundo a autora, se encontra no ambiente político, que por ser nos séculos XVIII e XIX dizem respeito ao

[...] momento histórico de consolidação dos Estados nacionais na Europa, cujas disputas territoriais se estenderam por esses séculos. No caso particular da Alemanha, ocorreram prolongadas negociações e guerras para a unificação dos Estados germânicos, finalmente alcançada com a liderança de Bismarck em 1870. (p.70)

A geografia ratzeliana pode ser vista como estritamente uma geografia desenvolvida para servir ao Estado alemão que estava por nascer com a unificação liderada por Bismarck. Este Estado que viria a nascer a partir da unificação territorial necessitava de uma ciência específica que viesse a justificar os esforços de guerra e conquistas que viriam a ocorrer com a unificação e criação do Estado alemão tardio. Dessa forma, justifica-se a geografia política e territorial criada por Ratzel, e é exatamente a segunda dimensão elencada por Castro (2005), que é a dimensão política filosófica.

A dimensão filosófica diz respeito ao ambiente filosófico que estava surgindo juntamente com o jovem Estado unificado alemão. É o ambiente influenciado pelas obras de Hegel, pela sociologia e pela biologia de Charles Darwin. Ou seja, segundo Castro (2005) “[...] Estado, território e sociedade estavam na ordem do dia das reflexões e das ações concretas das nações européias no século XIX”. Portanto, a geografia ratzeliana é aquela que tenta explicar como se dá o modo pelo qual a sociedade se apropria da natureza para estabelecer as suas fronteiras e políticas, sendo o ponto mais importante da obra de Ratzel o de ter demonstrado a importância do sentimento geográfico nas ciências sociais. O fomento da Geografia Política foi responsável, segundo Castro (2005) por dar as discussões sobre Estado um componente espacial, geográfico, pois “[...] esta (a ciência política) sempre se absteve de qualquer consideração espacial, de qualquer comparação entre Estados ou parte deles. É nesta lacuna que a geografia política justifica sua existência [...]”. Ainda segundo esta autora Ratzel foi responsável por desenvolver uma Geografia Política que possuísse como elemento primordial o componente espacial sendo influenciado e transformado a partir e pela política. Esta geografia encontrou nas políticas estatais um lugar resguardado, por conta da sua análise e característica de cunho territorialista, o que fez com que o Estado viesse a utilizar-se desta Geografia Política ratzeliana a fundo.

A obra de Ratzel é direcionada a explicar a maneira pela qual surge e age o que Raffestin (1993) irá chamar de Poder (com “P” maiúsculo), que é a força exercida pelos aparatos do Estado e

seus atores territoriais; é a apreensão e a transformação do conteúdo do território ao gosto do ator territorial que mais exercer poder dentro das relações territoriais.

Ratzel foi o iniciador da geografia política no sentido que esta passou a ter desde o final do século XIX até o presente, isto é, como um conjunto de temas interligados: Estado e território, as origens do Estado e as suas relações com o seu espaço físico, a política geográfica ou territorial, a cidade-capital e as suas funções, as relações entre a política e os meios de transportes e de comunicações, o exercício do poder no e com o espaço, os atores políticos e as suas territorialidades, etc. (VESENTINI, 2010, p. 128)

Portanto, a geografia ratzeliana demonstrará que o território quando apreendido pelo Estado não irá se constituir em somente um trunfo, mas sim na “[...] própria essência do processo” (CASTRO, 2005, p.71), sendo este processo e a descrição de suas consequências o ponto principal da Geografia Política desenvolvida por Friedrich Ratzel na Alemanha do século XIX. As próximas páginas têm por objetivo se debruçar sobre as principais contribuições da geografia política ratzeliana acerca do conceito de território e seus desdobramentos.

A obra de Friedrich Ratzel é conceitualizada por conta de, entre outros fatores, ser no século XIX uma obra geográfica multidisciplinar, não focando somente na geografia, como também na etnologia, ciência política e etnografia. Sua principal preocupação era explicar questões essenciais para o conjunto das ciências humanas. Para isso, o autor construiu uma obra diretamente influenciada pelos mestres da geografia tradicional Humboldt e Ritter; também por Oskar Peschel e Ernst Haeckel e, principalmente, por Charles Darwin e os seguidores do chamado “darwinismo social”. Para o autor, a geografia tinha como idéia principal a de compreender a influência que as condições naturais impõem à história do homem e ao desenvolvimento da sociedade, tendo o Estado como o representante maior e sujeito principal a ser estudada para se apreender a maneira pela qual todo esse processo se deu.

Do mesmo modo que a onda quebra sempre da mesma maneira contra determinada forma de rocha, ocorre também que determinadas condições naturais impõem ao movimento da vida sempre as mesmas vias e, renovando-se sempre perenemente, colocam sempre e no mesmo sentido obstáculos ou limitações. Por isso, a importância dessas condições naturais vai além daquela que o lugar adquire em função de um acontecimento histórico singular [...]. Quanto mais elevado é o ponto de vista a partir do qual deriva a corrente da humanidade, e tanto melhor se reconhece a importância que sem na história o elemento geográfico do qual falamos. É precisamente sobre esta importância que se apóia o direito da geografia de investigar as condições naturais em meios às quais os acontecimentos históricos se desenvolveram. (RATZEL in: MORAES, 1990, p.33).

A geografia deveria ser dividida em três grandes campos de pesquisa: a geografia física, a biogeografia e a antropogeografia. Estes três campos da pesquisa geográfica são concebidos como

estudos sintéticos, que deveriam buscar relações entre os diversos fenômenos, e explicativos, subdividindo-se posteriormente em variadas geografias especiais – tópicas e descritivas. A “antropogeografia”, a dita geografia do homem, ratzeliana se divide em três principais temas: a) influência das condições naturais sobre a humanidade, b) a distribuição das sociedades sobre o globo e c) a formação dos territórios.

O objeto da antropogeografia, na definição de Ratzel, também apresentaria uma tríplice repartição. O tema mais fundamental de indagação dos geógrafos seria o da questão da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade [...] O estudo de ação de tais elementos (os ambientais) sobre a evolução das sociedades seria o objeto primordial da pesquisa antrogeográfica. (MORAES, 1990, p.9).

Esta tríplice repartição da “antropogeografia” proposta do Ratzel seria então a responsável por elucidar as diversas questões acerca da distribuição das sociedades humanas nos diversos espaços geográficos do planeta, sempre levando em conta a influência do meio no estabelecimento dos mesmos. Segundo o geógrafo alemão, a história havia conseguido descrever esta relação de influência, entretanto somente as ciências naturais teriam sido bem sucedidas ao criar leis gerais para estas descrições. Portanto, caberia a geografia alemã do século XIX, renovada por Karl Ritter (1779 – 1859), a se tornar a ciência responsável por desenvolver este tipo de estudos.

Se considerarmos o homem dentro do quadro geral da vida terrestre, não nos será possível compreender o papel que ele ocupa na Terra, a não ser seguindo aquele mesmo método do qual nos valem para estudar a difusão das plantas e dos animais. Por isso a geografia do homem, do mesmo modo que a zoogeografia e a fitogeografia, deverá descrever e representar cartograficamente aqueles territórios onde se nota a presença do homem, separando parte da Terra que é por ele habitada, ou ecúmeno, daquelas que não o são (RATZEL in: MORAES, 1990, p. 83).

A geografia do homem proposta por Ratzel, a antropogeografia, seria uma ciência descritiva. Entretanto, Ratzel reconhece que a descrição como ação restrita não deve ser o meio pelo qual a geografia do homem deve se desenvolver.

Não é uma falha para uma ciência ser descritiva, desde que ela não se limite exclusivamente ao trabalho de descrição, já que nesse caso a ciência não atingiria seus objetivos supremos; pois, quanto mais esta se detém nesse trabalho, tanto pior resulta sua obra (RATZEL in: MORAES, 1990, p.94).

Segundo Ratzel, a necessidade que faz com que um cientista saia a campo com o objetivo descrever seu objeto de estudo não se constitui somente no imperativo de conhecer seu objeto a fundo; vai, além disso. Quanto mais se descreve um objeto, maior é a necessidade de se conhecer a fundo o que se está estudando, pois “[...] à medida que os acontecimentos avançam, a descrição vai se tornando cada vez mais completa, mais profunda, mais intelectual e, portanto mais clara” (p.94).

Juntamente a isto, o passo seguinte é a criação de parâmetros de classificação para evitar perda de tempo, criando um sistema próprio para a antropogeografia. Entretanto, Ratzel adverte que o sistema de classificação antropogeográfica não deve se igualar com o sistema de classificação utilizado nas ciências naturais, pois “[...] a geografia do homem deve estudar os povos em relação às condições naturais às quais eles estão sujeitos, isto é, considerá-los sempre unicamente sobre seu território” (p.102), ou seja, os estudos da antropogeografia giram em torno, estritamente, de “[...] problemas puramente geográficos, ou seja, das influências que as condições naturais exercem sobre o modo de ser do homem ou sobre sua atividade” (p.104).

O nexó do método antropogeográfico foi o de não separar o homem do meio circundante no qual este está incluído. A geografia do homem ratzeliana deve realizar o seu estudo em torno dos elementos humanos e naturais, norteando-se pelo fato de que esta relação ocorrerá em um substrato geográfico, que é o território. Portanto, “[...] ela (antropogeografia) não deve considerar os povos como elementos inertes e muito menos como elementos fechados e encerrados em si mesmos” (p. 99).

Sendo assim, a antropogeografia, mesmo com certas limitações, pode ser considerada como uma das contribuições de geógrafos alemães para a realização de uma geografia mais dinâmica, não permanecendo somente na descrição, que foi aonde a geografia francesa posteriormente focou o seu desenvolvimento. Criando assim uma geografia com traços dialéticos, aonde todos os elementos são interdependentes e interrelacionados, sendo considerados e analisados sob o seu território, baseando-se também no resgate histórico.

[...] no estudo antropogeográfico nos encontramos diante de um fato cujas condições atuais não bastam para explicar, então é necessário voltar os olhos ao passado e buscar aí as causas que o presente não nos revela, sem o que se cairia em um erro de lógica elementar. (RATZEL in: MORAES, 1990, p.101)

Somado a isto, há a proposta da utilização do que o autor chama de critério hologênico, que se configura em um critério de análise que faz com que o pesquisador no ato de observar a relação entre sociedade e natureza não a veja de maneira fragmentada, como nos é instituído pela ciência moderna, mas sim a partir de um ângulo de visão que abarca toda a Terra. Destarte, o uso deste critério parte da “[...] contraposição aos enfoques determinísticos que dependem de uma única dimensão (seja ela qual for) para elaborar análises das atitudes humanas [...]”. (CARVALHO, 2001, n. p.). Ratzel enxerga o uso do critério hologênico como necessário a realização das pesquisas de cunho geográfico e antropogeográfico, pois o autor crê que a antropogeografia diferencia-se da

etnografia, por exemplo, por enxergar os fenômenos sociais e naturais acontecendo como um todo dentro do território, cabendo a etnografia a diferenciá-los e estudá-los fragmentadamente.

Assim, se a geografia, ao apresentar os povos separadamente em seus mapas cartográficos, presta fiel ajuda à etnografia, que estuda esses povos sob aspectos da sua língua, usos, costumes, ao mesmo tempo a antropogeografia tende constantemente a representar os povos como um todo, como um conjunto compacto; a geografia do homem é portanto essencialmente unitária, enquanto a etnografia é essencialmente separadora. [...] é uma verdadeira felicidade que na ciência geográfica este fracionamento não seja todavia muito acentuado, de tal modo que o estudo aqui possa ser sempre iniciado e conduzido sobre bases de amplitude geral, permanecendo a possibilidade de descobrir materiais de estudo completamente novos (RATZEL *in*: MORAES, 1990, p.97).

A preocupação em desenvolver ciência do homem – antropogeografia – baseada sobre um substrato geográfico fez com que a geografia ratzeliana fosse conhecida como uma das principais contribuintes ao que conhecemos como geografia política, e fez com que a geografia política em gênese no século XIX se diferenciasse do que era desenvolvido na ciência política. Não é possível afirmar que Ratzel tenha sido o geógrafo fundador desse sub - ramo, entretanto, não se nega que a ciência desenvolvida por este tenha se tornado um dos cânones quando se pesquisa na área. Isto se justifica, primeiramente, pela geografia ratzeliana ter sido a primeira a conceituar o que seria política para a geografia, sendo esta conceitualização em muito parecida com a posição maquiavélica sobre o que seria política.

Mesmo sendo autores de épocas diferentes – Maquiavel viveu entre o século XV e XVI e Ratzel nos séculos XIX e XX, o que faz com que suas visões acerca da política sejam diferentes, já que Maquiavel acreditava no poder político disperso entre as diversas monarquias representadas pela figura do rei, e Ratzel postulava a importância do governo unificado na figura do Estado - o que une é o fato de terem desenvolvido uma teoria política que colocava como sendo o ponto principal a relação entre os atores territoriais, suas ações representadas pelos fatos políticos e a influência nisto na transformação e adequação do território a partir do exercício do poder. Somado a isto o fato de ambos os autores terem desenvolvido teorias que fortemente protegem a idéia de que o que anima e dá força ao agente territorial, seja o Estado ou um príncipe, é a capacidade deste de manter forte a união entre sociedade e o território. Portanto, a Ratzel é dada a importância por ser o pai da geografia política, mas em muito disto se deve a transformação feita por Maquiavel acerca do que se entendia sobre o que seria a política e a sua relação com o território e a sociedade. É aí que se resguarda a relação entre ambos.

A transformação no conceito de política mencionado diz respeito a maneira como era vista. Antes de Maquiavel, e posteriormente com o aperfeiçoamento de Ratzel, a política (e

posteriormente a geografia política) era vista como enumerar a quantidade de recursos e cidades que existiam em dado território. Com o avanço advindo da obra dos dois autores, política e a sua relação com o espaço passou a ser vista de maneira diferente. A política para ambos os autores pode ser compreendida como o resultado do exercício de poder em um dado espaço delimitado, ou seja, no território. É o que anima o que diferencia os territórios, é o que faz girar a engrenagem das ações políticas. É o que irá unir sociedade e o solo, dando ao primeiro as direções exatas a serem seguidas para o usufruto e transformação do último de maneira a criar o Estado mais imponente possível.

Dissemos que a política era como o espírito de um Estado ou sua individualidade espiritual. [...] Na idéia política, não há não somente o povo, mas também o seu país. É por isso que apenas uma potência política pode progredir sobre um mesmo solo, de maneira a tirar dele todo o seu valor. (RATZEL, in: PFRIMER, 2011, p.53)

Outro ponto justificante da importância de Ratzel como cânone da geografia política foi o de ter desenvolvido um trabalho nomotético, ou seja, um estudo que tinha como objetivo final propor leis, conceitos e teorias.

Sabemos que o estudo geográfico da política foi redefinido ou reestruturado por Ratzel em 1897. Ao escrever e publicar a obra *Politische Geographie* [Geografia política], Ratzel, que evidentemente não foi pioneiro no uso desse rótulo, sistematizou uma leitura espacial da política e ao mesmo tempo reformulou a maneira pela qual a ciência geográfica abordava o fenômeno político (VESENTINI, 2003, n. p.).

Dentro da antropogeografia e da geografia política desenvolvida pelo cientista alemão, há dois pontos principais que norteiam toda a obra, que é o conceito de território e a sua aplicação, e o estudo acerca do que seria o Estado e a sua função dentro da organização do território. A geografia ratzeliana se propôs a estudar os fundamentos que governam as relações entre o Estado, sociedade e o solo.

Na geografia política ratzeliana, a sociedade era dependente do solo que sustentava sua existência, pois “[...] todas as atividades da raça humana, e em particular dos grupos humanos, a nação e o Estado, deveriam ser vistas sobre o fundo de seus verdadeiros ‘fundamentos’, fundamentos estes que estão na superfície da terra”. (WEIGERT, 1944, *apud* EBRAICO, 2005, p. 23)

[...] a obra de Ratzel pode ser sintetizada pelo trinômio Estado – posição – dinâmica. No mínimo, o primeiro elemento é indiscutível: toda a teoria ratzeliana parte e desemboca no Estado, um Estado síntese e produto da sociedade, como se disse, de caráter hegeliano, que transcende seus aspectos meramente legais. Porém, um Estado que tem como componente fundamental o solo, ou se quisermos, o espaço. Isto não significa unicamente extensão espacial, mas também, e sobretudo, a relação entre o espaço e a sociedade que nele vive. (FONT & RUFI, 2006, 58).

Neste contexto, o que viria a limitar o desenvolvimento de dada sociedade seria o grau de trabalho social aplicado neste território pelo Estado e pelos agentes territoriais. Esta relação apresentada por Ratzel, onde a sociedade e o Estado estão fortemente atrelados à existência e ao grau de desenvolvimento do território é chamado por outros autores de “visão organicista” da relação Estado e sociedade, sendo o Estado visto como um organismo dependente do território para existir, tendo sempre necessidade alcançar certos parâmetros dados para aperfeiçoar a sua relação com a sociedade nele inserida e dependente e o poder que iria se irradiar geograficamente.

Ratzel considerava os diferentes Estados como organismos com íntima conexão com o espaço. Esta visão “organicista” que buscava criar um arcabouço teórico para a geografia política vinha da influência do darwinismo social e da biogeografia.

Ratzel, por sua vez, foi também muito influenciado pelos escritos de Charles Darwin, desenvolvendo, assim, um senso orgânico e um tanto ou quanto biológico de geografia – postulando que as fronteiras estariam sob constante transformação, dependendo do tamanho e da constituição das populações humanas nas cercanias. Enquanto nós entendemos as fronteiras como algo estático – a própria representação da permanência, da legalidade e da estabilidade –, Ratzel via tão somente a gradual expansão, contração e impermanência nas relações entre as nações. (KAPLAN, 2013, p. 82)

Sendo assim, o Estado na obra ratzeliana deve ser enxergado como um organismo vivo, que tenderia a comporta-se segundo as leis que viriam a reger os seres vivos na terra, ou seja, “[...] nascer, avançar, recuar, estabelecer relações, declinar etc.” (COSTA, 2008, p. 35). Portanto, o crescimento do Estado estaria totalmente relacionado com a capacidade de utilizar-se de suas determinadas condições naturais, ou seja, transformar suas potencialidades naturais em algo efetivo através de políticas territoriais condizentes com a sua realidade.

[...] o Estado constitui-se como organismo ligado a uma fração determinada da superfície da terra, de modo que as suas propriedades se originam das do povo e do solo. [...] O Estado é um organismo não somente porque articula a vida do povo sobre a fixidez do solo, mas porque esta relação reforça-se por reciprocidade, ao ponto que formam não mais do que um único ser e que não se possa mais pensar em um sem o outro. (RATZEL in: MORAES, 1990, p.52)

É exatamente neste ponto que a teoria desenvolvida por Ratzel alcança o ponto que tornou o autor conhecido como mote primordial para compreender o determinismo ambiental dentro da geografia. O solo, na obra ratzeliana, é o sujeito principal dentro da ópera dos embates entre os Estados; é o ponto de referência inicial para o desenvolvimento e o findar de uma dada sociedade. E será na sua geografia que Estado deve tirar o máximo possível para potencializar o seu crescimento, e o pesquisador para compreender a existência daquele território. Para Ratzel é a junção dos

elementos naturais que determinarão o tipo o futuro da sociedade que encontra abrigo em dado território, e que fará com que o solo seja um elemento potencial ou não.

[...] os Estados que se estendem naturalmente sobre as margens dos rios ou as costas, prosperam onde a natureza previu um sistema de comunicações, como nas grandes bacias fluviais. Quanto mais os Estados se aproximam da fronteira do ecúmeno, menos eles são povoados, menos equilibrada é a relação entre a superfície de solo e a população, como é a característica dos Estados montanhosos. Quanto mais afastado do Equador, mais as grandes potências se desenvolvem sobre um espaço estreito, mais o solo fica precioso. Os maiores e mais potentes Estados se encontram nas zonas moderadas, nos países baixos, instalados à vizinhança do mar. (RATZEL in: PFRIMER, 2001, p.51).

O Estado como entidade orgânica na obra ratzeliana é a expressão máxima de ligação identitária entre a sociedade e o solo; nas palavras do próprio autor o Estado seria a *organização política do solo*. Um ponto interessante a ser considerado é a maneira pela qual Ratzel irá estabelecer sua visão acerca do que seria o povo em sua geografia política. Para o cientista alemão, o povo não seria um conjunto humano que se assemelharia devido a sua língua ou algum traço cultural dentro do que ele entende como organização política do solo. Para o alemão, povo seria “[...] um conjunto político de grupos e indivíduos não necessariamente vinculados pela raça (*der Stamm*), nem pela língua, mas no espaço, por um solo comum” (RATZEL, in: PFRIMER, 2001, p.52).

Para Ratzel, o Estado seria uma entidade que por si só já seria extremamente fragmentária em sua estrutura interna, sendo que sua unidade só seria alcançada através de uma entidade que agisse na esfera espiritual e moral, ou seja, construindo o que Ratzel considerava como “política nacional”. Para o autor, a “política nacional” seria um conjunto de políticas que teriam como objetivo formatar o território de modo que os atores territoriais (os grupos sociais, o comércio, o próprio Estado) possam estreitar sua ligação com o solo, utilizando o território da maneira que lhe for mais conveniente, sendo o solo o elemento primordial para a existência dessa relação. “Para muitos, “política nacional” designa uma política fundada sobre a compreensão do valor do solo; dessa forma eles dizem ‘nacionais’ em vez ‘de territoriais’” (RATZEL in: PFRIMER, 2001, p.52).

Solo e povo, portanto, teriam sua relação fortalecida a partir das características naturais que o primeiro favorece, e pela maneira pela qual as políticas territoriais iriam agir no intuito de utilizar estas como um trunfo com o objetivo de desenvolvimento. O Estado seria o resultado da equação entre o povo e o seu solo, organização política máxima, que viria a equilibrar e manter sadia a relação entre os dois primeiros pares, pois ambos se encontram em uma relação de

existência mútua, sendo necessário o contínuo fortalecimento desta, que se daria com a expansão do Estado.

Ratzel considera como um “desperdício histórico” um solo que seja inabitável ou que possua as características que segundo ele tornariam a sociedade ali inclusa fraca. Um Estado é considerado fraco, na visão ratzeliana, quando sua posição geográfica o torna desfavorável no quesito de acesso e exploração de recursos naturais ou quando o Estado não consegue mais crescer e aumentar seu tamanho. Sendo considerado como um organismo vivo, a impossibilidade de expandir é vista como um fator fatídico para a história política do Estado.

O desenvolvimento do Estado é a organização progressiva do solo através de uma relação mais estreita com ele. Com o crescimento demográfico as relações do povo com o seu solo reforçam-se, os recursos naturais sempre são mais bem explorados, o povo cresce em potência até impermeabilizar as fronteiras, como no Baixo Egito, mas por outro lado também aumenta a sua dependência em relação ao solo. Quanto mais o solo é vasto, mais as suas relações com o povo são tênues (RATZEL in: PFRIMER, 2001, p.52).

Portanto, a história de um Estado só passa a existir a partir do momento que a sua fixidez e suas possibilidades de crescimento são asseguradas. Por isso que Ratzel vem a afirmar que “o solo é sempre mais velho que o Estado [...]” (RATZEL, in: PFRIMER, 2001, p.54). Sim, o solo é a pré-condição de existência, que se for potencializado poderá vir a dar a existir um Estado. Para a compreensão do futuro do Estado e da exigência principal, que é a necessidade de crescimento, Ratzel cria um dos conceitos condizentes ao estudo deste comportamento, que veio a posteriormente ser o ponto que tornou sua geografia mais reconhecida, e que veio a ser aplicado nas políticas territoriais do século XXI, principalmente na II Guerra Mundial. Este conceito é o de “Espaço Vital” (*Lebensraum*).

O espaço vital manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis. Seria assim uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos, mediada pela capacidade técnica. Seria a porção do planeta necessária para a reprodução de uma dada comunidade. (RATZEL in: MORAES, 1990, p.23)

O conceito de “espaço vital” é o principal resultado da teoria científica ratzeliana acerca de existência e comportamento do Estado. Sua principal função foi a de justificar a necessidade de crescimento do Estado, pois como todo organismo vivo, o Estado necessita de um espaço e de recursos para crescer e fortalecer sua existência. O espaço, juntamente com o Estado são na geografia ratzeliana, são elementos fundamentais para compreender a relação dos povos com o meio. Juntos são dois elementos vistos como dinâmicos, pois o espaço se transforma a partir do momento em que o povo trabalha para fixar-se no território, e o Estado porque, segundo Ratzel,

“[...] nunca está em repouso” (RATZEL in: MORAES, 1990, p.184). Ou seja, sua dinamicidade é resultante pelo fato de se constituir no agente que, a partir da sua existência, irá fazer com que a consciência de expansão e posse do espaço, no caso o território, seja o elemento principal dentro da cultura geral do povo, tornando o nacionalismo o valor principal para a consolidação da nação como um todo.

Cada cidadão deverá tomar consciência do caráter vital do território e de suas possibilidades de expansão; o sentido do espaço (*Raumsinn*) garante a perenidade da nação, a fortaleza e a independência do Estado. (GALLOIS apud FONT & RUFI, 2006, 59).

Neste mesmo sentido, o “[...] *raumsinn* tem correspondência com o *volkgeist*, o ‘espírito do povo’ fundamental para a formação do sentimento nacionalista alemão [...] O espaço é o elemento vital e deve estar em consonância com as necessidades do povo [...]” (FONT & RUFI, 2006, 59). A geografia ratzeliana fundamenta o espaço como sendo o elemento principal para o desenvolvimento do nacionalismo, portanto, seria através das possibilidades deste espaço e do poder efetivo do Estado que o território viria a potencializar o “*volkgeist*”, vindo a diferenciar os povos de cada território. Sendo assim, quanto mais o Estado reforçar o “*raumsinn*”, mais forte virá ser o “*volkgeist*”. Cabe indagar: se o nacionalismo instaurar-se como valor principal dentro do “*volkgeist*” o povo como um todo impulsionará o Estado apreender a necessidade e o valor do crescimento do Estado? Se observarmos o desenrolar da história dos Estados modernos, e principalmente da Alemanha podemos conceder a pergunta uma resposta afirmativa, e a partir daí compreender melhor o porquê da existência do conceito de Espaço Vital (*Lebensraum*).

A nação é uma entidade orgânica que, no curso da história, torna-se cada vez mais apegada à terra onde ela vive. Exatamente como um indivíduo luta contra a terra virgem, até transformá-la em campos cultiváveis, uma nação também luta com sua terra, dela se apropriando cada vez mais, com sangue e suor, até que se torna impossível pensá-las separadamente (RATZEL in: MORAES, 1990, p.183).

Portanto, a geografia ratzeliana apresentava uma visão de que para o Estado continuar a existir este deveria sempre aumentar o tamanho do seu *Lebensraum*, buscando novas áreas e recursos para a sua manutenção e progresso, o qual seria alcançado e mantido através, dentre outras práticas, da absorção, aumento das fronteiras e espoliação de recursos naturais de Estados vizinhos.

No seu crescimento e evolução, o Estado seleciona os benefícios geográficos, ao ocupar antes os bons locais de um distrito, de preferência os pobres. Se seu crescimento está relacionado com a despossessão de outros Estados, ele captura vitoriosamente as boas áreas, e os despossuídos permanecem nas áreas ruins. (RATZEL in: MORAES, 1990, p. 186)

Ratzel entende o Estado como uma entidade tão dinâmica quanto a sociedade nele presente. Para a manutenção da sua existência e soberania, o Estado deveria estar sempre em busca de aumentar o seu “Espaço Vital”, indo à busca de melhores áreas e recursos. Um Estado que mantivesse essa dinâmica seria o sinônimo de um Estado forte, e quanto maior fosse o “Espaço Vital” conquistado, maior seria a ligação da sociedade para com o solo, o que faria com que a idéia de nacionalismo se tornasse mais intrínseca à vida dos homens. O Estado é o agente articulador entre o homem e o seu solo, portanto todos os esforços devem ser realizados para que essa relação seja determinante para a evolução e continuidade do Estado, pois “[...] a sociedade que consideramos [...] desejará sempre manter, sobretudo a posse do território [...]. Quando esta sociedade se organiza com esse objetivo ela se transforma em Estado”, sendo que o “solo nos aparece como a causa mais profunda da sujeição humana [...] É ele que, duramente e sem nenhum critério de escolha, determina a cada povo o seu destino”. (RATZEL in: MORAES, 1990, p. 81)

O espaço, o elemento em que respira o corpo político e que, devido ao impulso das leis da natureza se expande e cresce se converte assim em parte inseparável do organismo vivo do próprio Estado; o espaço é Lebensraum, espaço vital. (WEIGERT, 1944, *apud* EBRAICO, 2005, p. 23)

Para o autor, todo o organismo vivo possui, a partir de um ponto, a consciência das suas partes constituintes que lhe são importantes ou não para o seu desenvolvimento e manutenção. Ratzel acredita que seja importante para o Estado identificar quais são as partes que são as principais para sua existência, ou seja, regiões geograficamente mais importantes para a manutenção do fluxo social, comercial e político do Estado. Há partes do território, como no caso citado por Ratzel dos Pirineus, que dão ao território vantagens que lhe asseguram a existência, sendo obrigação do Estado à manutenção e proteção desta área.

Certas partes de um organismo são mais estritamente ligadas à vida do ponto de vista do todo do que outras. [...] Qualquer Estado tem regiões ou províncias cuja perda lhe seria mortal, enquanto que outras ele pode abandonar sem perigo. [...] O valor de uma parte do Estado depende da sua relação geográfica com o todo do organismo estatal. Os elementos geográficos de um país que agem no sentido da sua propriedade essencial possuem a maior importância porque se adicionam a uma soma de vantagens presentes (RATZEL in: PFRIMER, 2001, p.56).

Na visão do geógrafo prussiano, as teorias filosóficas que analisam esse ritmo do crescimento dos Estados são “[...] falhas basicamente por subestimarem as condições imediatas do desenvolvimento do Estado. [...] as chamadas teorias do desenvolvimento são particularmente incorretas, quer proponham uma progressão linear, espiral [...]”. (RATZEL in: MORAES, 1990, p.177). Ratzel então propõe o que ele chama de “sistema, ou natureza das relações do Estado com o

território” (RATZEL in: MORAES, 1990, p. 177), que segundo ele seria capaz de não ignorar o ponto principal enunciado pelo autor, que é a causa espacial.

[...] Ratzel contended that states followed the same laws of development as biological units and that when a state's *Lebensraum* became insufficient – for example, because of population growth – the state needed to annex new territory to establish new, larger, *Lebensraum*. As such he posited seven laws for the spatial growth of states, which held that a state must expand by annexing smaller territories, that in expanding a state strives to gain politically valuable positions, and that territorial expansion is contagious, spreading from state to state and intensifying, such that escalation towards warfare becomes inevitable (JONES & JONES & WOODS, 2004, p.5).

Este sistema então seria constituído pelo o que ele chama de “as leis do crescimento espacial dos Estados”, sendo estas sete.

1. As dimensões do Estado crescem com sua cultura.
2. O crescimento dos Estados segue outras manifestações do crescimento dos povos, que necessariamente devem preceder o crescimento do Estado.
3. O crescimento do Estado procede pela anexação dos membros menores ao agregado. Ao mesmo tempo, a relação entre a população e a terra torna-se continuamente mais próxima.
4. As fronteiras são o órgão periférico do Estado, o suporte e a fortificação de seu crescimento, e participam de todas as transformações do organismo do Estado.
5. No seu crescimento, o Estado esforça-se pela delimitação de posições politicamente valiosas.
6. Os primeiros estímulos ao crescimento espacial dos Estados vêm lhes do exterior.
7. A tendência geral para a anexação e fusão territoriais transmite-se de Estado a Estado, e cresce continuamente de intensidade.

Estas sete leis servem de pontos para o início de reflexão acerca das dinâmicas e políticas territoriais dos Estados. A primeira lei “as dimensões do Estado crescem com sua cultura” coloca a cultura como um dos primeiros fatores que vão levar a união estável a um Estado, sendo que esse deve “dominar politicamente essas áreas, amalgamá-las e mantê-las unidas [...] só pode se desenvolver lentamente pela e através da cultura”. Um ponto determinista dentro desta lei é a de que Ratzel acreditava que o tamanho do Estado estava intrinsecamente relacionado com o grau de desenvolvimento de sua cultura. Portanto, os Estados maiores (e conseqüentemente com maior “espaço vital”) eram grandes Estados desenvolvidos, pois “o tamanho de um Estado também se torna um parâmetro do seu nível cultural” (RATZEL in: MORAES, 1990, p.178). Já a segunda lei

condiz a manifestações tais qual o surgimento da produção industrial, o desenvolvimento do comércio, a difusão de idéias etc. Estes são elementos que diferenciam, segundo Ratzel, os Estados primitivos dos não primitivos. A terceira lei nada mais é do que a afirmação de que os Estados só irão crescer a partir do momento em que absorverem unidades menores.

A quarta lei de crescimento espacial do Ratzel aponta para a importância das fronteiras do Estado como órgãos periféricos que serão responsáveis por segurar as fronteiras já existentes e devem ser capazes de sempre impulsionar o seu crescimento. Já a quinta lei condiz a geoestratégia pura. Os Estados irão se sentir mais atraído por novas áreas que possuam posições e recursos que sejam interessantes para o fomento ao seu crescimento. Já a sexta lei é justificada pelo autor da seguinte forma.

O Estado, supostamente, mantém-se facilmente sob o controle e inspeção. Até onde alcança nosso o conhecimento dos Estados primitivos, seu crescimento nunca se desenvolveu sem influência estrangeira. A fonte de tal crescimento é a colonização, no sentido mais amplo (RATZEL *in*: MORAES, 1990, p.188).

Ou seja, na visão do autor, o desenvolvimento ótimo só pode vir através do Estado que já possuir uma ótima estrutura política, social e cultural. Já a última lei é a afirmação de que todos os Estados se sentirão a necessidade de anexar e conquistar mais territórios, já que é uma necessidade para a continuidade da existência do Estado. Quando um Estado escolhesse por seguir estas sete leis enumeradas por Ratzel isto era um sinal de que este possuía um sentido de espaço mais desenvolvido, ou seja, este Estado possuiria uma maior presença de expansão e demonstração de soberania e influência de poder sobre a região na qual ele estaria incluído.

As “leis de crescimento espacial” dos Estados de Ratzel fazem parte de uma série de artigos que o autor lançou antes de expor ao mundo a sua obra principal, a "*Politische Geographie*" (1897). O fato de enumerar estas leis é o ponto principal que nos permite afirmar que Ratzel é um autor que propõe um estudo nomotético. Apesar do forte conteúdo colonialista desta lista, esta se constitui em uma tentativa, mesmo que sem uma base empírica para comprová-la, de compreender melhor a maneira pela qual se dá o jogo territorial dos Estados e a quais são os possíveis motivos que levam a este jogo.

Portanto, a Geografia Política de Ratzel não pode ser analisada somente pelas críticas realizadas ao cientista. Certas opiniões a sua obra são bem fundamentadas – vide as direcionadas ao determinismo geográfico – entretanto, toda obra científica possui seu valor e o de Ratzel foi o de ter pensando a relação entre política, Estado e território cientificamente, dando à Geografia Política os meios necessários para ser considerado realmente como um sub-ramo da Geografia e concedendo a

ela a diferenciação necessária das Ciências Políticas. A geografia ratzeliana tornou o homem como o responsável direto pelo o tipo de ambiente no qual vai estar inserido, e mesmo subalterno às condições naturais, a sociedade seria o ator máximo que organizado sob a forma de Estado poderiam tirar máximo proveito e contornar a situação da qual estão inclusos. A ciência geográfica, na visão ratzeliana, deveria se fundamentar além do ato de descrição da Terra. Deveria ser uma ciência capaz de compreender o território e seus elementos como resultado de diversos fatores combinados, e a Geografia caberia compreender estes fatores, descrevê-los e a partir disso compreender as maneiras pelas quais estes iriam influenciar, potencializando ou não, a fixação do homem sobre o solo. A dinamicidade, a politização do espaço e a compreensão do território como arena primária dos conflitos e existência social devemos à obra de Ratzel.

4.2 Claude Raffestin: a necessidade de se repensar a geografia política do pós - guerra

A Geografia Política possuiu grande participação nos anos que conhecemos como a II Guerra Mundial. Centros de estudos geopolíticos e de Geografia Política foram criados com o intuito de desenvolvimento e manutenção dos regimes que estavam a todo vapor durante o desenvolvimento do conflito. Pesquisas e teorias desenvolvidas por geógrafos foram amplamente utilizadas pelos diversos Estados, basta analisar a influência das teorias do “poder marinho” de Manhan, depois contestada pelo “poder terrestre” de Mackinder e o papel de Karl Haushofer. Haushofer na *geopolitik* alemã, sendo esta um produto do percurso de gênese e desenvolvimento da Geografia como ciência no século XVIII e que atinge o apogeu no século XIX com a Segunda Guerra Mundial. Sendo assim, tanto a Geografia Política como a Geopolítica vestem a camisa da Alemanha durante o conflito, o que fez com que no findar do embate ambas fossem reconhecidas como ciências do “poder no espaço” que justificaram o acontecido. Para Raffestin *apud* Font & Rufi (2006, p.66)

[...] a derrota do nazismo acabou não apenas com a *Geopolitik*, mas também em grande medida com a geopolítica e a geografia política acadêmicas. A identificação entre os três termos foi total e acabou por arrastar com ela o pai e espiritual de toda a geografia alemã, Ratzel. Se esta foi a relação lógica e única do pensamento geográfico alemão ou não, existem posturas em um sentido e no outro.

A associação entre a Geografia Política e os regimes totalitários da Segunda Guerra Mundial fez com que a Geografia Política entrasse no que alguns autores chamam de período de “ostracismo”, adjetivo este que se justifica pelo fato de o desenvolvimento do sub-ramo ter ficado restrito aos círculos militares, vide a Geografia Política desenvolvida no Brasil e outros países da América do Sul. Quanto ao ambiente acadêmico, a Geografia Política passaria a ser lembrada como “ciência maldita”. Somente alguns anos depois a Guerra, mais precisamente na década de 70, momento este que conhecemos como a renovação da Geografia, com o advento da chamada Geografia Crítica e de autores como Jean Gottmann, Yves Lacoste, Richard Peet, Milton Santos e o autor que será utilizado como um dos pontos referenciais da pesquisa, Claude Raffestin.

Claude Raffestin é um geógrafo suíço, professor de Geografia Humana na Universidade de Genebra. De origem humilde, iniciou sua vida acadêmica a partir de uma tese de doutorado na área de Geografia Industrial, o que o levou a começar suas atividades dentro do ambiente universitário. Raffestin concede a renovação dada à Geografia Política através de seu trabalho a necessidade de se compreender as injustiças sociais presentes no território.

Eu nunca procurei dissimular minhas idéias de esquerda, não de uma esquerda engajada em um partido político, mas de esquerda engajada na denúncia, principalmente na tentativa de erradicação das injustiças sociais mais gritantes [...] É por isso, sem dúvida, que minhas primeiras grandes pesquisas se direcionaram para os problemas de geografia social [...] (RAFFESTIN *in*: SAQUET, 2011, p.2).

Para Raffestin o desenvolvimento da Geografia deve vir juntamente com o desenvolvimento de um pensamento crítico acerca do espaço geográfico, ou seja, a Geografia Crítica. Dessa forma, fica implícita a postura do geógrafo sobre o que seria fazer Geografia, condizente com as bases que formulam o que conhecemos como Geografia Crítica. Refletir sobre os diferentes impactos e fenômenos, seja político, econômico, cultural, ambiental criticamente é a tarefa do geógrafo.

Para se ter uma geografia crítica, é preciso saber de quais ferramentas dispomos e o que podemos identificar com essas ferramentas. Criticar significa, essencialmente, identificar e não destruir, como se diz. Deve-se desconstruir no sentido que deu Derrida para tentar eliminar os reflexos dados ao uso repetido de certas partes da linguagem (RAFFESTIN *in*: SAQUET, 2011, p.4).

A renovação da Geografia Política por parte de Raffestin adveio de uma simples causa: quando contratado para ser professor na Universidade de Genebra e lecionar na cadeira de Geografia Política, Raffestin refletiu e levantou vasta bibliografia referente a este sub-ramo da Geografia, e chegou à conclusão de que seria necessário repensar a maneira de lecionar acerca do assunto. Raffestin deixa claro que um dos maiores problemas da Geografia, tanto da época em que formulou a principal obra “A Geografia do Poder”, quanto nos tempos atuais é conceitual. Para o autor, desenvolver uma ciência adjetivada como “crítica” culmina na incessante necessidade de se repensar os conceitos referentes a uma ciência. É neste sentido que Raffestin carrega o conceito de território no “Por uma Geografia de Poder”. É nesta obra que o geógrafo suíço irá repensar os conceitos de território e territorialidade de maneira crítica dentro da Geografia Política. Para o autor, uma reflexão crítica acerca da ciência e seus conceitos devem começar primeiramente pela desconstrução conceitual. É partir do que já existe acerca de um conceito e a partir disto construir algo novo, mas não se esquecendo da base que o justifica e que lhe deu origem.

A Geografia Política de Raffestin tem como tarefa principal a de servir a ciência como sendo um instrumento de análise do território para o combate às injustiças sociais. Raffestin vem a discordar do título emblemático da obra de Yves Lacoste “Geografia: Isto Serve, em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra” (1988).²

² Obra mais emblemática do geógrafo francês. Neste livro, Lacoste tenta demonstrar ao leitor a verdadeira função social da geografia, que seria a de ser uma ciência direcionada para intervenção do espaço, sendo ciência chave para o Estado nação. Sendo assim, Lacoste irá indagar acerca da geografia escolar e da geografia como ciência, apontando as diferenças existentes e a razão pela qual esta diferenciação é mantida.

[...] eu sou absolutamente contrário e hostil ao realismo geopolítico de um Lacoste cuja fórmula «a geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra» é negação mesma de um pensamento geográfico pois a geografia serve, também e muito mais, para fazer a paz (RAFFESTIN *in*: SAQUET, 2011, p.3)

Portanto, a Geografia Política renovada vem como um sub-ramo que não está tão à disposição do Estado como a sua versão clássica. Ao contrário, a Geografia Política moderna, principalmente a que surgiu com a Geografia Política, serve primeiramente para a compreensão da maneira pela qual o espaço geográfico é apreendido, transformado, utilizado, e pela maneira da qual a territorialidade é a expressão pura desta ação humana. Desta forma, a obra de Raffestin vem em muito a criticar a maneira pela qual a Geografia Política Clássica veio a analisar o espaço geográfico. No entanto, como já afirmado por Raffestin, a crítica deve vir basear-se primeiramente em uma base, não a ignorando ou a destruindo. Portanto, Raffestin não elimina totalmente o que veio a ser desenvolvido por outros autores, mas sim se propõe a rediscutir e re-analisar o que foi criado.

4.3 A Geografia do poder de Raffestin

A geografia dita humana teria por objetivo elucidar a realidade humana, que segundo Raffestin seria pautada na existência através do espaço geográfico, que seria transformado em território através das relações de poder entre os agentes territoriais na sociedade humana.

A geografia política de Raffestin propõe desenvolver uma nova metodologia e objeto de estudo para a geografia política. O geógrafo suíço afirma que a geografia política desenvolvida no século XX foi uma geografia de Estado, ou seja, foi uma geografia que ao elevar o Estado como agente único transformador do espaço acabou por ignorar totalmente os outros conflitos nas diversas escalas do espaço que envolveria outros atores geográficos.

O Estado mesmo sendo a mais acabada e a mais incomoda das formas políticas não é a única [...] Em vez de se interessar por qualquer organização dotada de poder político suscetível de se inscrever no espaço, a geografia política só se viu, e em consequência, só fez a análise de uma forma de organização: o Estado (RAFFESTIN, 1993, p.29)

Para Raffestin, há três sinais que caracterizam o Estado – Nação, sendo estes: população, território e autoridade. Na geografia do Estado a população remete apenas a um número, tendo apenas significado a partir da ação do agente territorial. Portanto, a população não passaria apenas de um recurso, que representado através de números e dos censos é utilizada pelo Estado para a manutenção da sua soberania, principalmente como recurso de manobra para tornar sua constituição homogênea, pois a heterogeneidade um fator perigoso para o exercício da autoridade estatal. Essa heterogeneidade que interessa ao Estado não condiz a questão das classes sociais existentes na sociedade, mas sim à fatores culturais, tais como a língua, religião e costume. Serão nesses elementos que o Estado irá focar seus esforços em busca da homogeneidade, sendo este a característica que permitirá a manutenção da sua soberania, seja ela democrática ou não.

O território, na visão do geógrafo suíço, é distinto do espaço geográfico. Para Raffestin, o território é posterior ao espaço geográfico, sendo formado a partir da apreensão do espaço pelo diversos atores territoriais, que com seus objetos e representações irão “territorializar” o espaço geográfico. O território só passa a existir quando possuidor de um valor de uso, quando recebe o trabalho da sociedade humana. É esta visão que auxilia a não confusão na análise territorial, e permite ao geógrafo perceber que o território nada mais é do que algo produzido pela própria sociedade e não algo imposto, irreduzível.

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a prisão “original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. [...] O espaço é [...] a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar (RAFFESTIN, 1993, p.144)

Este espaço geográfico apreendido pelos atores geográfico possui códigos, representações sociais que tornaram cada território único, que Raffestin chama de sistemas semânticos. Estes sistemas são criados a partir da vivência e da cultura instaurada no território, e manipulados pelos diversos atores territoriais a partir de seus interesses, pois toda a imagem ou modelo que a sociedade possui de seu território não passam de representações que são passíveis de serem construídas e reconstruídas. A delimitação de cada tipo de território se dará a partir deste sistema, e todo esse conjunto irá determinar a maneira pela qual a produção do território se dará, e a importância do geógrafo advém da capacidade de realizar uma leitura deste sistema que seja capaz de elucidar as relações de poder, interesses e funcionalidades por trás deste conjunto, devolvendo à sociedade inserida a capacidade de compreender o território do qual faz parte.

Quando o geógrafo é posto diante de um sistema territorial, ele descobre uma produção já elaborada, já realizada. Produção suscetível de mudanças, contudo suficientemente fixa para ser analisada. Mas toda análise supõe uma linguagem. Sem linguagem, não há leitura possível, não há interpretação e, portanto, nenhum conhecimento sobre a prática que produziu o território (RAFFESTIN, 1993, p.153)

A delimitação de cada território a partir deste sistema é o ponto principal para a efetivação da leitura territorial a partir da visão de Raffestin. Esse sistema territorial que Raffestin propõe é composto de tessituras, nós e redes. A tessitura é o enquadramento que se desenha de acordo com o exercício de poder dos atores, limitando a influência de cada um, pois o limite “[...] justifica territorialmente as relações de poder [...] aparecem como uma informação que estrutura o território”. (RAFFESTIN, 1993, p.165). Raffestin diferencia tessituras e fronteiras. Para o autor, as fronteiras são um subconjunto da tessitura. A sua particularização como algo a parte advém do fato de que as fronteiras se tornaram uma manifestação política pelo Estado Nação, de maneira a se tornar um instrumento para comunicar uma ideologia.

Segundo o autor, as fronteiras são vulgarizadas por se tornarem traçados que não condizem especificamente com a realidade, pois as influências dos atores podem ultrapassar a fronteira institucionalizada. Entretanto, as fronteiras não devem ser banalizadas, pois fazem parte do jogo político e social que é imposto ao restante da sociedade e as territorialidades constituem-se em forças que estarão sempre a questionar e transformar as tessituras e fronteiras. Portanto, é um jogo

eterno de embate de poderes, onde estes limites existiram nas diversas escalas geográficas, da global até a local, englobando todos os atores territoriais, representando aos observadores a conjuntura política e social daquele tanto histórico quanto atual do território em questão.

A tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala de poderes. Há poderes que podem intervir em todas as escalas e aqueles que estão limitados às escalas dadas. [...] Não, os limites não nem inocentes, nem naturais, muito menos arbitrários. Ainda não nos persuadimos o bastante disso. Eles fazem parte do nosso jogo social: produção, troca, consumo [...] Todo período de crise, toda insurreição, toda revolução traduzem por modificações mais ou menos fortes nos sistemas de limites. (RAFFESTIN, 1993, p.170)

Os nós ou pontos são os locais de exercício das relações de poder, são os pontos delimitados a partir das tessituras. Cada nó será a representação do campo de poder do ator territorial de maior influência, e terá extrema influência sobre o desenho das tessituras. A partir do estudo dos pontos que o geógrafo conseguirá apreender as características de cada território, pois eles serão a representação das funções e objetivações dos atores territorializados. As redes são a confluência dos pontos unidos, dos embates entre eles, que criarão uma rede de acordo com suas posições políticas e territoriais. A observação e estudo das redes permitem analisar as tendências de união entre atores territoriais e seus possíveis objetivos de expansão e também a elucidação de uma rede de apoio entre territórios distantes, mas que possuem objetivos e posições semelhantes.

A partir deste sistema o geógrafo conseguirá entender os territórios como espaços dinâmicos e com característica própria, estruturados a partir de uma dinâmica própria não isolada, desafiando lógicas que os entendem como imóveis, mas que na verdade se reconstróem todos os dias, pois o espaço (e o território) “[...] não é significativo por si mesmo: ele só significa alguma coisa quando ligado a uma intenção” (RAFFESTIN, 1993, p.189). É nesta intenção e nas suas funcionalidades que o geógrafo deve estar atento se o seu objetivo é o estudo territorial.

O sistema é tanto um meio como um fim. Como meio, denota um território, uma organização territorial, mas como fim conta uma ideologia da organização. É, portanto, de uma só vez ou alternadamente, meio e finalidades estratégicas. (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

O elemento que irá assegurar a relação do sistema semântico e o território será a territorialidade. A territorialidade constitui-se no exercício de poder em um dado território ou espaço geográfico, aonde os atores irão exprimir no território os seus valores políticos, sociais e culturais. Portanto, é um fenômeno que vai além da esfera física, englobando também a cultural. Entretanto, a territorialidade não se restringe somente ao território. Os atores exercem e impõem sua territorialidade aos outros atores, em um constante embate, sendo que deste surge um novo sistema

territorial. Portanto, o elemento essencial deste processo é o exercício das relações de poder. Raffestin diferencia dois tipos de poder existentes na relação social dos homens entre si e com o território: o poder com letra minúscula e o poder com maiúscula. O poder com maiúscula seria o poder intrínseco ao Estado, é o exercício de soberania de uma força institucionalizada. É a força encerrada nos aparelhos do Estado, que controlam a população, as leis e o uso dos recursos. Já o poder com letra minúscula, segundo o autor, é o mais perigoso, pois é o poder é o referente ao exercido nas relações sociais, entre os atores que menor instância em relação ao Estado nação. É o poder que mais se abrange nas escalas menores do território.

O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem (RAFFESTIN, 1993, p.53).

Todos os atores territoriais possuem a capacidade de exercerem o poder, pois segundo Raffestin “o poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos [...]” (1993, p.53). Todas as relações de poder são intencionais, entretanto, seu exercício não subtende uma aceitação geral por parte de toda a sociedade, em ambos os tipos de poder. Onde há exercício de poder há resistência, o que permite afirmar que o território é sim uma arena de embates entre os atores territoriais. Toda a relação social para que exista pressupõe a existência da relação de poder embutida, e somente é possível apreender o exercício de poder por intermédio de um processo relacional³. O poder, dentro da geografia política, deve ser analisado como a via para o controle sobre três trunfos: a população, o território e os recursos. Os embates entre os Estados não são somente para o controle de um dado território, o fim pode-se mesclar com outros trunfos como a população e os recursos. Portanto, é necessário sempre analisar as situações conflituais existentes entre os atores territoriais.

Baseada nesta leitura de poder, a concepção de território em Raffestin torna-se bastante ampla, o território como a “prisão” que os homens constroem para si, ou melhor, o espaço socialmente apropriado, produzido, dotado de significado [...] a territorialidade não se restringe a um conjunto de relações de poder, ou melhor, a noção de poder de Raffestin é suficientemente ampla para incluir também a própria natureza econômica e simbólica do poder (HAESBAERT, 2004, p.84).

Outra contribuição do geógrafo suíço condiz ao que ele intitula como “[...] processo TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização)” (SAQUET, p.67, 2007). Entretanto,

³ “Toda relação social é produtora de espacialidade/espacialização. Produz (des) continuidades, pela natureza (des) territorializadora do poder. Induz, inevitavelmente, o homem a seu mais íntimo desejo: o de apropriação. Pois como ressalta Octávio Ianni, as relações sociais não flutuam, efetivam-se no espaço. E o poder só é de fato perceptível, como sugere Raffestin (1993, p. 64), por ocasião de um processo relacional” (EDUARDO, 2006, p.189).

Raffestin restringe as causas deste processo somente ao ambiente econômico. Posteriormente, o geógrafo brasileiro Haesbaert (O Mito da Desterritorialização, 2004) aumenta a possibilidade de análise através deste processo, incluindo a esfera política e cultural. Para o geógrafo brasileiro, influenciado pela geografia de Raffestin, a desterritorialização e a reterritorialização constituem-se em um processo interdependente, postulando que a afirmação de que há a possibilidade de o homem ser um ser a-territorial é falsa. O homem é um ser territorial, sua existência não pode ser apreendida de outra maneira. Portanto, a desterritorialização, ou seja, a perda de território, não é um processo terminal, mas sim aliado à reterritorialização, sendo este último uma parte importante a ser analisada do processo, pois é nesta etapa que o responsável pelo desencadeamento de todo processo irá revelar os objetivos por trás da sua ação, sejam eles não estritos somente à esfera econômica, mas também políticos, culturais e também sociais.

Enquanto geógrafos, estamos preocupados em elucidar as questões atinentes à dimensão espacial e à territorialidade enquanto componentes dissociáveis à dimensão espacial e à territorialialidade enquanto componentes indissociáveis da condição humana. Decretar uma desterritorialização “absoluta” ou o “fim dos territórios” seria paradoxal [...] Sociedade e espaço social são dimensões gêmeas. Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, “territorial” [...] É surpreendente como a dimensão mais propriamente social da desterritorialização encontra-se praticamente ausente [...] E são justamente os vínculos entre desterritorialização e exclusão sócioespacial aqueles que situamos entre os mais relevantes para sua análise (HAESBAERT, 2004, p.172).

Em todas as dimensões do território e de seus processos, o que move os diferentes processos é o que Raffestin chama de trunfos. O controle ao acesso e exploração dos trunfos serão os objetivos por trás das políticas territoriais, que podem ter como metas somente atingir a parte da sociedade inclusa no território em questão. Portanto, os trunfos do poder, o território, os recursos e a população vão estar sempre articulados simultaneamente para o cumprimento do objetivo de controle e gestão do território.

O conflito de dois Estados pela posse de uma região não é apenas um conflito pela aquisição de um pedaço de território, mas também pelo que ele contém de população e/ou recursos. Frequentemente o objetivo declarado mascara os verdadeiros trunfos (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

Os recursos que Raffestin cita constituem-se em naturais e sociais, sendo que ambos primeiramente devem ser resultados do processo de relação entre o homem e a natureza, ou das relações sociais. Assim sendo, os trunfos de cada território são frutos das particularidades da sua constituição, sendo isto que irá direcionar as atitudes do Estado. Esta é a constituição do que Raffestin chama de sistema territorial. Na posição de cientista do espaço geográfico, o geógrafo já

encontra um sistema territorial formado e em plena reprodução e crescimento, o que de certa forma não impede a possibilidade de transformação deste sistema. Portanto, é através das linguagens deste sistema territorial, salientados anteriormente neste capítulo, juntos com a noção da ação e existência de diferentes atores territoriais, que o geógrafo irá construir sua análise territorial, compreendendo as diferentes territorialidades existentes e as maneiras de tornar o território acessível as estas diferentes formas, opondo-se a exclusão e tornando a balança dos jogos de poder mais igualitária possível.

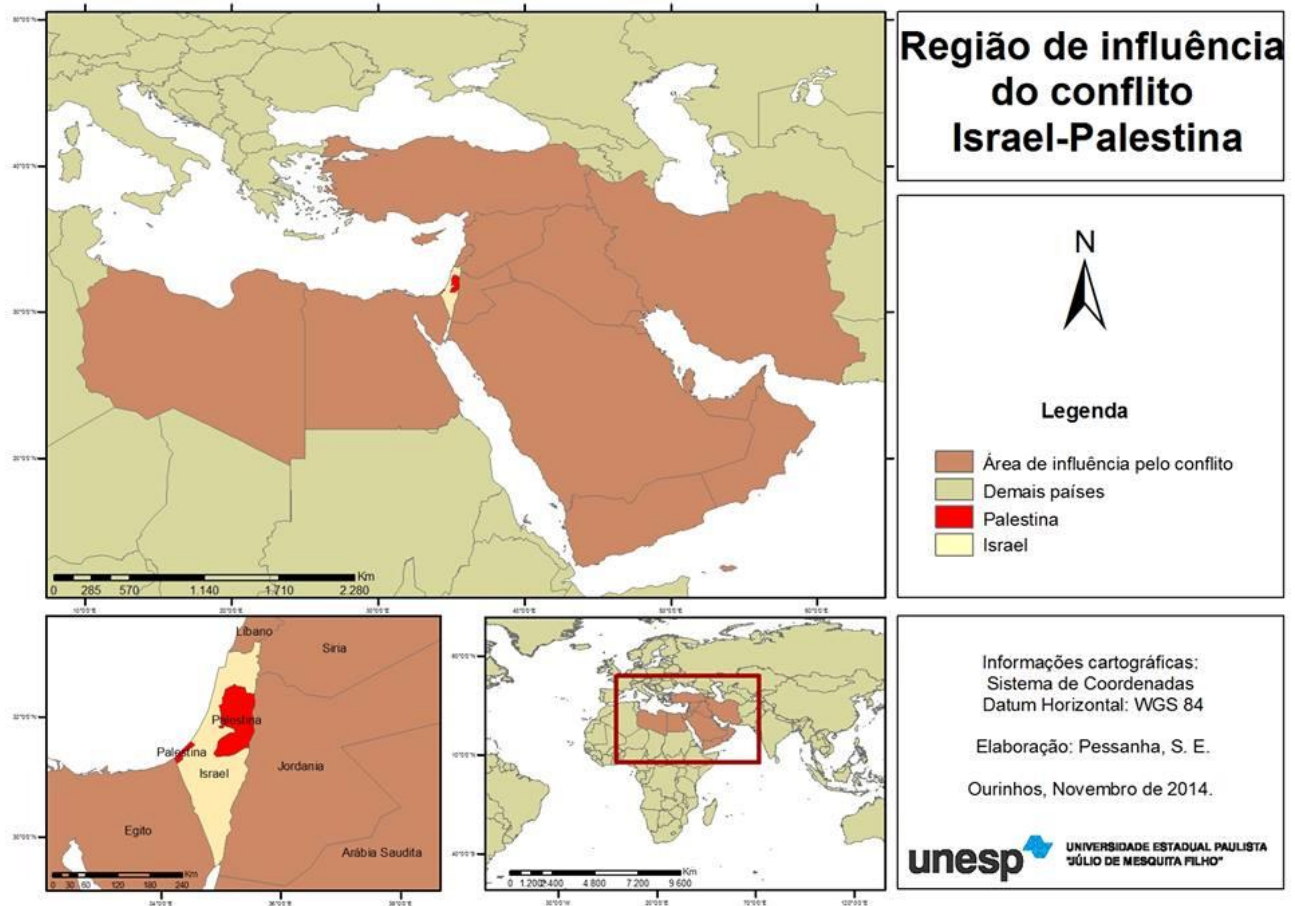
5. PALESTINA HISTÓRICA E DIAS ATUAIS

O capítulo a seguir constitui-se em um levantamento histórico acerca das principais personagens e causas da questão palestina, que virão a influenciar na releitura geográfica/territorial da questão palestina. Por releitura geográfica/territorial, que leva o título desta pesquisa, entendemos como um levantamento histórico da problemática palestina, só que revendo alguns principais pontos eleitos na pesquisa através do viés territorial. E quais seriam as implicações de uma pesquisa com este direcionamento? Demonstrar aos leitores destas páginas de que o território é uma construção social, através dos objetivos e intenções do homem. O território não é um fim em si próprio. O território, como espaço geográfico apreendido, está imerso em um processo incessante de transformações objetivadas pelos direcionamentos que a própria sociedade humana possui. Segundo Raffestin (1993), o território se constitui.

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, *revela relações marcadas pelo poder*. [...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. *É uma produção a partir do espaço*. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p.144, grifo nosso).

Como espaço revelador as relações marcadas pelo poder, o território é o conceito que permite acesso a escala de análise ótima para compreender um conflito tal como a questão palestina por conta de que o elemento desencadeador de todo a sua existência é o próprio território. E somente ele poderá revelar as intenções, os jogos de poder e as ideologias por trás da existência dos objetos geográficos, das políticas territoriais nacionais e internacionais e dos posicionamentos políticos do próprio Estado de Israel quanto de outros Estados e organizações envolvidas. O motivo desencadeador de toda a pesquisa foi a possível afirmação de que a existência e criação do Estado de Israel (Mapa 1) e sua configuração territorial foram e estão sendo moldadas de forma a permitir a exclusão permanente da população palestina. Ou seja, há uma parte da população daquele território que se encontra em estado de imobilidade espacial, excluídos e trancafiados dentro de suas próprias terras. Portanto, a abordagem geográfica proposta tem o objetivo discutir esta problemática, e o diferencial desta pesquisa é a inclusão de dois geógrafos e suas contribuições ao conceito de território. Sendo assim, partiremos para o resgate histórico para depois no capítulo de síntese unir o levantamento histórico com o conceito de território, realizando assim a abordagem geográfica da questão palestina através dos dois autores escolhidos.

Mapa 1. Região de influência do conflito Israel-Palestina.



Fonte: Pessanha (2014).

5.1 A Palestina Histórica

Em parte da bibliografia existente acerca da questão palestina encontra-se a informação de que os primeiros desdobramentos que vieram a resultar no surgimento da problemática são originários do findar da I Guerra Mundial, com a queda do Império Alemão, Austro - Húngaro e Turco - Otomano, este último que possuía a Palestina dentro de seus domínios. Entretanto, após levantamento bibliográfico chega-se a conclusão, de que a problemática possui origens anteriores ao apontado. Outro ponto importante a ser destacado é o fato de a opinião pública apreender a presença palestina no território da Palestina como algo novo, possível de ser notado posterior ao erguimento do reino bíblico de Abraão e sua Israel.

Como sói acontecer, à história real se opõe a contra-história, a narrativa adulterada que pretende justificar o delito internacional. Era lugar-comum jamais se falar do povo palestino sem que, antes, se fizesse referência a uns árabes desenraizados, nômades de costumes, que abandonaram voluntariamente a terra da Palestina. (MESA, 1990, p.11)

Ainda segundo Mesa (1990), a presença palestina já é um fato naquele território quando da época de Ramses III (1192 a.C), pois “[...] sucessivas invasões, anteriores à era cristã, converteriam essa terra num mosaico de culturas [...] Trata-se de emigrações de povos semitas, entre os quais já se encontram os palestinos [...]” (p.12). É neste ponto que é possível observar a principal influência da Geografia: Mesa afirma que o território da Palestina é um mosaico exatamente por sua posição geográfica, que muito favorável tanto à entrada a Ásia quanto a Europa e à navegação do Mediterrâneo transformou aquele território em um ponto de encontro, o que torna possível a afirmação do autor, e o que nos leva a refletir: será que o que falta tanto aos árabes, quanto judeus e opinião internacional é compreender esse fator geográfico forte desse território, ou seja, entender que o território da Palestina é originalmente um território formado por um mosaico de culturas, que pode tornar inviável a um povo reclamar pelo direito único por ele.

Submetida à cobiça dos conquistadores vindos dos valores do Eufrates ou do Nilo, santificada pelas lembranças e esperanças da fé monoteísta, a Palestina viveu fragmentada entre as ambições de uns e as aspirações de outros, conquistada e reconquistada, destruída e reconstruída, sem jamais gozar de uma paz, nem de uma segurança duráveis. (KHADER 1978, *apud* MESA, 1990, p. 12).

O território da Palestina irá conhecer a presença dos judeus da forma que conhecemos quando Abraão chega à Palestina e na sua passagem não encontrou “[...] uma terra de ninguém, tampouco um solo habitado por primitivos; antes, ao contrário, encontrou ‘uma civilização antiga, mas ao mesmo tempo próspera’ [...]” (Alem *apud* Mesa, 1990, p. 12). Esse povo judeu de Abraão

continua seu caminho até o Egito, aonde são expulsos, fato este conhecido como o Êxodo Judeu do Egito. Voltam à sua dita “terra sagrada”, conforme é descrito na Bíblia, e lá encontram esplendor sob o reinado de Salomão até a invasão dos persas sob o comando de Nabucodonosor (632 a.C – 562 a.C). Este levará os judeus ao que conhecemos como o cativeiro da Babilônia, que só se extinguirá com o Rei Ciro, que permite o regresso dos judeus à Jerusalém. Ainda segundo Mesa, neste retorno os judeus encontram a Palestina povoada por outras comunidades além da sua, que “[...] mostraram hostilidade aos hebreus: (sendo estes) os filisteus, moabitas, amonitas, samarianos [...]” (MESA, 1990, p. 12).

Posterior a isto, a região passará por diversos comandos, tais quais o de Alexandre Magno, dos Tolomeus egípcios, dos sírios até encontrar sob o domínio do Império romano de Pompeu, que a incorporará ao reino em 63 a.C. E será sob o domínio romano que, segundo Mesa, a presença judaica no território da Palestina será quase extinguida.

Sem os judeus, a Palestina prossegue sua história. Seus habitantes – camponeses, pastores, comerciantes, artesãos – são os que sempre foram: um conglomerado de população semita, com reduzidíssimas comunidades hebréias, e, a partir do Édito de Constantino, o agrupamento de algumas comunidades monásticas cristãs. A essas terras e a essas populações, se juntam os muçulmanos, liderados por Omar, segundo Califa do Islã, ocupando Jerusalém no ano 636. A essa altura, não são poucos os historiadores que, jogando com a semântica para acobertar a ideologia, datam nesse ano de 636 a invasão árabe da Palestina. Não são os árabes; e sim o Islã (MESA, 1990, p. 13).

Será no califado de Omar que o território da Palestina e sua população serão islamizados e divididos em duas circunscrições militares: Filastín (Palestina) e Urdún (Jordânia). Esta divisão militar do território é a que permanece até os dias atuais. O território da Palestina irá em seguida passar para as mãos dos cristãos no episódio que conhecemos como Cruzadas, depois dos egípcios até voltar ao domínio muçulmano com o advento do Império Turco Otomano. Toda essa troca de domínio territorial na Palestina vem a afirmar o que foi descrito acima, de que o território em discussão condiz com o adjetivo dado por Mesa, este que compreende o território da Palestina como um mosaico de culturas. Com o domínio dos hebreus, o território teve a população em sua maioria de judeus, já com o califado supõe-se que a maioria é formada por árabes muçulmanos. No entanto, a predominância de um sobre o outro não elimina ambas as existências.

Sob o domínio turco, a Palestina não conheceu grandes avanços. Com um Império que apenas visava a cobrança e arrecadação de dinheiro por meio de impostos, o domínio turco não deixará grandes marcos culturais no território palestino.

[...] os palestinos, fossem muçulmanos, cristãos ou membros de outras comunidades, gozavam com os turcos de completa igualdade e independência política, exercendo todos os seus direitos civis e compartilhando com aqueles dos direitos de soberania sobre os diferentes territórios abrangidos pelo Império Otomano [...]; os palestinos haviam alcançado um nível de desenvolvimento cultural e de maturidade política que bem poderia havê-lo dispensado de ajuda da parte de uma potência mandatária. (CATTAN, 1971, *apud* MESA, 1990, p. 15)

A partir deste trecho citado, cabe indagar o significado de o “povo palestino”. O povo palestino seria aquela sociedade que vive e reconhece o território da palestina como parte da sua existência, ou o povo palestino seria aquele formado por uma maioria étnica, tal qual o povo árabe ou o povo judeu. Apesar de não ser o objetivo deste trabalho de aprofundar nesta discussão, é necessário ter em mente que ela é necessária.

Os árabes palestinos são os habitantes nativos da Palestina. A conquista da Palestina pelos árabes muçulmanos não foi o ponto de partida de sua ocupação do país. Os árabes são um povo pré-islâmico. Viveram na Palestina e em outras partes do Oriente Próximo antes do advento do Islã [...] a população árabe da Palestina era nativa em todo o sentido da palavra, tendo sido arabizada em decorrência da conquista árabe no século VII. Os palestinos de hoje descendem dos filisteus, cananeus e outras tribos primitivas. São os primeiros e os mais ininterruptamente em seu país desde os albores da história. Seu estabelecimento na Palestina pode remontar há, pelo menos, quarenta séculos (CATTAN, 1971, *apud* MESA, 1990, p.14).

Entretanto, a presença dos árabes, segundo a bibliografia, é anterior à islamização do território. Daí advém a necessidade de se entender o sentido do conceito de “povo árabe” ou “árabe”, que nos tempos atuais carrega um forte sentido que foi construído a partir das incursões européias na região do Oriente Médio.

5.2 Conceituando o “árabe”: a busca pela união

O “árabe” é o nome dado a uma formação populacional heterogênea que originalmente habitava a região da Península Arábica. A história do povo árabe é estritamente ligada à geografia: o deserto é o elemento primordial que moldou as formas originárias deste povo. Os beduínos são a figura primordial para compreendermos a relação entre o árabe e o deserto. O próprio beduíno é a representação humana da figura do deserto, e também o representante do jeito clássico árabe. Nômades por excelência, os beduínos casaram-se com o clima árido dos desertos da península arábica. Portanto, os valores que vieram moldar o que o autor Mark Allen em sua obra “Árabe” (2007) chama de “*jizz árabe*”⁴ foi o próprio meio geográfico desértico daquela região.

A geografia é importante para a história árabe. A Arábia foi a forja em que se moldou a identidade árabe e o local da Revelação que preservou seu papel central na história islâmica. O meio geográfico colocou os desafios e as influências que criaram as tensões responsáveis por uma grande parte dessa história (ALLEN, 2007, p.90).

Para Allen, o estudo acerca da cultura árabe deve levar em conta quatro temas que o autor julga ser principais: a família, religião, o arabismo e o poder. Resumidamente, estes quatro elementos possibilitam a compreensão do que é ser árabe devido ao fato de que o mundo árabe gira em torno de diferentes valores do que os do mundo Ocidental. No mundo árabe, o sangue é algo que diz muito a cerca do indivíduo.

A identidade árabe adveio e desenvolveu-se a partir da vivência das tribos, sendo esta formada pelas diferentes famílias, estas que promoviam casamentos dentro do seu grupo fechado, de maneira a manter o sangue (e, por conseguinte os valores, a cultura) do seu grupo puro. Portanto, é necessário primeiramente entender que a comunidade árabe é fundamentada na família, sendo uma “[...] sociedade patrilinear [...] Olhando para trás, a linha paterna remonta aos fundadores da tribo [...]” (Allen, 2007, p.21). A hierarquização do poder nos países árabes muçulmanos do Oriente Médio é constituída a partir da revisão da árvore genealógica dos indivíduos para constatar se ele é descendente do profeta Maomé (Sunitas) ou não (Xiitas). Entretanto, Allen afirma que mesmo que a sociedade árabe sendo patrilinear não significa que seja presa ao seu passado. “A família, o clã e a tribo fornecem a identidade, que funciona não só objetivamente, como um rótulo para assegurar o

⁴ Segundo o autor, o significado da expressão *jizz* é “[...] o espírito da coisa, uma comunicação expressiva e inequívoca do ser” (p. 11). Ou seja, são os valores culturais que vem a moldar o modo pelo qual se distingue um povo do outro. Essa expressão é retirada da biologia e aplicada na análise do autor acerca do povo árabe.

reconhecimento mais simples, mas também subjetivamente” (Allen, 2007, p.23). Aos árabes a origem é algo substancial, que não se restringe somente ao âmbito familiar, indo para os âmbitos coletivos, como na política e na religião.

A religião é, sem sombra de dúvidas, um dos elementos mais fortes no mundo árabe. Após a revelação do Arcanjo Gabriel à Maomé, e institucionalização do islamismo, os árabes utilizaram da religião para fundamentar as leis das suas primeiras grandes cidades e posteriormente os Estados islâmicos. O islã é o responsável por ter criado e fundamentado um grande arcabouço cultural que possibilitou a existência destes Estados, sendo que o islamismo foi o responsável pela disseminação da cultura árabe na Europa, África e Ásia.

Sangue, religião, poder – são estes os nossos termos e categorias de pensamento. Nossas próprias religiões têm uma longa história de envolvimento com o poder dito secular, mas elas também fizeram oposição a este. O islã, como credo, teve uma enorme influência sobre a cultura e criou a civilização multinacional. E, mais importante, para os laicos ele se manteve como um modo de vida, e não como uma igreja. [...] O islã foi a inspiração para a construção do Estado, e o chefe de Estado muitas vezes se afirmava como líder religioso (ALLEN, 2007, p.43).

O que conhecemos como arabismo (conjunto de valores étnicos e culturais do povo árabe) é fruto da junção desses dois elementos (família e a religião). A língua árabe está compreendida no arabismo, sendo este também um elemento importante para os árabes. Após a queda do Império Turco Otomano, os países árabes escolheram a via de fortalecimento do arabismo, criando um movimento político intitulado “pan-arabismo”, que constituiu na tomada de posição dos países de língua e cultura árabe, baseado em preceitos nacionalistas, seculares e estatizantes, com o intuito de criar um grande bloco de países árabes que apoiariam o processo de independência de outros países árabes, fortalecendo a luta contra o colonialismo europeu e o intervencionismo Ocidental.

A experiência européia de desenvolver um sentimento de nacionalidade foi contagiante – a idéia moderna do sionismo surgiu em meados do século XIX. [...] O nacionalismo árabe como idéia política ganhou força no contato dos árabes com as potências estrangeiras que, após a Primeira Guerra Mundial, se apoderaram de pedaços do império derrotado e se tornaram mandatários, na verdade, dirigentes coloniais (ALLEN, 2007, p.29).

O Egito, personificado na figura de Gamal Abdel Nasser⁵ (1918 – 1970), era o país que segurava as rédeas do movimento pan-arabista. Isto pode ser resumidamente explicado desta forma: o Egito é um país africano, que com a expansão islâmica para o continente africano passou pelo

⁵ Juntamente com o pan-arabismo, há a ideologia chamada de “nasserismo”, que se fundamenta nos pensamentos e postulados político filosóficos do ex - presidente egípcio Gamal Abdel Nasser. Nasser procurava estimular nos países árabes o secularismo no Estado, fundamentando um novo formato de Estado árabe através de três pilares: ordem, independência e modernização, sendo que o resultado final seria a fomentação de um movimento de instalação do socialismo árabe. Nasser e sua ideologia estiveram em muito relacionadas com a luta da autodeterminação palestina.

processo de islamização e sua população antes só africana se tornou árabe e islâmica. A partir deste ponto, Nasser considerava o Egito como sendo o Estado árabe pivô da ensejada unidade árabe.

La idea del panarabismo se muestra ya implícita en la obra de Nasser *Filosofía de La Revolución*, y desde 1957 fue implementado progresivamente. En la tercera parte de su opúsculo, Nasser expuso su célebre idea de los tres círculos desde los cuales situaba a Egipto en el mundo: conjunto árabe, continente africano y universo musulmán. Sin duda, el político egipcio vislumbraba ya el arabismo como un concepto aglutinador y fuente de identidad nacional para Egipto (GONZÁLEZ, 2010, p. 159).

Para Allen (2007, p.30) "a dificuldade em definir o árabe é sempre relacionada ao Egito. O Egito é o país mais populoso, e, devido à vitalidade de sua cultura e particularidade, é um elemento dominante no Oriente Médio". Essa dificuldade em definir o que é ser árabe foi o que levou o Egito e Nasser a carregar o movimento pan-árabe em frente, em busca de uma resposta e unidade dos povos de cultura árabe e a sustentação de sua liberdade do controle dos países europeus.

Já o pan-arabismo se apoiou na língua comum e no fator nacionalista para pregar a formação de uma pátria árabe. O presidente egípcio Gamal Abdul Nasser (1956 – 70) foi seu principal articulador a partir da década de 1950. Esse movimento não se restringe aos habitantes da península Arábica nem se dirige especificamente a muçulmanos. Inclui todos os que pertencem a países árabes e falam o idioma árabe, não importando se são egípcios, iemenitas, marroquinos, libaneses, muçulmanos ou cristãos (FARAH, 2001, p.67).

O pan-arabismo também tomou frente e chamou os Estados árabes a se unirem contra o Estado de Israel, com o apoio da União Soviética e China, sendo evidente no desenrolar da Guerra de Suez em 1956 e da Guerra de 1967, sendo que a primeira é um exemplo dos resultados territoriais de uma manobra do pan-arabismo e do nasserismo: após a nacionalização do Canal de Suez por Nasser, o Estado de Israel sentiu-se prejudicado por esta manobra e declara guerra ao país africano.

Após a Guerra de 1967 e a derrota árabe neste conflito, o pan-arabismo e a figura de Nasser acabam por ser também derrotados. O sonho da criação da unidade árabe foi barrado por conta de uma simples questão: a própria unidade.

Do conflito da Guerra de Suez em 1956 viria outro representante do nacionalismo árabe, e também figura principal da luta palestina. Servindo ao exército egípcio no conflito de Suez estava o jovem palestino Yasser Arafat (1929 – 2004). Engenheiro de formação, o palestino posteriormente engajou-se na luta pelo direito a autodeterminação palestina, criando com o apoio de outros palestinos no ano de 1959 a organização política militar conhecida como Al – Fatah. A organização Al – Fatah seria a responsável por lançar Yasser Arafat como o líder da luta palestina. A Fatah foi a responsável por unificar a luta palestina pela sua autodeterminação, e apesar de declarar luta contra o

Estado de Israel através da via armada, a Fatah não declarou guerra contra a população judaica, pois considerava que “[...] árabes e judeus haviam convivido na região antes da partilha e que poderiam continuar a fazê-lo sem que fosse necessária a edificação de um Estado exclusivamente judaico” (Yazbek, 1995, p.27). Em 1964, por intermédio da Liga Árabe foi se criado a chamada Organização para a Libertação da Palestina (OLP), uma organização formada pela aglutinação de várias que teria a responsabilidade de lutar pela causa palestina através da via armada.

A luta dos palestinos pela formação de um Estado próprio se cristalizou com o nascimento da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), em 1964, patrocinada pela Liga Árabe. Em sua Carta de Fundação, a OLP pregava a destruição de Israel e a libertação de toda a Palestina histórica. A OLP aglutinava várias organizações palestinas menores, destacando-se a Al Fatah, grupo criado em 1959 por Yasser Arafat, um engenheiro nascido em Jerusalém (OLIC & CANEPPA, 2003, p.87).

Yasser Arafat posteriormente fez com que os palestinos ganhassem voz na ONU, através do seu discurso na Assembléia Geral em 1974. Para Said (2002) apesar de diversos problemas que a OLP teve no papel de organização representativa e de união do povo árabe frente ao Estado de Israel, Yasser Arafat como seu dirigente do início até a data de sua morte possuiu dois pontos máximos: foi o primeiro dirigente palestino que compreendeu qual seriam os fatores que afetam tanto palestinos presentes no Estado de Israel quanto os exilados e possuía um controle sobre cada vida palestina.

Entretanto, a OLP deixa de seguir a via da luta armada após os eventos traumáticos da invasão do Líbano nos anos 80, fatos estes que serão esclarecidos posteriormente neste trabalho. Por agora o interessante é perceber que a escolha pela via diplomática não veio a agradar aos próprios palestinos.

Em 1988, a organização aceitou as resoluções de 1947 da ONU, ou seja, a criação de um Estado palestino que não excluísse a existência de Israel. Além do reconhecimento tácito de Israel, a OLP dispunha-se a renunciar ao terrorismo e a chegar a uma solução negociada para a Questão Palestina (OLIC & CANEPPA, 2003, p.90).

A diplomacia fez com que a OLP reconhecesse Israel, o que para os palestinos representou um retrocesso na sua luta contra o Estado judeu, e fomentou ainda mais grupos extremistas que acreditavam na luta armada, como a organização sunita Hamas.

Após o início das negociações de paz, os índices de apoio a atos de violência contra Israel caíram significativamente, mas as mudanças quase imperceptíveis na vida dos palestinos alteraram essa tendência e aumentaram a popularidade de grupos extremistas como o Hamas [...] O Hamas enfoca o conflito do prisma religioso e alega que o verdadeiro motivo da situação palestina seria a suposta negação do islamismo. O grupo prega a necessidade de combater não apenas a ocupação israelense mas também o caráter secular da OLP, a fim de fundar um Estado islâmico na Palestina. Muitos de seus integrantes provêm de campos de refugiados em que a situação é precária (FARAH, 2001, p.67).

A família, tribo e o clã são elementos fortes na cultura e no jeito de ser do árabe. Esta estruturação é também o que dificulta o reconhecimento dos árabes como um só. Há o prevalecimento desta estrutura segmentária, que faz com que os árabes sauditas não se entendam com árabes iranianos, ou com os árabes africanos e vice versa. Allen (2007) também aponta que este fato explica a maneira pela qual os árabes não organizam sua política para serem guiadas através tantas instituições como nos países não árabes Ocidentais, fazendo com o que o poder sempre permaneça na maioria das vezes nas mãos de famílias ou grupos pré-determinados. O nacionalismo de Nasser tentou lutar contra esta tendência cristalizada na cultura árabe; Yasser Arafat tentou institucionalizar a luta contra o Estado de Israel na figura da OLP, entretanto, esta encontrou resistência até entre os palestinos, que não aprovavam muitas de suas decisões e políticas.

Portanto, percebe-se que tanto a identidade árabe quanto de qualquer outro povo não pode ser reduzida a simples julgamentos e estereótipos. O “ser árabe” vai muito além das opiniões já moldadas na opinião pública e mídia. Esta discussão teve por objetivo elucidar o leitor acerca do que seria o povo árabe e reforçar que o árabe vem muito antes do islamismo.

5.3 Origens do conflito: políticas territoriais, colonialismo e ideologia

O Império Turco Otomano entra na I Guerra Mundial ao lado do Império Alemão, o que o torna alvo das potências aliadas que anteriormente ao conflito já cobiçavam os territórios sob controle dos turcos. No início do conflito, o Império Turco Otomano era formado por territórios da Síria (sendo que o Líbano estava incorporado nesta região), Mesopotâmia (que posteriormente se tornará o Iraque), Palestina, Transjordânia, grande parte dos territórios da Península Arábica e Turquia.

Convém recordar que, no século XVI (quando começa a civilização portuguesa no Brasil), o Império Otomano vai da atual Hungria, na Europa Oriental, até o Iêmen, na península arábica; desde a Criméia, hoje soviética, até a Argélia, no norte da África. Designação política, passou a incluir progressivamente áreas não europeias, expandindo-se em dimensões que vão do Marrocos à Etiópia e Somália, isto é, do Atlântico, acompanhando o litoral sul do Mediterrâneo, até o Chifre Africano, além de compreender a Grécia, Turquia, Afeganistão e, às vezes, até a Índia (AKCELRUD, 1984, p.5).

Logo, os outros países contrários aos Impérios utilizaram de diversas táticas para conquistar a vitória no conflito, sendo que o Oriente Médio foi uma das principais peças para o desmantelamento do império. França e Inglaterra foram os principais países que atuaram na região do Oriente Médio, e a tática utilizada naquela região é facilmente vista em políticas atuais de países como os Estados Unidos.

A política dos países da Aliança baseou-se no incentivo e apóio a movimentos nacionalistas na região, estando o território da Palestina envolvida neste caso. O Reino Unido foi o país que mais atuou na região, incentivando os árabes a se revoltarem contra o controle otomano na região, e ao mesmo tempo selando um acordo com o movimento sionista garantindo a constituição de um lar judeu no território da Palestina.

Com o fracasso da chamada “Batalha de Dardanelos” (1915) os Aliados perceberam que não poderiam desmantelar o Império Turco Otomano pela via da invasão direta. A partir disto, os ingleses iniciam dois acordos: o primeiro com os árabes, mais precisamente com o Hussein Ibn Ali, xerife de Meca. Este episódio ficou conhecido como “A Correspondência McMahon-Hussein” (1915), documento este onde os árabes prometiam colaborar com os ingleses na luta contra os turcos em troca do reconhecimento da autonomia das nações árabes.

Estabeleceram-se, então, contatos com Hussein; esse funcionário otomano e chefe da família dos Hachemitas, era o xerife de Meca. Em sua qualidade de guardião dos lugares sagrados e de descendente do profeta Maomé, sua influência moral era bastante considerável [...] O Governo britânico, representado pelo alto comissário inglês, Sir Henri McMahon, deu o aval para o ambicioso projeto de Hussein: restabelecer um grande Estado Árabe unido e independente [...] Hussein, então, prometeu à Grã-Bretanha colocar os seus exércitos tribais na campanha militar britânica contra a Turquia, desde que o governo inglês lhe assegurasse a coroa do futuro Reino Árabe, a ser criado após a guerra (CHEMERIS, 2002, p.34).

O pacto inglês com os árabes ficou imortalizado na história através da atuação do diplomata Thomas Lawrence, ou Lawrence da Arábia. Através da figura deste diplomata aos árabes foi prometida a libertação do tutelado do império central e o apoio ao desenvolvimento de suas próprias nações, o que não veio a acontecer com o findar do conflito. O que ocorreu foi que a Inglaterra, ao mesmo tempo em que selava um acordo com os árabes, já fechava um acordo com França e Rússia dividindo o Oriente Médio sob o controle dos turcos entre si, ignorando os desejos dos árabes. Esse acordo entre as três potências ficou conhecido como o “Tratado Skyes-Picot” de 1916.

O chamado “Tratado de Sykes-Picot” possui esta terminação por ter sido acordado pelo diplomata francês François Georges-Picot e pelo britânico Mark Sykes, e certificava a divisão entre a França, Grã-Bretanha e Rússia dos territórios do Oriente Médio entre si (figura 2). Entretanto, com o advento da Revolução Russa em 1917 o país soviético se retira desta partilha, deixando somente os dois países europeus com o direito ao controle daquela região e dava ao Reino Unido o controle dos territórios do Iraque e da Jordânia, incluindo a Palestina, e a França os territórios da Síria, Líbano e norte do Iraque. Este acordo já previa a cidade de Jerusalém a uma administração internacional.

Como fixar os limites entre a Arábia britânica e a Síria francesa? Foram encarregados da negociação o francês François Georges-Picot e o inglês Mark Sykes (...). Os franceses passariam a administrar diretamente um território que ia do litoral sírio até a Anatólia; a Palestina seria internacionalizada (na verdade, passaria a ser um condomínio franco-britânico); a província iraquiana de Basra e um enclave palestino em torno de Haifa seriam colocados sob a administração direta dos ingleses; os Estados independentes, até então sob a soberania da Jordânia, seriam desmembrados em duas zonas de influência e de tutela: um, ao norte, seria entregue aos franceses; o outro, ao sul, aos britânicos. (LAURENS, 2003⁶).

Este tratado possuiu dois objetivos: além de ter assegurado o controle europeu da região do Oriente Médio, é um dos primeiros esforços e amostras do apoio europeu à causa nacionalista judia, esta que se compilou no movimento sionista. Primeiramente entendida como um território

⁶ Henry Laurens: publicação sem numeração de página. Citado nas referências bibliográficas.

internacional, posteriormente passada ao controle britânico, a Palestina já era carta estratégica dos ingleses. Sua posição estratégica era valiosa demais para ser dada aos franceses, pois ligava o Egito que também estava sob o controle dos ingleses, era um território de acesso ao Canal de Suez. E prometer aos judeus o estabelecimento de um Estado naquela região era um trunfo, pois ao mesmo tempo em que chamava a comunidade judia norte americana para o apoio aos Aliados na I Guerra Mundial, também assegurava o apoio dos judeus europeus, pois “[...] à Grã-Bretanha o apoio internacional das comunidades judias durante a guerra [...]”. (CHEMERIS, 2002, p.37)

Além disso, a Palestina para os britânicos era uma área bastante estratégica. Ao sudoeste desta encontrava-se o canal de Suez, importantíssimo fluxo comercial e militar inglês entre o Mediterrâneo e o Oceano Índico: “A rota marítima para a Índia e o Extremo Oriente passava pelo canal de Suez”. A criação de um Estado tampão na Palestina, entre turcos e egípcios, iria dar maior proteção ao canal, além de reforçar a influência britânica na região. (CHEMERIS, 2002, p.38)

Figura 2. Mapa original do Tratado de Sykes – Picot. A área “A” passaria ao controle e influência da França, já a área “B” ao controle e influência do Reino Unido, sendo que a área em roxo, a Palestina, seria considerada como área internacional.



**Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs
(PASSIA)**

Fonte: Passia, 2014.

Ao controle do Egito, Palestina, Transjordânia e Índia, o Reino Unido assegurava o controle de uma grande via de acesso à Mesopotâmia, que na época já interessava por conta da questão do petróleo. E exatamente por isto a Palestina, território localizado no meio deste recorte espacial, era tão interessante aos ingleses. Por conta disto, os judeus encontram na figura do Reino Unido um grande aliado para o fortalecimento do sionismo. Esta aliança será reforçada por um posterior tratado, o Tratado de Balfour de 1917.

5.4 O sionismo: o nacionalismo judaico aplicado ao território

O sionismo é uma corrente política filosófica judaica que visa fundamentar o direito inalienável do povo judeu a sua autodeterminação através da existência de um Estado judeu onde historicamente existiu o Reino De Israel. O termo sionismo advém da palavra “Sion”, que em hebraico condiz ao adjetivo “elevado”, sendo também o nome dado as colinas que cercavam a Terra Santa, sendo posteriormente entendido como o sinônimo de Jerusalém.

O sionismo que iremos tratar neste trabalho é o que chamado na literatura de “sionismo moderno”. Essa especificação é válida, pois alguns autores diferenciam dois movimentos sionistas por conta da sua datação. Pois bem, no ano de 1897 na Suíça vem a ocorrer o que foi chamado de I Congresso Sionista. Este congresso vem a estabelecer também a existência da chamada “Agência Judaica”. Esta agência é reconhecida como o embrião do que viria a ser o Estado Judeu na Palestina, e foi o principal órgão que financiou a vinda e instalação dos Judeus no território durante o século XX.

Todos os projetos de transformação da Palestina, inclusive o sionismo, racionalizaram a negação da realidade palestina atual com argumentos sobre um interesse, uma causa ou uma missão superior (ou melhor, mais digna, mais moderna, mais adequada; os sinônimos são quase infinitos). Esses aspectos “superiores” não só dão a seus proponentes o direito de legar que os naturais da Palestina, como tais, não merecem ser levados em consideração, ou não existem, como eles se sentem no direito de alegar que estes, e a própria Palestina, foram suplantados definitivamente, transformados de forma completa e irrevogável, ainda que alguns venham mostrando exatamente o contrário (SAID, 2012, p. 18).

O sionismo possui divisões internas, como o sionismo político, religioso e o revisionista. Entretanto, o objetivo entre eles era o mesmo, que era o de fundamentar a presença e transformação do território da Palestina no Estado judeu. O movimento se organiza, de acordo com Buzzeto (2010), de quatro formas diferentes.

- 1) Politicamente: através de várias organizações nacionais e internacionais que visam buscar apoio político de governos para seu projeto colonialista.
- 2) Economicamente: buscando recursos financeiros de empresários e banqueiros judeus e não – judeus para a instalação de colônias na Palestina.
- 3) Militarmente: organizando grupos terroristas / paramilitares para espalhar o pânico entre a população árabe – palestina, grupos que, depois de 1948, se transformaram nas Forças Armadas de Israel

4) Culturalmente: através da difusão, pela indústria cultural, de ideais que buscam justificar a dominação territorial da Palestina e o direito “histórico e sagrado dos Judeus” de ocupar aquela região.

O sionismo é visto de diferentes formas pelos intelectuais que se prestam a estudá-lo. Há a corrente que a enxerga como um movimento que vem a lutar contra as dificuldades impostas ao povo judeu em certas partes da Europa. Portanto, seria um movimento nacionalista judeu que defende a identidade judaica e luta contra a chamada “Diáspora Judaica”. Há a corrente que vê o sionismo como mais uma versão de movimentos coloniais, que vem a justificar o direito a um dado território por um discurso que afirma que o “[...] sionismo parece uma práxis colonialista inflexível, excludente, discriminatória”, sendo esta frase pertencente ao palestino Edward Said, presente na sua obra “A questão da Palestina” (2012).

Desde o início de sua evolução moderna até culminar com a criação de Israel, o sionismo agradou a um público europeu para quem a classificação de territórios e de estrangeiros em classes desiguais era canônica e “natural”. Embora tenha coincidido com uma época de virulento antissemitismo no Ocidente, o sionismo também coincidiu com um período em que os europeus mais adquiriram terras na África e Ásia, e foi como parte desse movimento geral de aquisição e ocupação que o sionismo foi lançado por Theodor Herzl. (SAID, 2012, p.77)

Theodor Herzl vislumbra a criação de um Estado para os judeus que não conseguiam ser assimilados em outros territórios. Vale lembrar que o movimento sionista iniciou muito antes das perseguições aos judeus que caracterizaram a II Guerra Mundial. A perseguição aos judeus não é algo recente na história, entretanto, a idéia da criação de um Estado estritamente judeu é. A associação Sion – Jerusalém - Nação – Estado (de onde deriva o nome sionismo) data do século XIX, portanto o nacionalismo judeu também é algo recente. O ponto principal para o desenvolvimento de qualquer ensejo nacionalista em uma dada população é a necessidade de se encontrar um território que justifique a existência deste sentimento na massa, e foi exatamente o que Herzl e o restante do grupo sionista fizeram. O cânone que fundamenta os objetivos e metas para alcançar o desejo sionista estão contidos na obra “O Estado Judeu” (1896), de Theodor Herzl onde o território da Palestina é o destino escolhido, e de direito divino, para sediar novamente o Reino de Israel personificado em um Estado moderno.

Segundo Buzzeto (2010, p. 187), o sionismo “[...] defende um nacionalismo burguês conservador e com um conteúdo racista e anti-democrático”, sendo que estes adjetivos são imprescindíveis para compreender a maneira pela qual o Estado de Israel mantém a postura política

frente aos palestinos e aos próprios judeus israelenses que possam ensejar por um novo tipo de política. O Estado de Israel se fundamenta no que Herzl fundou como política sionista, esta que considera que “[...] a política deve ser feita do alto” (HERZL, 1998, *apud* Buzzeto, 2010, p. 187).

Considero a monarquia democrática e a república aristocrática como as mais belas instituições políticas [...] Sou amigo convencido das instituições monárquicas porque elas tornam possível uma política permanentemente e representam o interesse ligado a conservação do Estado de uma família historicamente ilustre, nascida e educada para reinar. (HERZL, 1998, *apud* BUZZETO, 2010, p. 187).

Entendemos que o todo nacionalismo parte de um sentimento exarcebado de valorização de aspectos culturais e políticos de uma dada sociedade, sendo estes validos através de uma presença única em um território. O nacionalismo já serviu de ferramenta de resistência a ocupação territorial, como no caso dos poloneses na II Guerra Mundial ou dos japoneses nas incursões do Ocidente no arquipélago. Entretanto, o sionismo transforma o nacionalismo em uma arma de submissão de um povo em relação a outro; neste caso específico os judeus, povo historicamente conhecido por ser perseguido e que não encontrou condições favoráveis ao seu estabelecimento em um território cria um próprio tipo de nacionalismo, um nacionalismo às avessas, que invés de ser uma ferramenta de resistência e autodeterminação faz o papel de ferramenta de submissão e destruição cultural e apoderamento territorial.

Independentemente do que o sionismo tenha feito pelos judeus, ele vislumbrava a Palestina do mesmo modo que o imperialismo europeu: um território vazio, paradoxalmente “repleto” de nativos ignóbeis ou talvez até dispensáveis [...] (o sionismo) se aliou aos poderes imperiais para levar adiante seu plano de estabelecer um novo Estado judeu na Palestina e, salvo em termos negativos, não pensou nos “nativos”, que deveriam aceitar passivamente os projetos para sua terra [...] as idéias dos colonizadores judeus na Palestina (muito antes da Primeira Guerra Mundial) sempre encontraram uma inquestionável resistência nativa, não porque os nativos pensassem que os judeus eram maus, mas porque a maioria não aceita de bom grado que seu território fosse colonizado por estrangeiros. (SAID, 2012, p.93)

O sionismo encontrou apoio por parte do próprio Estado inglês, pois em 1917 vemos a assinatura do Tratado de Balfour ⁷ que representou uma quebra de promessas por parte deste Estado com os árabes, no qual o governo britânico comprometia-se a avaliar o estabelecimento de uma pátria judia como algo favorável para as suas políticas. O Tratado de Balfour constitui-se em uma das peças principais da política expansionista israelense de 1948, já que mesmo sendo um tratado

⁷ Declaração de Balfour, extraída de Mesa (1996, p.45): “Tenho o prazer de comunicar-lhe, em nome do Governo de sua Majestade, a seguinte declaração de simpatia que foi submetida ao Gabinete, tendo sido aprovado pelo mesmo: O Governo de Sua Majestade considera favoravelmente o estabelecimento, na Palestina, de um lar nacional para o povo judeu, e empregará todos seus esforços para facilitar a realização de tal objetivo, ficando claramente entendido que nada se fará que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judias existentes na Palestina, ou os direitos e o “status” político que gozam os judeus em outro país”.

datado da Sociedade das Nações, este se fez valer dentro da ONU posteriormente, configurando-se em uma das bases jurídicas do movimento sionista na criação do Estado judeu.

O que é relevante na declaração é que, em primeiro lugar, há muito tempo ela é a base jurídica das reivindicações sionistas da Palestina e, em segundo lugar, e mais crucial para os nossos propósitos, é que se trata de uma declaração cuja força posicional só pode ser avaliada quando se tem em mente as realidades demográficas e humanas da Palestina. [...] Não adianta lamentar uma declaração como a de Balfour. Parece-me mais útil considerá-la parte de uma história, de um estilo e de um conjunto de características que constituem a questão palestina que deve ser debatida atualmente. As afirmações de Balfour tomam por irrefutável o direito soberano de um poder colonial de dispor de um território como achar mais apropriado. (SAID, 2012, p.18)

A Declaração de Balfour é o exemplo emblemático de dezenas de declarações que vieram a mudar a vida de 700 mil palestinos, árabes ou não, e seus descendentes que posteriormente estariam condenados a sofrer intervenções de acordo com o interesse do Estado de Israel. A Declaração de Balfour constitui-se em um de vários documentos que legitimam as posturas coloniais dos grandes Estados europeus do século XX.

Edward Said vai além, e reconhece tanto a Declaração de Balfour como o restante das declarações e políticas que irão ajudar a fundamentar a reclamação sionista ao direito ao território da Palestina como uma extensão de algo mais antigo, que é a idéia mística criada de uma luta do Ocidente contra o Oriente, eternizada no ambiente acadêmico como a maneira de compreender o embate entre Ocidente e o Oriente, entre o cristianismo como religião representante de uma massa desenvolvida, imersa nos valores de progresso e justiça do iluminismo e do islamismo, religião responsável por moldar uma sociedade retrógrada, selvagem e que necessita de ser representada e colonizada. Desta forma, o sionismo encontrou no colonialismo europeu equipado com esse ideário do tempo das cruzadas um aliado forte para a consolidação do Estado de Israel.

Israel era um instrumento para manter o islamismo – e mais tarde a União Soviética e o comunismo – a distância. O sionismo e Israel eram associados ao liberalismo, à liberdade e à democracia, ao conhecimento e ao esclarecimento, àquilo que “nós” entendemos e pelo qual lutamos. Em contrapartida, os inimigos do sionismo eram simplesmente uma versão moderna do espírito alienado do despotismo oriental, da sensualidade, da ignorância e outras formas de retrocesso. (SAID, 2012, p.35).

O sionismo triunfou como movimento hegemônico na aquisição das terras na Palestina através da figura da Agência Judaica. O sionismo é o pilar que fundamenta o direito à perseguição dos nativos daquele território e do consentimento da criação do Estado de Israel, sendo este consentimento baseado nos valores que o Ocidente julga como sendo corretos, sendo que diretório judeu sionista usou como apoio às políticas que foram empregadas naquela região.

A opção sionista pela Palestina, de acordo com a obra de Isaac Akcelrud “O Oriente Médio” (1984) significava uma “opção anti-capitalista”. Isso se justifica pelo fato de que parte do grupo que veio a apoiar Theodor Herzl no desenvolvimento do sionismo acreditava que seria possível aplicar neste movimento características socialistas. Esta forma socialista sionista na Palestina é representada pelo o que conhecemos como kibutz, que são comunas rurais onde não se circula dinheiro, nem há a repressão por parte de um agente territorial como o Estado ou a polícia, sendo que todas as decisões são tomadas através de assembleias.

O movimento sionista estava dividido em várias correntes, e não era unânime a opinião de que fosse necessário construir um Estado exclusivo para os judeus. Os mais religiosos recorriam à Bíblia para se afirmarem como um povo especial, eleito por Deus, com direito a retornar à Terra Prometida. Muitos judeus socialistas, por sua vez, apostavam na criação de uma sociedade igualitária em terras palestinas, baseada no *kibutzim* (no singular, *kibutz*), fazendas comunais, geralmente leigas e sempre democráticas (YAZBEK, 1995, p.11).

Esta aliança do socialismo com o sionismo pode ser representada na figura de Artur Ruppín, judeu que fez parte do grupo que ajudou Herzl na fundação do sionismo. À Arthur Ruppín é dado o crédito pela fundação da capital de Israel, Tel-aviv, e nas palavras do próprio.

[...] O capitalismo no sentido europeu ainda não existe na Palestina, nem há no país grandes empresas industriais, sindicatos, trustes e assim por diante. Não será preciso destruir para poder construir. Os judeus que estão chegando ao país com tecnologia moderna estão em condições de determinar a ordem social (RUPPIN, 1971, *apud* AKCELUD, 1984, p. 57).

A citada tarefa de se determinar uma nova ordem social parece ter um forte tom racista. Entretanto, Ruppín é um dos sionistas que posteriormente rompem com Herzl. Para Ruppín, o sionismo de Theodor é ingênuo por não compreender a verdadeira situação da Palestina, que é a existência de um povo que reconhece naquele território o seu lar, os palestinos. Para Ruppín, o sionismo seria responsável por “[...] criar uma nova comunidade cultural do Oriente Próximo, junto com nossos primos raciais, os árabes (e os armênios)” (Ruppín, 1971, *apud* Akcelrud, 1984, p.57). Ruppín tornou-se descrente com a maneira pela qual o sionismo se desenvolveu, e a carga imperialista que o movimento acabou por pegar para si, o que era incompatível com seus planos de aplicar no sionismo através dos moldes socialistas do sistema soviético herdado da Revolução Russa de 1917.

[...] Penso que não serei mais capaz de continuar trabalhando para o movimento sionista se o sionismo não adquirir nova base teórica. A concepção de Herzl sobre o Estado judeu só era possível porque ele ignorava a existência dos árabes e acreditava poder manipular a história mundial por meio dos métodos diplomáticos [...] O sionismo nunca foi capaz de libertar inteiramente dessa concepção “diplomática” e imperialista. O júbilo com a Declaração de Balfour, como se o Estado judeu já estivesse definitivamente estabelecido, é apenas a mais recente manifestação dessa concepção errônea (RUPPIN, 1971, *apud* AKCELRUD, 1984, p. 57).

Portanto, o sionismo possuiu diversas facetas, entretanto a que predominou e fundamentou as ações que resultaram na problemática estudada foi a que se reconhecia com os valores Ocidentais liberais, a que Edward Said considera como sendo imperialista. E qual a importância de se resgatar essa discussão acerca do sionismo? Primeiramente porque o sionismo é a ferramenta utilizada para fundamentar toda a transformação do território da Palestina no Estado judeu de direito exclusivo dos judeus. E qual seria a importância disto para a Geografia? Porque o sionismo é o que regulamentou a transformação do território da Palestina em um “estranho” para o seu próprio povo. É a transformação do território em uma arma para a sua própria população. O sionismo desterritorializou o povo palestino, utilizou do próprio território para apagar e ignorar a sua existência. Ora, isto é algo puramente espacial, geográfico, por isso a necessidade de se resgatar a sua discussão.

5.5 O mandato britânico e a criação do estado de Israel

O Império Otomano desmantelou-se e através do chamado “Tratado de Lausanne” (1923) Inglaterra e França dividiram entre si o governo das regiões do Oriente Médio que pertenciam aos turcos. À Inglaterra foi dada a Mesopotâmia e a Palestina (que incluía o território da Palestina e da Transjordânia). A partir deste momento estava instaurado o chamado Mandato Britânico sob o território da Palestina.

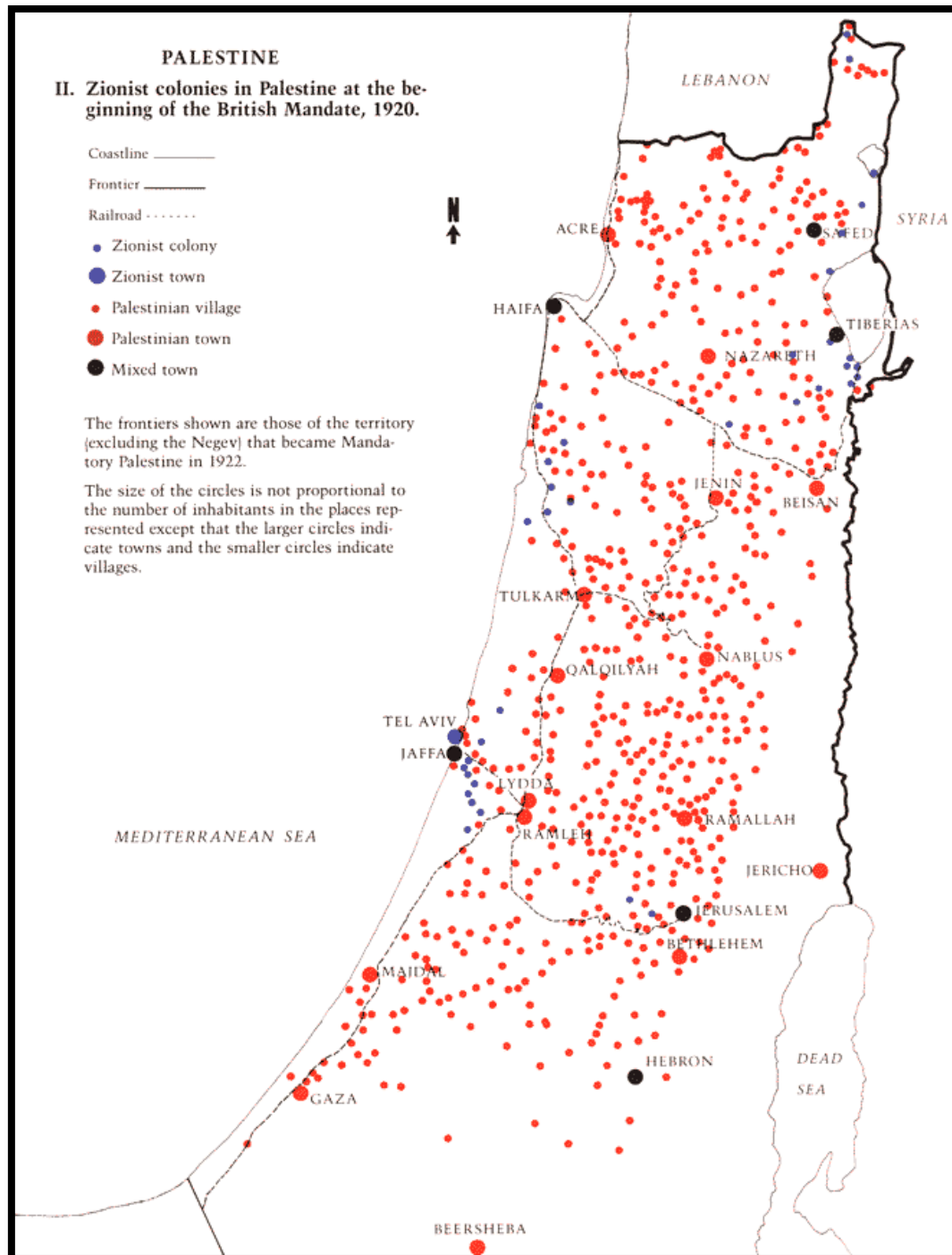
Um mandato sob um território se constitui em uma comissão legal que administrará o território em questão, assegurando uma transição de governo independente de qualquer império ou agente exterior. A tutela britânica vai de 1914 até 1948, é de acordo entre os estudiosos da temática é durante esta época que o sionismo ganha forças dentro do território da Palestina, sendo possível afirmar isto a partir do próprio “Texto do Mandato Britânico Sobre a Palestina”, de 1922 extraído de Mesa (1990, p.45).

Artigo 2º - O Mandatário assumirá a responsabilidade de instituir no país um estado de coisas político, administrativo e econômico cuja natureza assegure o estabelecimento do lar nacional judeu [...]

Artigo 4º - Um organismo judeu conveniente será oficialmente reconhecido e terá o direito de dar suas opiniões à Administração da Palestina [...] susceptíveis de afetar o estabelecimento do lar nacional judeu e os interesses da população judia na Palestina [...] A organização sionista será reconhecida como o organismo indicado anteriormente, sempre e quando, segundo a opinião do Mandatário, sua organização e constituição sejam julgadas convenientes.

O Mandato Britânico conformou-se com os pressupostos e políticas sionistas. Como afirmado por Said (2012), a política britânica tornou o sionismo seu beneficiário. Isto se explica pelo fato de que o número de judeus na Palestina entre 1922 e 1946 cresceu em média 9% ao ano. A figura 3 demonstra o início do crescimento de colônias sionistas já no começo do Mandato Britânico em 1920.

Figura 3. Colônias sionistas na Palestina no início do Mandato Britânico, 1920.



Fonte: Passia, 2014

A Sociedade das Nações foi responsável por conceder à Grã – Bretanha o Mandato da Palestina, este que compreendia uma comissão legal que substituiria um Estado na gerência da

região. É no Mandato Britânico que assistimos ao fortalecimento dos conflitos pelo território da Palestina, os quais foram impulsionados pelo acréscimo no número de judeus (Mesa, 1990).

Por exemplo, em 1931 a população judaica era de 174.606 pessoas entre um total de 1.033.314; em 1936 o número de judeus subiu para 384.078 entre 1.366.692; e em 1946 eles eram 608.225 numa população total de 1.912.112 (SAID, 2012, p. 13).

O acréscimo do número de judeus que possuíam como postura ideológica o sionismo foi o ponto inicial para os primeiros conflitos. Ambos os lados organizaram-se em movimentos de resistência e luta. Os árabes palestinos organizaram-se em “[...] greves e protestos, muitas vezes coordenados através de jornais locais”. (Yazbek, 1995, p.16). Greves gerais, protestos de grupos feministas, todos esses movimentos árabes eram respondidos da mesma maneira: ignorados pelas coordenações britânicas e revidados com violência por parte dos judeus sionistas. Durante a década de 1930 temos o surgimento dos movimentos sionistas combativos mais expressivos: o Haganah e o Irgun.

Os judeus, ao contrário, organizavam-se em movimentos armados, procurando acelerar o processo de posse e controle da Palestina. Além do Haganah, núcleo militar que posteriormente daria origem ao Exército israelense, outros grupos surgiram para intimidar a população árabe. O Irgun, organização fundada por estudantes da Universidade Hebraica de Jerusalém em 1938, ficou célebre por sua violência. [...] Em 1946, tendo como um dos seus líderes o judeu polonês Menahem Begin, o futuro primeiro ministro de Israel, o Irgun matou 91 pessoas num atentado ao hotel King David [...] Mesmo envolvidos na guerra em torno da fundação do Estado de Israel, os movimentos armados palestinos e os exércitos árabes evitavam atingir a comunidade judaica palestina, com a qual haviam convivido durante séculos. Os sionistas, porém, tinham outra conduta (YAZBEK, 1995, p.17).

Essa outra conduta dos grupos sionistas era uma pequena amostra do que o sionismo poderia produzir se conseguisse erguer um Estado comandado por seguidores de suas diretrizes. Eventos como o massacre da aldeia de Deir Yassin (1948 com um saldo de mortos incerto, comandado pelo futuro primeiro ministro israelense Menachem Begin) ou o massacre nos campos de refugiados palestinos de Sabra e Shatila ⁸ levam a necessária reflexão acerca dos valores que são dados aos árabes pelos ocidentais, que consideram que em sua maioria são os responsáveis pelos atos terroristas deste século. Brener (1997, p.23) afirma.

Na Palestina, judeus e árabes corriam contra o relógio, em escaramuças diárias. A história oficial de Israel garante que nunca houve pressões para que os árabes abandonassem suas casas. [...] Mas a extrema direita judaica se encarregava de cometer atos terroristas contra a população civil [...] Um desses ataques, a cargo

⁸ Sobre o massacre de Sabra e Shatila sugere-se assistir ao documentário - animação “Valsa com Bashir” (2008) que remonta a história dos acontecimentos do massacre.

dos grupos Irgun e Lechi, em 1948, provocou a execução de 254 árabes – a maioria mulheres, velhos e crianças – na aldeia de Deir Yassin, perto de Jerusalém. A Hagana “lamentou” o acontecido. Apesar disto, a fuga de 400 mil árabes, antes do início da guerra, foi essencial para que ocupasse importantes posições militares.

Said (2012) complementa acerca de qual postura o Ocidente adotou para julgar casos como os que a população árabe sofreu durante os anos do Mandato Britânico e a influência sionista nesta época. O Ocidente tem a tendência de adotar posturas que favorecem e ignoram manobras tais quais as que Begin e outros judeus sionistas adotaram para garantir que as terras da Palestina estivessem livres para quando o Estado de Israel se erguesse.

Durante anos a fio, Begin ficou conhecido como terrorista e não fez nenhum esforço para esconder o fato. Seu livro – *The Revolt (A Revolta)* – [...] descreve seu atos de terrorismo – inclusive o massacre indiscriminado de mulheres e crianças inocentes – em justificável (e aterradora) profusão. Admite ter sido o responsável pelo massacre de 250 mulheres e crianças na aldeia árabe de Deir Yassin, em abril de 1948. [...] não se pode dizer que as provas do terrorismo de Begin tenham sido eliminadas. Estavam lá, sempre estiveram, diante de qualquer um que discutisse a Israel moderna, e eram citadas com frequência [...] Entretanto, o consenso que decreta que os líderes israelenses são democráticos, ocidentais, incapazes de praticar o mal associado em geral aos árabes e aos nazistas [...] (SAID, 2012, p.51)

Em 1947 a Grã-Bretanha declara pretensões à renúncia do Mandato sobre a Palestina, entregando à ONU a tarefa de gerir o território e resolver a problemática instaurada com o continuo acréscimo de número de judeus no território. Com esta responsabilidade em mãos, a ONU cria o Comitê Especial das Nações Unidas na Palestina (UNSCOP em inglês) no mesmo ano para tratar dos assuntos referentes à saída do Reino Unido da Palestina e a transição para uma solução. Este órgão constituído de um grupo de pesquisadores de onze países foi responsável por estudar o conflito palestino e chegar uma possível solução.

Baseado nas conclusões do UNSCOP, em 29 de novembro a Assembléia Geral da ONU entrou em regime de votação a baseados nos relatórios daquele órgão, e desta assembléia foi decidido a partilha da Palestina. Estavam presentes 56 dos 57 países que compunham a ONU naquele ano (quadro 1). Esta sessão foi presidida pelo diplomata brasileiro Oswald Aranha, este que foi aconselhado a seguir o voto dos Estados Unidos. Dessa votação, 33 países membros votaram a favor do Plano, 13 foram contra e 10 se abstiveram.

[...] Curiosamente, EUA e URSS, que logo estariam em estado de tensão permanente na Guerra Fria, se aliaram em defesa da Partilha. Os dois queriam enfraquecer a influência britânica na região. As pressões dos EUA foram decisivas para que governos indecisos, como os das Filipinas, Haiti e Libéria, votassem a favor na Assembléia Geral da ONU, que foi presidida pelo embaixador brasileiro Oswaldo Aranha. O Brasil, aliás, também apoiou a partilha (BRENER, 1997, p.22).

Quadro 1. Países que participaram da votação da Partilha da Palestina na Assembléia Geral da ONU em novembro de 1947

Favoráveis	África do Sul, Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Bielo-Rússia, Canadá, Costa Rica, Checoslováquia, Dinamarca, Equador, Estados Unidos, Filipinas, França, Guatemala, Haiti, Holanda, Islândia, Libéria, Luxemburgo, Nicarágua, Noruega, Nova Zelândia, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, República Dominicana, Suécia, Ucrânia, União Soviética, Uruguai e Venezuela
Contra	Afeganistão, Arábia Saudita, Cuba, Egito, Grécia, Iêmen, Índia, Irã, Iraque, Líbano, Paquistão, Síria e Turquia
Abstenções	Argentina, Chile, China, Colômbia, El Salvador, Etiópia, Honduras, Iugoslávia, México e Reino Unido

Elaborado pelo autor.

Portanto, a partir de 1948, a Grã-Bretanha renunciou o Mandato sobre a Palestina e o Estado de Israel passou a existir dentro dos territórios que lhe foram concedidos dentro do Tratado de Partilha da Palestina, presente na resolução 181 da ONU.

O acordo determinava a criação de dois Estados: o Estado judaico, com 14.000 km², englobava a região de Telavive e Haifa, a Galiléia oriental e a zona compreendida entre o deserto de Neguev e o golfo de Ácaba; o Estado palestino, com 11.500 km², do qual faziam parte a Cisjordânia (na margem ocidental do rio Jordão) e a região conhecida como Faixa de Gaza. O mesmo plano previa a internacionalização da cidade de Jerusalém, a cidade sagrada de cristãos, judeus e muçulmanos. No total, os sionistas receberam dez vezes mais terra do que a que controlavam após duas décadas de presença britânica na Palestina (YAZBEK, 1995, pp.18).

Jerusalém então permaneceria como território internacional gerido pelas Nações Unidas. Sendo assim, a Israel de 1948 possuía legalmente algo em torno de 6% das terras palestinas e a população judia não era expressiva, mesmo com o grande acréscimo já apontado.

Desde o momento da votação da Partilha, os Estados da Liga Árabe já se manifestaram contra a criação do Estado de Israel dentro do território palestino e, assim que a Grã-Bretanha deixou a Palestina em 1948, David Ben Gurion proclama a fundação do Estado de Israel e assume a chefia do primeiro governo israelense. Os Estados da Liga Árabe anunciaram a primeira de várias guerras contra o Estado de Israel, esta que ficaria conhecida como a Guerra da Independência (1948). Mesmo contando com o apoio da Inglaterra, os países árabes não possuíam a estrutura

militar forte para se impor frente a Israel e o fim da guerra se deu com um cessar fogo imposto pela ONU. Com o findar do conflito, o território destinado ao Estado de Israel aumentou substancialmente, indo de 14.500 km² para 20.900 km² (CEFETSP, n.p.), enquanto o Egito ficou com o controle da Faixa de Gaza. Foi também neste conflito que começou um dos maiores problemas para o povo palestino e organizações internacionais, que é a questão dos refugiados palestinos.

O primeiro ato de David Ben Guiron como primeiro ministro do Estado de Israel foi o da chamada “Lei do Retorno” (1950), que permitia a todos os judeus que estivessem fora do território de Israel o direito à volta e ao estabelecimento territorial no seu Estado.

5.6 Conflitos, acordos e negação: o Estado de Israel na prática

Outro conflito que resultou em mudanças territoriais significativas foi o de 1967, conhecido como a Guerra dos Seis Dias (1967). O conflito teve início com ataques da Síria em direção a Israel. Entrando novamente em conflito, que teve a duração de seis dias, Israel estende suas fronteiras muito além do estabelecido em 1948. Gaza, Cisjordânia, as colinas de Golan e a península do Sinai caem em mãos israelenses, além de Jerusalém oriental. Após a Guerra dos Seis Dias, que é como ficou conhecido tal episódio, quase 70% dos palestinos – mais de um milhão e meio de pessoas – estavam em áreas de ocupação israelense. Novamente, a ONU mostrou-se ineficaz, pois através da Resolução 242 de novembro de 1967 do Conselho de Segurança da ONU exige-se que Israel devolva os territórios ocupados, situação esta que se mantém em discussão até os tempos atuais, com Israel não afirmando a sua posição de retirada dos territórios ocupados. Segue uma parte da resolução 242 da ONU que exige a devolução dos territórios para controle palestino, onde é afirmado que para o estabelecimento de uma paz duradora no Oriente Médio seria necessária a retirada das forças armadas israelenses dos territórios ocupados e o respeito pelo direito territorial.

Affirms that the fulfilment of Charter principles requires the establishment of a just and lasting peace in the Middle East which should include the application of both the following principles:

- (i) Withdrawal of Israel armed forces from territories occupied in the recent conflict;
- (ii) Termination of all claims or states of belligerency and respect for and acknowledgment of the sovereignty, territorial integrity and political independence of every State in the area and their right to live in peace within secure and recognized boundaries free from threats or acts of force; (ONU, RESOLUTION 242, 1967).

Segundo Yazbek (1995, p.28)

[...] A Guerra dos Seis Dias fez com que um número maior de palestinos caísse sob o domínio do Estado judeu: ao fim da guerra, quase 70% dos palestinos – mais de um milhão e meio de pessoas – estavam em áreas de ocupação israelense. Essa população se transformaria em poderoso contingente de mão – de - obra barata, mas ao mesmo tempo em fonte de sérios problemas para o Estado sionista.

O conflito de 1967 é emblemático porque é o conflito em que Israel mais transgride os acordos territoriais criados pela ONU. É em 1967 que o Estado judeu transgride a chamada “Linha Verde”, que são os acordos territoriais estabelecidos após o conflito de 1948 e expande o território de Israel, inclusive ocupando a Península do Sinai, que era controlada pelo Egito (devolvida em 1982), a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, territórios estes que pelo acordo da ONU deveriam ser o futuro Estado da Palestina, que, no entanto desde a ordem da ONU da partilha encontram-se sob

controle de outros atores, como Israel (Faixa de Gaza) e Jordânia (Cisjordânia). Vitorioso em 1967, Israel ocupou vários territórios, procurando utilizá-los como elemento de barganha para um tratado de paz. Com o decorrer do tempo, ficou evidente que os sucessivos governos israelenses não pretendiam devolver as áreas ocupadas, processando o que muitos especialistas denominam de anexação silenciosa.

Desapropriando vastas áreas, especialmente na Cisjordânia, criando ou permitindo que fossem criadas colônias judaicas habitadas geralmente por extremistas, criou-se uma situação cada vez mais intolerável [...] a população dos territórios é obrigada a pagar impostos para o ocupante e utilizada como mão – de – obra barata em Israel [...] As condições de vida nos territórios ocupados beneficiaram apenas uma minoria da população, que em função dos laços econômicos criados com Israel ao longo dos últimos vinte anos, constitui uma barreira contra as reivindicações nacionais dos palestinos (WALDMAN, 1988, p.1).

Posteriormente ao conflito de 1967, a situação palestina não veio a melhorar. Nos anos 70 temos uma cadeia de episódios que foram consequências do conflito dos anos 60. O episódio conhecido como “Setembro Negro”, no início dos anos 70, ocorreu devido ao grande número de palestinos que procuraram refugio na Jordânia, inclusive com a OLP abrindo sede naquele Estado. Esta grande imigração palestina criou uma situação que os especialistas chamam de “criação de um Estado dentro de outro Estado”: com a OLP, Arafat e grande contingente palestino na Jordânia, os palestinos acabaram por reforçar suas forças a partir da Jordânia, com outras organizações além da OLP se reforçando militarmente, criando uma situação de luta política entre os palestinos e o chefe de Estado. No início dos anos 70, o rei da Jordânia inicia um conflito para tirar os palestinos de seu território. Com a expulsão da OLP e dos palestinos da Jordânia, Arafat decide mover a representação palestina para o Líbano com o apoio de Nasser, o que fortaleceu a situação delicada daquele Estado, rachado entre cristãos maronitas e muçulmanos. Israel, com o apoio de Bashir Gemayel (1942 – 1982 chefe de milícia e posterior presidente do Líbano até o momento de seu assassinato) invade o Líbano e inicia o episódio conhecido como “Guerra Civil Libanesa” (1975 – 1990).

Em 1987 há o episódio conhecido como “A Intifada”, um levante popular de palestinos residentes da Cisjordânia ocupada contra o exército de Israel. Munidos apenas de armas rudimentares, como pedras e pedaços de galhos, palestinos protestaram contra a ocupação israelense e dessa maneira conseguiram visualização internacional para a situação palestina nos territórios ocupados. Segundo dados de Yazbek (1995) os números de mortos neste episódio são de dois mil mortos e vinte mil pessoas feridas. Todos estes episódios fizeram com que a OLP e Arafat abandonassem a via armada e partissem para a luta diplomática na questão palestina.

A tragédia de Sabra e Chatila e a saída dos palestinos de Beirute colocariam ponto final a um ciclo da história da Resistência, que passaria por um período de profunda reavaliação. Não lhe restavam outras áreas de ação a não ser os territórios ocupados ou as capitais dos países árabes, que abrigariam suas lideranças. A partir de então, portanto, a luta palestina pelo retorno à terra natal daria ênfase ao aspecto diplomático (YAZBEK, 1995, p.49).

Em 1991 foi realizada em Madri a Conferência de Paz para o Oriente Médio, na qual ficou estabelecido um mútuo reconhecimento de ambas as partes. O acordo ainda previa que em cinco anos Israel e a OLP iriam iniciar um diálogo sobre a situação de outros territórios ocupados por Israel. Já em 1993 temos o chamado “Acordos de Oslo”, que foram negociações entre Yasser Arafat e o primeiro ministro trabalhista Yitzhak Rabin (1922 – 1995), sendo que estas previam a abertura das negociações entre as partes, a retirada de Israel do sul do Líbano e a questão da capital Jerusalém. É a partir de Oslo que a OLP decide criar a Autoridade Nacional Palestina (ANP), sendo esta uma organização com caráter mais diplomático do que a OLP e que seria responsável por governar partes do que seriam o Estado palestino, mais precisamente a Cisjordânia e Faixa de Gaza.

Este acordo, formalmente chamado de Declaração dos Princípios, foi o primeiro acordo direto entre o governo de Israel e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). O objetivo de tal negociação era a formulação de um guia para negociações e relações futuras entre o governo israelense e os representantes do povo palestino [...] Dois fatores determinantes marcaram o desenvolvimento deste processo: os partidos políticos israelenses e a OLP, que até então não era aceita como interlocutor oficial dos palestinos por Israel. A importância destes documentos para o processo se refere ao fato de que os partidos políticos israelenses representam interesses de variados setores da sociedade de Israel e de outros países, enquanto a OLP contava com apoio de diversas nações do Oriente Médio [...] (AGUIAR, 2011, p.33)

A partir de Oslo, Arafat e a OLP retiram da Constituição palestina a previsão de destruição do Estado de Israel como um dos objetivos do povo palestino. No acordo de Oslo também estava previsto a declaração sobre os princípios de autonomia dos territórios árabes ocupados, sendo este constituído em três fases: o Acordo sobre a Faixa de Gaza e a Área de Jericó, o Acordo sobre a Preparação para a Transferência de Poderes e responsabilidades e o Acordo entre Israel e Palestina sobre a Faixa de Gaza e Jericó. Resumidamente, estes acordos são referentes à retirada do poder e exército israelense destas áreas e a transferência de poder para a Autoridade Palestina e a criação de parâmetros e estruturas no poder político, econômico e cultural para o estabelecimento dos palestinos nesta área. Anos depois, há a assinatura dos acordos “Oslo II”, que continuam sob a base de criação e fortalecimento de instituições e repasses de poder para a Autoridade Palestina com o

intuito de fomentar um Estado Palestino nas áreas da Cisjordânia e Gaza, mesmo que esse processo seja sob a tutela do Estado de Israel.

Os acordos afirmavam, portanto, o direito palestino a autogovernar-se nestas áreas através da criação de uma Autoridade Palestina Interina de Autogoverno, sendo que o governo interino deveria durar por um período de cinco anos [...] Um Comitê de Cooperação Econômica Palestino-Israelense deveria ser estabelecido visando o desenvolvimento e implementação dos programas identificados nos protocolos de acordo de maneira cooperativa. A transferência de poderes de Israel para a Autoridade Palestina, segundo o acordo, deveria ocorrer em fases (AGUIAR, 2011, p.37).

Os Acordos de Oslo liderados pelo trabalhista Yitzhak Rabin fizeram com que este fosse considerado pela ala nacionalista israelense como um traidor de sua pátria, principalmente pela figura de Benjamin Netanyahu, este que viria a ser primeiro ministro de Israel anos depois. Em 1995 Yitzhak Rabin é assassinado por um palestino, fato este que abriu brechas no processo de paz iniciado pelo israelense. Os acordos de Oslo falharam principalmente por terem sido pautados em questões pontuais, ignorando outros pontos críticos do conflito, como a questão dos refugiados e dos territórios ocupados. Será que os “100 mil colonos judeus” (Brener, 1997) instalados na Cisjordânia concordariam em deixar suas casas, ou apenas permanecer sob proteção do exército israelense enquanto um Estado árabe é erguido?

Mesmo que o acordo tenha possibilitado aos palestinos certos avanços referentes à saúde, educação, indústria, cultura e esporte, os acordos não visavam a interpretação do conflito a partir do ponto de vista de um processo, apenas remediando partes e ignorando o todo, levando a ANP e a OLP a uma crise frente a população palestina, que descrente dos acordos diplomáticos que haviam sido anunciados como a possível saída para um Estado apenas assistiam a um acréscimo dos assentamentos israelenses.

Os “acordos de paz” firmados com Israel em 1994 alimentam ilusões e ignoram a natureza expansionista/imperialista deste Estado, que negocia e, ao mesmo tempo, faz crescer o número de colônias judias nos territórios palestinos ocupados em 1948 e 1967. [...] Entre 1993 e 2005, apesar de inúmeras reuniões, conferências e acordos firmados entre a Autoridade Nacional Palestina (ANP) e o governo do Estado de Israel, e apesar das expectativas de uma paz duradoura apresentadas pelo presidente palestino eleito em 1996 com 87% dos votos, Yasser Arafat, o que se viu foi uma continuada violação dos direitos humanos e dos direitos fundamentais do povo palestino, assim como a negação do direito nacional à independência e à soberania, deixando ainda mais o sonho do Estado Palestino Laico e Democrático (BUZETTO, 2010, p.197).

Para ocupar o cargo deixado por Rabin, Shimon Peres ocupou seu lugar até que novas eleições fossem realizadas em 1996, sendo que estas elegeram Benjamin Netanyahu como primeiro

ministro de Israel. Netanyahu, político de extrema direita, prosseguiu a política de acordos com a ANP. Entretanto, a negação do direito dos palestinos ao território e a política de “negociação da paz – mas com segurança”, e a aprovação da construção de novos assentamentos judaicos na Jerusalém Ocidental em 1997 (DW, 2013) foram amostras da posição política de Netanyahu para com o processo de paz.

Netanyahu, nono primeiro ministro israelense eleito [...] bloqueou o processo de paz e intensificou a construção de assentamentos na área palestina [...] No entanto, entre 1996 e 1998, Netanyahu sofre pressão estadunidense de Bill Clinton para que seja realizada a manutenção da paz; aceitando, portanto, realizar diversas concessões, em que cidades são devolvidas à Autoridade Palestina. Neste período, é possível perceber um aumento da disseminação dos movimentos islâmicos na população palestina (AGUIAR, 2011, p.48)

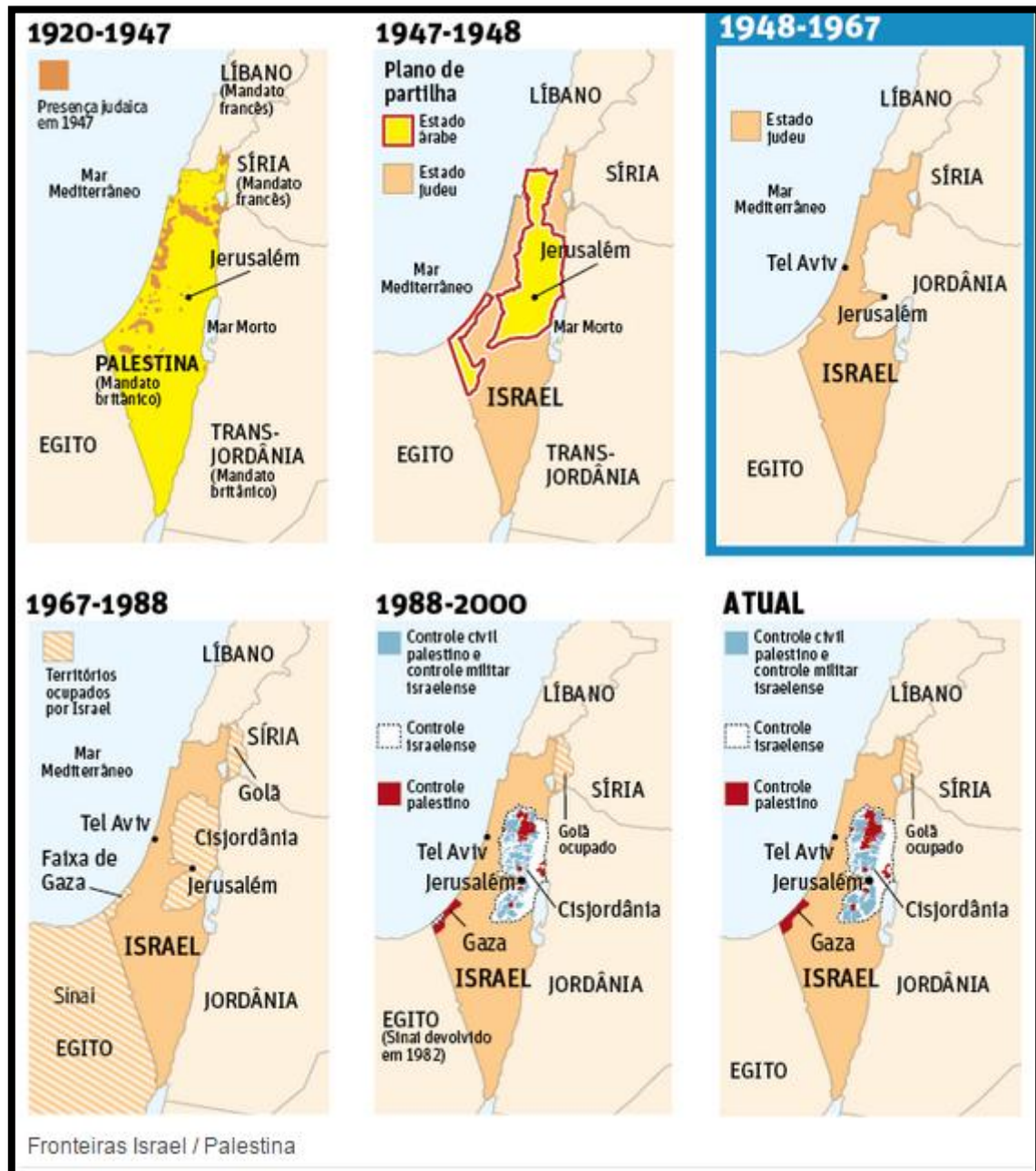
Outra tentativa de acordos entre palestinos e israelenses mediada pelos Estados Unidos foi realizada, conhecida como “Camp David” (2000). Entretanto, a negociação foi infrutífera. A continuidade das políticas israelenses fez com que o episódio da Intifada se repetisse em 2000, agora com o Estado de Israel com Ariel Sharon como Primeiro Ministro. A segunda Intifada foi uma resposta a decepção frente a escolha da luta diplomática dos dirigentes palestinos, e o descaso israelense. Em pleno início de século XXI, o Estado de Israel continuava com a política de ocupação que datava do século passado, e isto demonstrou que os acordos de Oslo e Camp David foram apenas jogadas políticas que não visavam atingir e solucionar as problemáticas do conflito. A posição política de Israel pode ser avaliada como a catalisadora para o aumento do poder de grupos extremistas como o Hamas, já que a população palestina se encontrava desacreditada com seus representantes oficiais.

No principio, os palestinos consideravam Oslo como um processo de descolonização que deveria culminar na autodeterminação e em um Estado independente ao lado de Israel nos territórios ocupados. Israel, entretanto, utilizou do processo como meio de transformar o controle militar direto que detinha em domínio indireto sobre o povo palestino [...] Até hoje, o desfecho do processo de paz de Oslo gera revolta em diversos estudiosos, pois ao fim deste tornou-se visível que a intenção israelense no decorrer do processo não fora abandonar seus assentamentos, mas ganhar tempo para prosseguir com a colonização dos territórios ocupados, substituindo o objetivo de alcançar a paz duradoura, por um interminável processo de paz (AGUIAR, 2011, p.49).

No ano de 2005, Israel retirou os assentamentos e exército da Faixa de Gaza, passando o controle da área para a ANP. Em 2006 o Hamas ganhou a maioria das cadeiras nas eleições do Conselho Legislativo da Palestina (CLP), o que lhe permitiu formar um novo governo na Autoridade Nacional Palestina. O Fatah, que havia ganhado a maioria das cadeiras na primeira

eleição em 1995 saiu derrotado desta eleição. Após a eleição, em 2007 há a ocorrência do episódio conhecido como “A Batalha de Gaza”, confronto entre Hamas e Fatah, sendo que este último sai derrotado e o Hamas consegue pleno poder político sobre a Faixa de Gaza, que permanece até os tempos atuais. Todo este jogo de constantes mudanças de controle territorial está ilustrado a seguir (figura 3).

Figura 4. Evolução da situação territorial da região e a constante mudança dos controles territoriais.



Fonte: Folha de São Paulo, 2014

Com a chegada de Barack Obama à presidência dos Estados Unidos, as negociações entre Israel e ANP voltaram a serem realizadas. Ao mesmo tempo, Hamas continua o controle na Faixa de Gaza, controle este que se estabelece a partir de uma frente armada e uma frente beneficente de construção de escolas, hospitais e reconstrução da Faixa de Gaza, o que fez com que o grupo e partido político angariasse maior apoio da população. Em 2014, o embate entre governo israelense e

Hamas voltou a se intensificar em um conflito que terminou com um saldo de 2.130 mortos do lado palestino e 69 mortos do lado israelense.

Após este levantamento histórico é possível deslocar o território para o centro da discussão. Os territórios ocupados são o elemento que constitui no motor para a perpetuação do conflito, pois o território, ao mesmo tempo, justifica a identidade palestina e, na sua ausência, torna o palestino um povo sem território, condicionado a uma situação adversa, onde controle territorial torna a população palestina “refém” dentro do território que estes reconheciam como sendo seus. É na negação do direito de existir através de um território de Israel acaba por fomentar o aumento do conflito e o surgimento de posições extremas em ambos os lados conflitantes. Dificilmente o conflito entre o Estado de Israel e palestinos terminará se ambos os lados não se reconhecerem como de direito a autodeterminação e existência a partir de um território próprio. Há outras políticas territoriais que não foram abordadas neste capítulo, mas que serão explanadas nas próximas páginas.

6. UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DA QUESTÃO PALESTINA

Com o advento do Estado – nação como ator responsável pelo modo de organização institucional da sociedade, a noção de território deixou de ser apenas uma simples demarcação de terras. A emergência do Estado e a modernidade deram ao território mais significações, estas que muitas vezes passam despercebidas. O Estado tornou-se o agente que possibilitou a junção de elementos comuns, tais quais como a língua, os valores culturais e políticos, institucionalizando-os e tornando assim como valores que se refletem e são significantes sob um dado grupo. As fronteiras deixaram de serem apenas traçados para se tornarem instrumentos de coerção social e poder, transformando a história de diversas sociedades apenas com uma ínfima mudança em sua forma.

Desta forma, a territorialidade, o adjetivo referente ao sentimento de pertencimento a um dado território, passou a ser um instrumento para conquista territorial. Os diferentes atores envolvidos nas mudanças territoriais apreenderam algo que possui pouca discussão nas ciências sociais – e aí encontra-se a brecha que a geografia intervir, demonstrando que o território, a territorialidade e o Estado - Nação são construções sociais, que, portanto devem ser analisadas e interpretadas, sendo estas as únicas maneiras para transformações que alterem realidades que possam necessitar de intervenção.

[...] Thus territory becomes one of the most important grounds for the existence of national identity. [...] Thus together with the formation of the system of the nation-states, territoriality and the fixing of the borderlines have become one of the major arguments of being. In such a way territory becomes more than just a geographical category. It is translated into a symbol of the nation, embracing and designating the collective self. The individuals too, always perceive themselves in relation to a particular space, determined by territorial borders. [...] Moreover, territoriality is not only a means to gain power but also a particular way to define the collective self. This explains why in the traditional modernist society territoriality engenders rather stable and unambiguous identities. The individuals tend to identify themselves with their native land or own country [...] In the nation-state there is a fixed organization of space into localities, regions and in the end into a common national community, understood as a shared common territory, culture, historical memory, legal rights and duties [...] territorial borders do not always comprehend and co-exist with real cultural community (PETKOVA, 2006, p.29).

O Oriente Médio, juntamente com o continente africano, é um ótimo exemplo a ser observada para se entender esta linha de pensamento. O termo Oriente Médio começou a ser utilizado no século XX como designação militar geográfica para a região entre a Arábia e a Índia. Disputado entre as potências ocidentais européias e o império Russo, o Oriente Médio desde o século XIX já é desenhado conforme o interesse das potências imperialistas.

Para Said (2007) o Oriente não é apenas uma invenção do Ocidente, como também a região geográfica que serviu de base para a construção social e política que hoje conhecemos como Europa. Ao transitar por países como Portugal e Espanha percebem-se desde a arquitetura até ao idioma a grande influência dos povos árabes na constituição desses países, sem contar na influência indiana na Inglaterra, da turca na Alemanha e etc.

O Oriente não é apenas adjacente à Europa; é também o lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias européias, a fonte de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma das imagens mais profundas e mais recorrentes do Outro. [...] O Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) com sua imagem, idéia, personalidade, experiências contrastantes (SAID, 2007, p.28).

Portanto, os territórios com suas fronteiras e Estados não passam de construções sociais que são mantidas ou não a partir de interesses particulares. Desta forma, o Estado em questão deste trabalho, o Estado de Israel, não foge a regra. O sionismo deu as bases política e cultural para justificar a sua existência, e as potências européias apoiaram através de suas instituições e acordos. O Estado de Israel parece fugir da visão de mundo que Said (2007) chama de *Orientalismo*; o Estado erguido pelas forças judias é uma potência ocidental, industrializada e moderna, que não pode ser comparada aos seus vizinhos árabes.

Esta razão de ser de Israel é conceituada nas ciências através do conceito de “Estado artificial”. Estados artificiais constituem, segundo Alesina; Easterly; Matuszeski (2006, p.2) em “[...] states are those in which political borders do not coincide with a division of nationalities desired by the people on the ground”. Ou seja, são Estados que possuem suas fronteiras desenhadas, mas não através da história e escolhas políticas de sua população, mas sim através de um agente externo, sendo estes geralmente potências colonizadoras. Estas fronteiras geralmente são frutos de tratados pós-guerras, e são consideradas desrespeitosas no sentido em que não levam em conta as divisões culturais, étnicas ou lingüísticas da população existente. Sendo assim, o adjetivo artificial vem no sentido de caracterizar um Estado que não é fruto de um processo político próprio da população lá existente, mas sim externo.

Estes Estados artificiais podem possibilitar o surgimento de diversos problemas, sendo que Alesina; Easterly; Matuszeski (2006, p.3) enumera quatro. O primeiro deles é que quem desenha as fronteiras artificiais concede o controle deste território a um grupo em particular, excluindo outro que possivelmente também reclama o controle desta terra. Segundo ponto é a divisão através destas fronteiras que separará grupos étnicos, causando uma grande fissura sócio-cultural. Terceiro ponto é que há a possível combinação de diferentes grupos que desejam independência em um mesmo território. Estas fronteiras artificiais não podem ser interpretadas como algo estável no desenrolar da

história política da sociedade. Depois de instauradas, elas vão sendo redesenhadas pelos grupos de maior poder dentro daquele território, sendo que este ajuste pode não refletir o desejo da maioria da população daquele território. O Estado de Israel aprovado pelas Nações Unidas em 1948 é, através da explicação anterior, comprovadamente um Estado artificial. Com uma extensão fronteiriça politicamente pensada, Israel abandonou as fronteiras dadas pelas potências estrangeiras somente em 1967. Acerca disto, a historiadora Beatriz Bissio vem a acrescentar.

Eu considero que grandes partes dos problemas que hoje vive a África e que vive o Oriente Médio decorrem da criação do que chamamos de Estados artificiais. Também acredito que não havia também alternativa; não acredito que seja um erro histórico dos que tiveram a frente do processo da negociação, da luta pela independência fazer de outra forma (no caso dos grupos que se aliaram a potências estrangeiras na luta pela sua independência, e que depois não tiveram seus desejos atendidos, como foi o caso dos árabes na Palestina). Mas, é um fato que as fronteiras que hoje tem os Estados que conhecemos da África e do norte da África, se falarmos no recorte do mundo arabizado ou árabe do Oriente Médio, foram fronteiras cuja a definição obedeceu a um período de dominação. Então, é muito difícil se dizer quais seriam as outras fronteiras possíveis. Mas possivelmente se tivesse havido um processo de, digamos assim, imposição de uma reflexão própria e não do que vieram importadas de fora, outras teriam sido as formas que teriam estes Estados. As fronteiras, digamos assim, em si mesmas, talvez nem seja a parte mais importante, mas sim a questão a que veio junto com as fronteiras, que foram formas de governo e estruturas administrativas que respondiam ao que se considerava no Ocidente o que deveria ser universal. E que na verdade, pelo o que a história nos mostra de quanto sangue já correu por conflitos que tenham origens nestas questões, na verdade não era assim. Então eu chamo de Estados artificiais aqueles Estados que surgem a via independente do período de luta pós colonialismo, e que por circunstâncias históricas concretas não se questionam as fronteiras que são herdadas dessa época de domínio estrangeiro (BISSIO, Beatriz, 2014).

Israel, como um Estado criado através de políticas internacionais de atores externos foi bem sucedido na criação do imaginário nacional e internacional que fizessem valer a sua razão de ser e controle daquela parte do território do Oriente Médio. Isto se deu através da forte conexão desenvolvida entre a importância do território como único elemento possível de oferecer uma identidade nacional a aquele povo. O já citado sentido do espaço (*raumsinn*) presente na obra do geógrafo prussiano nos oferece esclarecimentos. Este sentido do espaço teria equivalência com o que entendemos como identidade territorial, e esta segundo Ratzel não advém de traços igualitários de língua ou cultura, mas sim pertencimento a um dado território. O sionismo soube criar este forte laço para valer seu argumento do direito pelo território da Palestina. A identidade judaica, através da linha de pensamento fornecida pelo sionismo, encontraria seu máximo através do território. Sendo assim, o sentido de espaço judaico só se valeria a partir da presença do povo que o sionismo considerava como herdeiro daquele território, o próprio povo judeu. O sionismo desenvolveu uma

linha de pensamento em que “*volkgeist*” (espírito do povo) era totalmente interligado com o “*raumsinn*”, desenvolvendo o nacionalismo judaico – sionista. Diferentemente de alguns nacionalismos, onde a identidade cultural é o elemento mais forte, o que predominou neste caso foi o território. Deste modo, esta visão veio a ignorar a existência do povo palestino, renegando uma possível via de criação de um Estado que abarcasse o direito dos dois, pois ambos possuem uma identidade cultural que se vale daquele território.

O sionismo é responsável por ter desenvolvido uma nação totalmente voltada para o sentido iminente necessidade de um Estado territorialista. Ratzel observava um Estado com o anseio de unificação e criação de uma identidade através do território, e paralelamente, salvo as diferenças, foi o que os sionistas fizeram com o território de Israel. Desta forma, o sionismo foi a ideologia necessária para escamotear o fato de que Israel era na verdade um Estado artificial criado para a implementação da instalação do contingente judeu daquela época, e posteriormente para a visão de que as fronteiras dadas pelos agentes externos não eram suficientes, e que necessitavam ser expandidas.

A condição de ser um Estado artificial dentre vários vizinhos árabes fez com que o povo judeu, e a opinião externa, não se enquadrassem no que é considerado como civilização oriental, o que contribuiu para a visão de que Estado de Israel seria um Estado “fortaleza” (PAPPE, 2006). A função das fortalezas é a de manter distantes presenças indesejadas tanto dentro quanto próximas de suas localizações, e a medida utilizada para o erguimento e manutenção de sua existência foi o que Pappe (2006) chama de “limpeza étnica”.

[...] expulsion by force in order to homogenise the ethnically mixed population of a particular region or territory. The purpose of expulsion is to cause the evacuation of as many residences as possible, by all means at the expeller’s disposal [...] ethnic cleansing is an effort to render an ethnically mixed country homogeneous by expelling a particular group of people and turning them into refugees [...] the expelled are then erased from the country’s official and popular history and excised from its collective memory. From planning stage to final execution, what occurred in Palestine in 1948 forms a clear – cut case, according to these informed and scholarly definitions, of ethnic cleansing (PAPPE, 2006, p. 3).

A importância de adicionar este conceito ao desenvolvimento do trabalho consiste no fato de se entender que a limpeza étnica é um ato que está restritamente relacionada com o território, pois sem o vincular juntamente com a ação o ato não se realizará. A limpeza étnica é uma ação que consta nos órgãos internacionais de proteção aos direitos humanos como um ato de crime internacional contra a humanidade. Entretanto, por que as ações levadas a cabo que resultaram na formação do Estado de Israel em 1948 não constam no registro histórico como um evento de

limpeza étnica? Segundo Pappe, as organizações internacionais enxergam 1948 apenas como uma alegação de limpeza étnica, que não encontra respaldo nem provas suficientes que tornariam a acusação sólida. A compreensão da maneira pela qual a utilização do território se dá para continua manutenção desta ação pelo Estado de Israel é o objetivo deste trabalho. Ou seja, a ação é a limpeza étnica, e o meio pelo qual isto se dá é o território, e nos propomos à realização de uma leitura para a compreensão de todo esse processo.

[...] evidentemente se há uma imigração maciça de fora, no caso de judeus, estas pessoas tem que ser instaladas em algum lugar, elas vão começar a disputar território. Uma parte desse contingente advinha e de famílias abastadas que vieram a financiar esta “volta ao lar” dos judeus. Portanto, não faltou dinheiro para primeiro comprar terras de árabes muito ricos que não moravam lá, deixando como presença física os que chamamos de “servos da terra”. Então, para estes proprietários não havia aquele apego a terra e muitas dessas terras palestinas foram vendidas aos judeus que imigraram. Este foi um momento, mas depois houve uma luta pela terra derivada do uso da força. Começa aquela etapa, que hoje muitas vezes se quer apagar da história da imigração israelense que pelos códigos de hoje não teríamos nenhum problema de chamar de terrorista, que foi de fato. Através de grandes atentados terroristas que se foi impondo uma situação de fato de expulsão da população para o angário das suas terras (BISSIO, Beatriz, 2014).

A manutenção da fortaleza construída ao redor do Estado de Israel é sustentada através da existência da construção conhecida como o “Muro da Cisjordânia”. Condenada pelo Tribunal Internacional de Haia, o Muro da Cisjordânia configura-se em uma política de cunho territorial e, mesmo sendo repreendido internacionalmente, continuou a ser erguido. Isso vem a confirmar que não há regulamentações democráticas dentro das relações internacionais. Os Estados agirão de forma que seus interesses sejam protegidos a qualquer custo e a sua soberania e exercício de poder não sejam influenciados por opiniões terceiras.

Barreira ou muro? *In loco*, a escolha, ditada oficialmente por motivos técnicos, cabe ao exército [...] De acordo com os documentos oficiais israelenses, os militares e os responsáveis pela segurança, a obra em construção é uma “barreira de segurança”. Para os palestinos, é um “muro de anexação” [...] Várias organizações palestinas a batizaram de “muro de apartheid”. Em seu parecer consultivo de julho de 2004, a Corte Internacional de Justiça das Nações Unidas decidiu usar a palavra “muro” para designar todo o conjunto do muro – barreira (BACKMANN, 2012, p.14).

No ano de 2002, Israel começou a construir o “Muro da Cisjordânia”, que mais tarde também receberia o apelido de “Muro da Vergonha”, termo designado a muros de separação pós Muro de Berlim que são erguidos a partir de decisões políticas de separação de contingentes dentro de um mesmo território. Sua concepção é datada do ano de 2001 quando o primeiro ministro da época, Ariel Sharon cria o chamado Comitê Diretivo Nacional sob Conselho de Segurança (NSC

em inglês), com o objetivo de criar saídas que evitassem a entrada ilegal de militantes palestinos no território de Israel. É neste conselho que será concebido a barreira, esta que bloqueia a entrada a pé e a carro em Israel ao longo da chamada “Seam Zone” (em tradução livre “zona de costura, seria uma faixa de terra que se estende em ambos os lados da Linha Verde.

Na verdade, a única decisão então tomada pelo governo Sharon seria, como registram os documentos publicados pelo Ministério da Defesa israelense, ordenar a 23 de julho de 2001 o estabelecimento de uma ‘zona de separação’ entre Israel e as regiões controladas pela Autoridade Palestina. (BACKMANN, 2012, p.52)

Com a extensão aproximada de 679.262 km o Muro da Cisjordânia (mapa 2) ainda está em fase de construção. Perpassando tanto pelo território israelense quanto pelos Territórios Ocupados e o que seria restringido ao mandato da ANP, o Muro da Cisjordânia divide opiniões.

“Com uma largura de 50 a 60 metros, podendo ser vista das colinas rochosas da Cisjordânia [...] ela começa, do lado palestino, com um obstáculo formado por rolos de arame farpado [...] seguidos por um fosso ‘antiveículos’ com profundidade de 2,50 metros e largura de 3 a 5 metros”. (BACKMANN, 2012, p.84).

Para os israelenses, o Muro da Cisjordânia é uma barreira de segurança; já para a outra parte atingida, o muro erguido é uma barreira, um muro de anexação. Segundo Backmann (2012), a idéia de um Muro separando israelenses e palestinos já é datada de tempos atrás, sendo

[...] formulada pela primeira vez 25 anos antes da criação do Estado de Israel, por Vladimir (Zeev) Jabotinsky, o “pai” ideológico do Likud⁹. Em artigo de novembro de 1923 que ficaria famoso, o teórico do revisionismo sionista, sonhando com a criação do Estado judeu nas duas margens do Jordão preconizou a construção de uma “muralha de ferro” para protegê-lo da “rejeição árabe”. (BACKMANN, 2012, p.41).

⁹ Partido político israelense que congrega a direita conservadora. Menachem Begin, Ariel Sharon e Benjamin Netanyahu são alguns dos políticos que fizeram parte do partido.

ANP. De acordo com a ilustração, há 54% por cento de áreas declaradas como palestinas a leste da barreira, ou seja, dentro do território ao alcance dos judeus.

Um ponto interessante a destacar é que a ONU, através da Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo 25, no parágrafo 1 diz que “everyone has the right to a standard of living adequate for the health and well-being of himself and of his family, including food, clothing, housing and medical care and necessary social services [...]” (1948, pp. 76). A importância destas linhas está na necessidade de apreender que os tratados que possam ferir os interesses dos Estados, como os dos Direitos Humanos, encontram dificuldades em funcionar. Israel enfrentou quaisquer políticas de Direitos Humanos que a ONU possa ter imposto as quais ferissem os seus interesses, principalmente no que se refere ao desenho de suas fronteiras provenientes do pós-guerra de 1967 e ao modo de tratamento dado aos cidadãos palestinos em seu território, como no caso do Muro da Cisjordânia, construção que é condenada pelo Tribunal Penal Internacional de Haia.

O Muro vai do norte ao sul da Cisjordânia e viola a chamada “linha verde”, fronteira estabelecida em 1948. Apenas 11% da extensão total do muro respeitará a fronteira histórica, o resto ocupará uma média de 20 quilômetros dentro do território palestino. [...] O resultado do parecer da Corte Internacional de Justiça sobre as consequências legais da construção do muro da Cisjordânia, divulgado no último dia 9 de julho, determinou muito apropriadamente a suspensão imediata da construção e a derrubada do muro nos trechos já erguidos, fato esse que representa para os palestinos uma vitória moral. (KALOUT, 2004, p.16).

Outras informações podem ser retiradas do mapa: dos palestinos afetados diretamente pela existência do muro, 10,2% encontram-se isolados do outro lado, 8,9% encontram-se separados de culturas que foram anexadas pelo muro e 3,1% foram separadas pelas sessões do muro construídas nas proximidades do assentamento de um assentamento chamado Ariel.

Pesquisas realizadas por uma rede de organizações não governamentais palestinas mostram que 51 das cidades e aldeias palestinas das regiões administrativas de Jenin, Tulkarem e Qalqilya foram diretamente afetadas pela construção da barreira. A zona de separação consumiu 1.500 hectares de suas terras, causou a destruição de mais de 100 mil árvores e isolou, do outro lado da barreira, cerca de 10 mil hectares de terras cultivadas, de oliveiras, laranjeiras, limoeiros e pastagens. Metade dessas 51 localidades, com uma população de mais de 165 mil habitantes, está separada de suas terras cultiváveis, a maioria das quais não dispõe de mais de sistema de irrigação (BACKMANN, 2012, p.93)

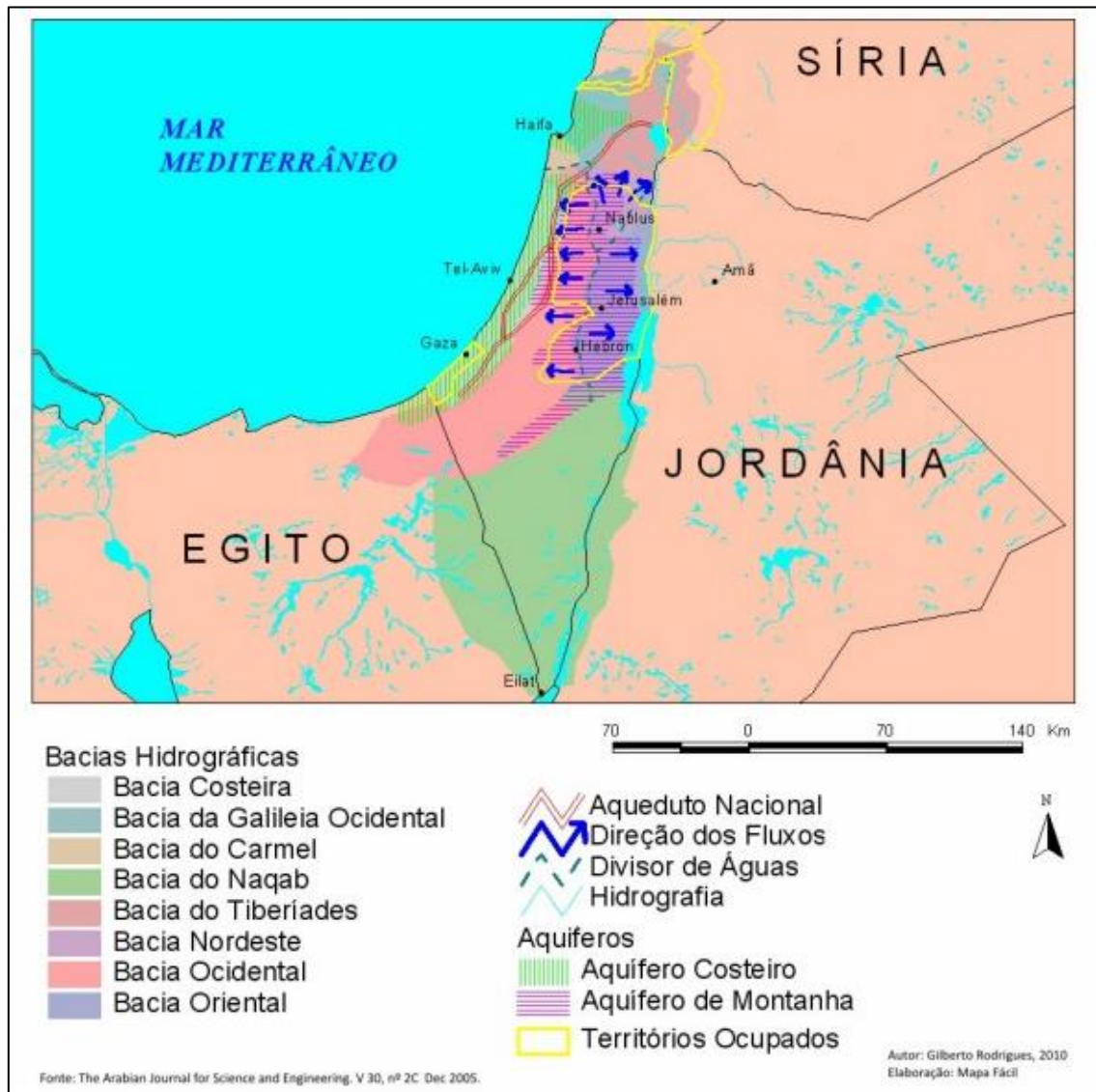
Da área total do Vale do Jordão, principal fonte de abastecimento de água da região, 2500 km² Israel vem a controlar cerca de 2000 km² enquanto os palestinos têm acesso e controlam 5000 km². Ou seja, os israelenses, segundo o mapa chegam a controlar 85% do acesso a água da região.

Os recursos hídricos são, na prática, em grande medida, controlados pelo Estado de Israel, trazendo benefícios para a população israelense, sobretudo para os colonos da Cisjordânia, o que causa e causará sérios entraves para o processo de paz [...] Os palestinos acusam o Estado de Israel de ter uma política discriminatória em relação a água. Em torno de 39% da água consumida pelos palestinos é fornecida pela Companhia Nacional Israelense de *Mekorot*, e, ainda segundo a ONG B'Tselem, entre 160 mil e 200 mil palestinos não possuem serviço domiciliar de água potável e são abastecidos por caminhão pipa. (RODRIGUES, 2010, p.144)

Israel, Cisjordânia, Gaza e os Territórios Ocupados são abastecidos através de duas formas, que são as águas superficiais e as águas subterrâneas (mapa 3). No segundo quesito¹⁰, a região é abastecida por dois sistemas de aquíferos: o aquífero da Montanha, situado em grande parte da Cisjordânia e em pequena parte de Israel e o aquífero Costeiro, estendido por quase toda a faixa costeira israelense até Gaza. A configuração territorial implica que a exploração deste recurso seja entendido como uma questão de águas fronteiriças, fator este que vem a complicar os acordos entre as duas partes. Segundo Ferreira (2012, p.190) “águas fronteiriças são águas que escoam em bacias hidrográficas internacional isto é: bacias que pertencem a mais de um país”.

¹⁰ Segundo Rodrigues (2010, p.126) “o aquífero Costeiro é conectado ao de Gaza, onde está sua área de recarga. Já o aquífero da Montanha subdivide-se em três grandes unidades: de Leste, de Oeste e o de Nordeste. Todos possuem a área de recarga nas montanhas situadas na Cisjordânia e adentram o território israelense. O aquífero do Leste faz parte de uma bacia internacional que é a do Jordão. Isso nos coloca uma questão importante. Segundo Daibes (2003), os aquíferos de Oeste e de Nordeste podem ser considerados em conjunto com Israel. Porém, o aquífero de Leste não deve ser considerado da mesma forma, e sim exclusivamente palestino”.

Mapa 3. Aquíferos e Bacias Hidrográficas que abastecem Israel e Territórios Ocupados.



Fonte: Rodrigues (2010).

Percebe-se pelo explanado e a observação do mapa de que a compreensão do conceito de território e o levantamento histórico anteriormente realizado nos possibilitam agora uma melhor compreensão do contexto geográfico do conflito. O controle ao acesso e distribuição dos recursos hídricos constitui-se em um trunfo nas mãos dos detentores deste poder.

A água como qualquer outro recurso, é motivo para relações de poder e conflito [...] O controle e/ou a posse da água são sobretudo de natureza política, pois interessa ao conjunto da coletividade [...] A água é então um trunfo tão precioso quanto a vida que ela cria (RAFFESTIN, 1993, p. 231).

Sendo assim, juntamente com a questão do solo propriamente dita, a questão da água constitui-se em mais um dos fatores necessários a ser levados em questão na análise da

problemática. Na geografia ratzeliana não há menções acerca da importância dos recursos hídricos, somente menções acerca da importância do Estado de tirar proveito dos recursos que são existentes dentro de seu espaço circunscrito. Já Raffestin, desenvolve uma discussão acerca dos recursos renováveis e não renováveis, afirmando ser esse recurso, juntamente com o solo cultivável, um trunfo poderoso, imerso dentro de um centro de estratégias múltiplas, que encontram no desenvolvimento das técnicas as possibilidades de melhorar o acesso e o uso destes recursos. Este fato é crítico para o povo palestino quando refletimos acerca da enorme diferença entre os avanços tecnológicos entre a sociedade israelense e a palestina referente à tecnologias de recursos hídricos.

Esses assentamentos e a política geral do governo israelense determinam o controle das fontes de água, e este é um dos temas mais escabrosos, digamos assim. Porque hoje, em vários depoimentos em que colhi nessa recente viagem, falam de que somente 9% da água que antes iam para a agricultura nas áreas palestinas estão livres, o resto já foi desviado; o que na verdade está absolutamente inviabilizando a possibilidade de desenvolver a região da Cisjordânia de forma adequada. Então possuímos um problema territorial concreto (BISSIO, Beatriz, 2014).

E a questão dos recursos hídricos está estritamente relacionada com a questão do Muro da Cisjordânia. O muro vem a anexar 10% da Cisjordânia ao Estado de Israel, e segundo Backmann (2010, p.214), essa anexação vem a ser na região das colinas limítrofes da planície costeira israelense, sendo esta área preciosa por conter reservas de água. Os territórios ocupados da Cisjordânia, segundo a figura, estão posicionados estrategicamente sobre as áreas do aquífero da Montanha e sobre a bacia oriental.

Na verdade, os palestinos perdem nessa região, por causa da barreira, três quartos da produção de água disponível nos últimos anos e quase totalidade do potencial de produção do lençol aquático. Um prejuízo tanto maior na medida em que a exploração das reservas de água do subsolo da Cisjordânia já é muito desequilibrada: os israelense utilizam 80% e os palestinos 20%. Sob esse ângulo, a barreira revela-se uma continuação lógica e mesmo um complemento histórico do empreendimento de colonização iniciado há quase quarenta anos (BACKMANN, 2010, p.214).

A “Linha Verde” é o traçado decidido por Israel e os países envolvidos na Guerra da Independência de 1949, fazendo parte do chamado “armistício israelo-árabe de 1949”. Este traçado seria a representação da divisão territorial do que cabe ao Estado de Israel e o que caberia a um futuro Estado Palestino nos territórios da Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Entretanto, desde a “Guerra dos Seis Dias” (1967), o Estado de Israel vem a ignorar esta divisão criada entre os países e começou, através de suas políticas territoriais a expandir o território israelense para dentro do que seria guardado ao governo Palestino.

Na verdade, a única decisão então tomada pelo governo Sharon seria, como registram os documentos publicados pelo Ministério da Defesa israelense, ordenar a 23 de julho de 2001 o estabelecimento de uma ‘zona de separação’ entre Israel e as regiões controladas pela Autoridade Palestina. (BACKMANN, 2012, p.52)

Para René Backmann (2012), a leitura dos mapas da região condiz com algo que já foi sugerido em 2000, nas negociações de Camp David entre Israel e Yasser Arafat. É a fragmentação da Cisjordânia, já que este território liberto da Jordânia no fim dos anos 40 permanece sem uma jurisdição permanente de nenhum Estado, sendo que algumas frações sob o controle dos palestinos, entretanto tendo as fronteiras controladas pelo Estado de Israel. Constituindo-se apenas em teses, nessas políticas territoriais há possibilidades de traçar parâmetros entre teoria de Ratzel e a realidade. Nas leis de crescimento espacial dos Estados, Ratzel afirma que as fronteiras seriam os órgãos periféricos do Estado, sendo o suporte e a fortificação de seu crescimento, e participam de todas as transformações do organismo do Estado. Sendo órgãos, estas fronteiras sempre permanecerão em atividade, se expandindo ou retraindo, sendo as responsáveis pelo crescimento ou diminuição deste Estado.

A própria dinâmica geopolítica de Israel é uma comprovação da tese de que o Estado é dinâmico. Suas fronteiras nunca foram estáveis durante seu tempo de existência, isto devido ao estado de guerra permanente e também ao fato de que a Israel interessa sempre a expansão, sendo este movimento necessário para a afirmação do direito de existir daquele Estado e da luta dos judeus para a instauração da democracia ocidental naquela região. Somado a isto, há a lei do geógrafo prussiano ¹¹ que afirma que as posições valiosas são importantes a um Estado que anseia o crescimento perpetuo. Por posições valiosas subtendem-se áreas geográficas valiosas por sua posição e acesso a diversos recursos. O se visualiza na região é exatamente isto: através de políticas territoriais, como o Muro da Cisjordânia, Israel satisfaz esta lei e possibilita a expansão de seu domínio regional em detrimento da existência palestina. Este fato se relaciona com a primeira lei de Ratzel, que é a que afirma que as dimensões do Estado crescem com a cultura. Pela extrema necessidade de uma relação forte entre sociedade e Estado, a cultura se constitui no elo relacional entre as duas instâncias, e neste fato Israel se mostra bem sucedido. O fato da existência e permanente construção de novos assentamentos em áreas que por decretos internacionais seriam dos palestinos é uma prova de que a cultura que o Estado de Israel implantou em sua sociedade é uma só, a da expansão continua como maneira de garantir a existência e soberania do Estado, da mesma maneira que Ratzel pensava a sociedade alemã que viria a ser naquele Estado jovem e unificado.

¹¹ Para recapitulação acerca das “leis de crescimento espacial” de Friedrich Ratzel ver página 39.

Conseqüentemente, para que a cultura da expansão territorial possa se efetivar no território o governo israelense lança mão de diversos dispositivos, sendo que estes acabam tendo como resultado final o que Raffestin (1993) chama de “discriminação espacial”. Este tipo de discriminação interessa a este trabalho exatamente pelo fato de que para que possa ser cumprida é necessária a utilização e transformação do território.

Uma primeira discriminação pode ser de natureza espacial. O grupo A pode impor ao grupo B uma localização determinada, uma certa região do território, um bairro específico na cidade etc. A discriminação espacial raramente é a única discriminação pela qual um grupo pode ser atingido; ela em geral é acompanhada de outras medidas, mas é conveniente analisá-la primeiro sozinha. Na prática, a discriminação espacial tende a interditar, aos membros do grupo B, o acesso às outras partes do território, de uma forma total ou parcial. [...] Trata-se portanto de isolar o grupo B, para melhor controlá-lo e dominá-lo. Melhor dizendo, as relações do grupo B com o espaço são determinadas pelo grupo A. (RAFFESTIN, 1993, p.133)

Toda linha de pensamento anteriormente apresentada e discutida tem como objetivo final respaldar e justificar o exercício da chamada discriminação espacial. A transformação do território através de políticas e dispositivos que apenas respondem a um estrato da sociedade, etnia ou grupo condiz ao que Raffestin entende como discriminação espacial. O autor afirma a necessidade de se estudar este tipo de discriminação sozinha primeiramente por conta de que ela muitas vezes pode estar imersa em diferentes questões que torna difícil apreender os seus reais objetivos. Este tipo de discriminação pode se dar de duas formas: voluntariamente pelo grupo excluído ou forçosamente. Na primeira categoria, Raffestin cita o caso dos guetos judaicos, pois os judeus presentes nestes guetos “[...] não estavam ali por vontade da Igreja ou do Estado, mas por uma conseqüência de suas tradições ou hábitos” (RAFFESTIN, 1993, p.134).

Portanto, a discriminação pode advir do próprio grupo que a sofrerá, constituindo-se em uma escolha para separar a sua cultura de outra que possa ser dominante no local aonde esta sociedade se encontra. Mas o segundo exemplo é o que nos interessa. A este dado ponto do trabalho, já podemos afirmar que Israel possui um governo que se utiliza do seu poder territorial para a manutenção de um Estado que torna o território algo externo para a sociedade palestina. Portanto, o sistema territorial que Raffestin debruça o seu estudo foi criado e mantido, em Israel, de maneira a possibilitar a exclusão de Israel dentro de si mesmo, e os palestinos de fora de sua realidade. Há diversos exemplos que juntamente com o Muro da Cisjordânia possibilitam que a discriminação espacial tenha um resultado efetivo no território.

Eles também cobriram a Cisjordânia com uma rede de novas rodovias e caminhos ligando todas as colônias a Israel sem passar por concentrações urbanas palestinas. Do ponto de vista dos planejadores militares israelenses, essa rede, construída – assim como as colônias – em terras confiscadas aos aldeãos palestinos, tem um outro interesse: constitui um obstáculo para o desenvolvimento das aldeias palestinas. (BACKMANN, 2012, p.203)

A anexação da Cisjordânia, que de acordo com o Plano da Partilha de 1948 deveria fazer parte de um Estado palestino, é um plano que lentamente se faz concreto na região. No documento oficial da organização Gush Emunim “Master Plan for Settlement in Judea and Samaria” (1980), o grupo representante da direita pró-assentamentos e de políticas de expansão territorial, afirma que o plano dos governos de Israel deveria ser de implementação de o maior número possível de assentamentos no território.

Our control of a region is a function not only of the size of the population resident there, but also of the size of the area in which this population exercises its impression and influence (B'TSELEM, 2002, p.13).

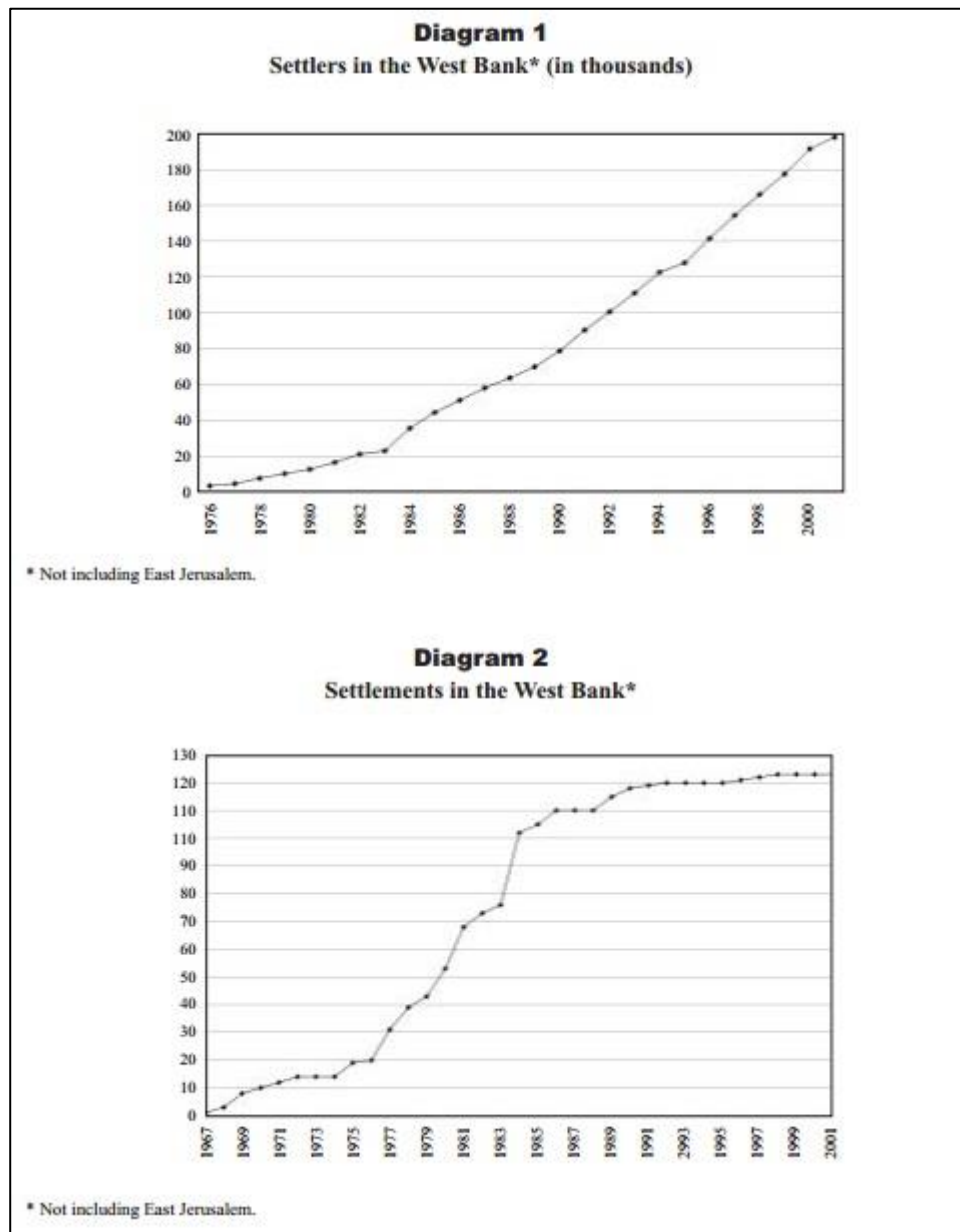
Desta forma, a função dos assentamentos se constitui somente em assegurar maneiras para o contingente judeu sobreviver e prosperar em Israel, mas também o de exercer uma influencia uma soberania territorial que deve se irradiar por todo o território, de maneira a propagar o possível direito único e inalienável de um grupo de ser parte daquele território.

Definimos assentamentos como uma tentativa israelense de ocupar a terra confiscada na Guerra de Junho de 1967. Assentamentos são ilegais do ponto de vista do direito internacional. Diversas organizações internacionais e tratados endossam isso [...] Além disso, assentamentos são vistos pelos palestinos e por outros acordos internacionais como uma violação do direito palestino à autodeterminação e também aos princípios de direitos humanos como definidos pelas Resoluções das Nações Unidas: n.637 (assegurando o direito à autodeterminação); n.2.625 (também autodeterminação, porém com uma visão mais nova da 637); n.3.089 (igualdade de direito à terra); e o art. 2/17 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (declarando que ninguém deve ser despojado à força de sua propriedade) [...] Se os assentamentos não forem desmantelados ou evacuados, eles ficarão sob soberania palestina, não terão nenhuma forma de exclusividade etnonacional e os residentes não palestinos serão considerados residentes estrangeiros. (HASSASSIAN, 2002, p.197-198)

O crescimento do número de assentamentos, a criação do Muro da Cisjordânia para resguardar esta presença são demonstrações de que o crescimento e expansão territorial de Israel vão além da razão para assegurar a sua existência. Os diagramas (figura 3) e a tabela 1 são dados recolhidos pela B'TSelem que vem a demonstrar o crescimento irrefreável dos assentamentos, em particular na Cisjordânia (referida em inglês como West Bank), e consequentemente o número de colonos israelenses nestes assentamentos. Os diagramas mostram a evolução dos assentamentos israelenses

e da sua população residente na Cisjordânia. Os dados começam a ser representativos a partir do ano de 1967 (tabela 1), ponto crucial para o governo israelense com a vitória na Guerra dos Seis Dias, que provocou grande êxito palestino, e abriu a oportunidade para os israelenses tomarem a política dos assentamentos como uma via para marcar o pertencimento daquelas áreas, principalmente a Cisjordânia, como de pertencimento israelense. Nota-se o grande salto a partir dos meados dos anos 70, época conturbada no Oriente Médio devido a Guerra de Yom Kipur (1973), a segunda e terceira fase da crise do petróleo (1973 e 1979), a invasão do Líbano (1980) são exemplos do contexto político da época na região que podem explicar a razão pela qual o governo israelense optou intensificar a instalação deste contingente na região: reforçar a visão de pertencimento do território.

Figura 5. Assentamentos na Cisjordânia (em milhões)



Fonte: B'TSelem (2014).

Tabela 1: Assentamentos e assentados na Cisjordânia

Ano	Número de Assentamentos	População (em milhares)
1967	1	Desconhecido
1968	3	Desconhecido
1969	8	Desconhecido
1970	10	Desconhecido
1971	12	Desconhecido
1972	14	Desconhecido
1973	14	Desconhecido
1974	14	Desconhecido
1975	19	Desconhecido
1976	20	3.2
1977	31	4.4
1978	39	7.4
1979	43	10
1980	53	12.5
1981	68	16.2
1982	63	21
1983	76	22.8
1984	102	35.3
1985	105	44.2
1986	110	51.1
1987	110	57.9
1988	110	63.6
1989	115	69.8
1990	118	78.6
1991	119	90.3
1992	120	100.5
1993	120	110.9
1994	120	122.7
1995	120	127.9
1996	121	141.5
1997	122	154.4
1998	123	166.1
1999	123	177.5
2000	123	191.6
2001***	123	198

*Não incluído Jerusalém Oriental

**Estes dados se referem aos números de assentamentos reconhecidos pelo Ministério do Interior

***A partir de 31 de setembro de 2001(data provisória)

Fonte: B'TSelem (2014)

Apelidados de “muros invisíveis”, os assentamentos israelenses constituem-se em entraves para o desenvolvimento do próprio povo palestino. Isto se justifica por conta do próprio território: todos

os objetos geográficos erguidos para facilitar os fluxos destas áreas apenas são acessíveis e respondem apenas aos israelenses, já nos palestinos o efeito é ao contrário. Já citado anteriormente, as rodovias junto com os checkpoints e postos de controle, por exemplo, são dispositivos usados para o controle do fluxo e efetivação da discriminação espacial. Portanto, o apelido justifica-se por estas construções não serem políticas efetivas de controle de fluxo, mas acabam por possuírem as mesmas finalidades e resultados.

O fato é de que é um território que supostamente seria o Estado palestino, independente existem inúmeros assentamentos ilegais judaicos israelenses. Estes têm em geral as melhores terras da região na qual estão, sendo construções altamente fortificadas e armadas; acabo de chegar de lá, a gente vê as fortificações com arames farpados e lá dentro construções que nos chamam a atenção: prédios, uma infra estrutura de primeira linha. Entretanto, lá dentro, claro em torno do arame farpado, eles vivem praticamente prisioneiros da própria realidade que eles criaram. Mas com todo a favor, porque em torno desses assentamentos tem tanques, tem tudo (BISSIO, BEATRIZ 2014).

Essa realidade que Beatriz Bissio (2014) cita é aquela construída através do nacionalismo pautado nos princípios sionistas, que cria essa realidade onde os israelenses excluem os palestinos, sendo que, no entanto também estão excluídos atrás dos muros, fortificações e redes, justificando ainda mais a expressão de “fortaleza Israel”, esta que inviabiliza um possível acordo entre ambas as partes do conflito. No entanto, não podemos ser ingênuos: da mesma maneira que o nacionalismo judeu e o sionismo intensificam esta problemática, do lado árabe há a questão dos extremistas com leituras errôneas do islã justificando atos violentos, julgado como terroristas. Sendo assim, ao território é encarregada a função de ser a base para a justificação destas posturas político-ideológicas.

Em “The Invisible Walls of Occupation” (2014) B’TSelem realiza um estudo de caso com a aldeia de Burqah, no distrito de Ramallah, uma das maiores cidades palestinas da Cisjordânia. Entre as denúncias, há a sobre a ligação de Burqah com Ramallah. Durante a Segunda Intifada, Israel alterou as vias entre as duas localidades, privilegiando o acesso aos israelenses. De acordo com o documento, as políticas territoriais israelenses tornaram a cidade, antes uma localidade importante devido a influência de Ramallah, uma vila isolada, impossibilitando aos palestinos o acesso a serviços oferecidos em Ramallah, como saúde, educação e comércio. Somado a isto, o documento denuncia o uso da violência física contra os palestinos residentes nas áreas ocupadas por israelenses, o vem a somar dentro do processo de discriminação espacial.

This change in traffic is the result of Israel's policy of keeping most Palestinian traffic in the West Bank apart from the roads serving settlers, reserving the main roads for settlers and directing Palestinian traffic to alternative bypass roads. The change has had a crucial impact on all aspects of life in the village. [...] One hundred and forty seven families (60% of the families in the village) are landowners. Since 1984, Israel has taken over parts of the land belonging to 112 families. It has done so through requisition orders for military needs, expropriation orders or by building settlements – without any official process – on land belonging to the residents. In addition, all areas beyond the settlements' access roads are considered off-limits to Burqah residents. (B'TSELEM, 2014, p.11-17).

O sistema territorial que Raffestin (1993) nos possibilita a compreensão da maneira pela qual o poder influenciará na circulação e na comunicação, lembrando que ambos os movimentos estão conectados e não se auto-excluem, pois o ser humano ou os próprios bens “[...] são portadores de uma informação e, assim, ‘comunicam’ alguma coisa”. (Raffestin, 1993, p.200). Raffestin aponta que a circulação é a “[...] imagem do poder” (p.202). Diferentemente da comunicação, que pode ser mascarada através das estratégias de poder, a circulação dificilmente consegue ser mascarada por conta da própria infra-estrutura existente para a sua função. Entretanto, no caso estudado transparece que há pouca conscientização acerca dos reais impactos que essa infra-estrutura citada causa aos diferentes grupos presentes neste território.

O que acontece é que a circulação e comunicação no território obedecem somente a um ator territorial, o que possuir mais poder. Sendo assim, afirmamos juntamente com Raffestin que “[...] o espaço não é um dado, mas uma criação. [...] há laços decisivos entre a ocupação do espaço e uma certa orientação da vida social” (1993, p.210). Desta forma, a exclusão da população palestina à rede construída pelo Estado de Israel. Portanto, percebe-se que a discriminação espacial possui diversas facetas mascaradas em políticas territoriais. Se a circulação é a imagem do poder, a sua inibição é a imagem da coerção e da discriminação. É a utilização máxima do exercício do poder para a transformação territorial.

[...] as questões e os conflitos de interesses surgem das relações sociais e se territorializam, ou seja, materializam-se em disputas entre esses grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um, ou seja, materializam-se em disputas entre esses grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um, ou seja, do modo mais adequado aos seus interesses [...] Relações de poder supõem assimetrias na posse de meios e nas estratégias para o seu exercício, e o território é tanto um meio como uma condição de possibilidade de algumas dessas estratégias (CASTRO, 2005, p.96).

A geopolítica do Estado de Israel se faz a partir da adequação do território da região de acordo com as intenções e objetivos de sua política. Esta política tem a sua origem no sionismo clássico, que com o desenrolar da história transformou-se em uma ideologia com forte poder influenciador e transformador territorial. Há mais exemplos de discriminação espacial no território israelense que a geografia pode auxiliar na compreensão, como no caso da questão da cidade de Jerusalém e a desapropriação e proibição de circulação palestina em áreas específicas. Desta forma, o conflito entre ambos os estratos daquela sociedade não estão somente na esfera ideológica, como também territorial. Como construção social, o território objetiva e é objetivado pelo homem. Para que a justiça territorial seja algo concreto, é necessária a transformação, esta que só passa a existir a partir do momento que o homem toma consciência de seu papel como agente territorializador. Objetos territoriais como os mencionados apenas demonstram o quanto a sociedade moderna ainda não está pronta para a discussão acerca da construção do território mais justo e igualitário.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente entendido como um Estado artificial, Israel deixou de passar esta imagem, pelo menos na questão de consolidação territorial. Não há fundamentos atuais que possam considerar uma total “desinstalação” do Estado de Israel daquele território, como sendo uma resposta justa a questão palestina. No entanto, há uma segunda via que acredita na possibilidade da existência um Estado binacional naquele território e outra que acredita que o Estado de Israel deve recuar e devolver as fronteiras de 1967. Não há como afirmar qual dessas vias, ou outras existentes, seriam capazes de reverter o quadro atual, no entanto, com o findar da pesquisa é capaz de afirmar que a devolução das fronteiras de 1967 é uma saída que pode ter bons resultados.

Os assentamentos israelenses são construções que exercem uma dupla função: a de possibilitar a instalação do contingente populacional e o de servir de força para expansão territorial do Estado israelense. Dificilmente estas instalações serão desativadas para uma devolução destas áreas aos palestinos. No entanto, há de ser necessária a formação de um governo que possa responder aos palestinos acerca destas reivindicações. A ANP possui diversos problemas internos, principalmente quando o assunto é o Hamas, que impede atingir a população palestina de maneira que esta a enxergue como um representante legítimo. Ao Hamas foi concedido o poder sobre a Faixa de Gaza, e não é difícil compreender a razão pela qual isto ocorreu. Através da via extrema combinada com assistencialismo, o Hamas soube responder as reivindicações da população palestina em Gaza, região que possui o apelido de “gueto palestino”. Gaza é uma região com baixos índices pluviométricos, baixo desenvolvimento econômico e de infra-estruturas, com uma população em sua maioria formada de refugiados. Já o governo israelense trava todo tipo de diálogos e acordos enquanto a ANP não resolver a questão com o Hamas, algo que está longe de acontecer. E enquanto isso, a construção de assentamentos está longe de ser freada.

Talvez o maior dos desafios seja o de lutar contra a polarização entre as partes conflitantes. Como já discutido, em ambos os lados há a justificação da existência social através do pertencimento ao território, tanto no sionismo quanto no islamismo extremista. É neste contexto que os geógrafos podem inserir seus trabalhos. Conscientizar a opinião regional e internacional de que esta divisão é exatamente uma construção social realizada através do apoio das potências internacionais da época da partilha, e que hoje encontram respaldo na figura dos EUA e da ONU. Essa realidade de polarização ideológica é objetivada, antes de tudo, pela geografia. A geografia dos Estados geralmente são construções sociais, criadas pelas conquistas e acordos territoriais que desenham os Estados nacionais. No entanto, no nosso estudo de caso a realidade territorial foi,

primeiramente, fruto dos anseios de potências estrangeiras para o controle regional, sendo que agora a realidade se desenha de outra forma, pelo menos no caso de Israel, que diferentemente outros exemplos de Estados artificiais, já se encontram consolidados.

Sendo um Estado binacional, com as fronteiras de 1967 devolvidas ou não, o que é necessário refletir seria sobre a criação de um diálogo que possibilitasse a construção da visão de que as partes, judeus e árabes, são antes de tudo povos orientais. Não sendo possível incluir os povos judeus como sendo povos árabes, sendo já resolvida esta discussão, o que permite concluir que esta seria uma afirmação complicada. O que viria a unir os povos ali seria uma identidade regional. Outra questão que surge é a pensar o que significaria um Estado palestino consolidado na região. Seria possível o surgimento de uma nação, após esta experiência de quase 70 anos de conflitos constantes. A população palestina no exílio não é a mesma população palestina que escolheu por permanecer em Israel e nos Territórios Ocupados. Seria possível um Estado palestino que possuísse um modelo constitucional que fizesse frente ao israelense, e que se tornasse uma potência regional que traria equilíbrio e que fosse o ator responsável por um diálogo com os outros Estados árabes?

Estas questões esbarram na própria natureza política e comportamental do Estado palestino. Pode soar arriscado utilizar a palavra “comportamental” ao se referir à um Estado, pois como uma das conclusões finais acerca da aplicabilidade dos autores, mais em específico a Ratzel, é necessário ter em mente que o que foi desenvolvido pelo geógrafo prussiano não é totalmente possível de ser utilizado no estudo de caso específico. A visão organicista ratzeliana não é um fato comprovado, no entanto permite que o pesquisador, quando a utiliza de forma a ser um direcionamento a sua análise, delinear as políticas do Estado em estudo a partir de suas possíveis reais intenções. A natureza comportamental a que nos referimos é a questão de Israel ser, em pleno século XXI, um Estado com expansionista. Esta razão de ser nos leva a relacionar esse comportamento com o conceito de espaço vital ratzeliano. A necessidade de expansão territorial, que com o passar dos anos o sionismo conseguiu assimilar a razão de ser do judeu israelense, tal qual Ratzel acreditava ser importante na questão da unificação e criação do Estado alemão, possibilita que o governo leve em adiante os projetos de anexação silenciosa da Cisjordânia e a pressão à Gaza, que uma vez já ocupada, hoje pode ser entendida como um “gueto” palestino e leva a questão da auto intitulação do Estado de Israel ser um “Estado judeu” a um patamar ideológico, com graves implicações territoriais (BISSIO, 2014), tais quais vimos durante o desenvolvimento da pesquisa. Durante a partilha, ambos os Estados pensados para aquela região eram Estados constituídos a partir de uma visão multi-

étnica, esta que foi totalmente ignorada iniciando o que seria uma limpeza étnica (BISSIO, 2014). A visão de que o crescimento e a evolução de um Estado estão diretamente relacionados com o seu crescimento em extensão territorial parece não ter sido superada pelo Estado de Israel, o que permite a sua relação com o que foi desenvolvido por Ratzel.

As questões levantadas na pesquisa, como exercício do geógrafo a discriminação espacial deve ser denunciada através de todas as maneiras possíveis. É necessário que toda população residente, seja palestina ou não, possa ter acesso ao território, e dessa forma assegurar maneiras de desenvolvimento humano que os possibilitem a inserção na sociedade. A Raffestin coube a contribuição para o entendimento da maneira pela qual os processos e dispositivos utilizados para a discriminação espacial funcionam e quais são os seus impactos. Isto se observa nas análises acerca da na questão dos recursos hídricos, discutida neste trabalho, mesmo que o acesso seja desigual, haverá um momento em que ambos os lados ficarão sem o acesso à água.

Ratzel já afirmava que um Estado forte era aquele que tinha domínio sobre seus recursos. Pois bem, o domínio total de um recurso passa pela parte do abastecimento e segurança para a parte que o recebe. Se esta via não estiver consolidada, a própria existência do Estado pode não estar assegurada, pois o conflito dentro do seu seio será uma constante, como já é há 66 anos. A política de expansão deve ser deixada para trás, como uma demonstração das políticas coloniais. Podendo soar utópico devido ao ambiente das políticas e relações internacionais, mas o abandono das políticas de expansionismo e a criação de uma agenda de agregação – agregar esse contingente excluído e discriminado – soa como uma saída possível para a estabilização política.

A escolha pelo conceito de território como eixo norteador desta pesquisa foi profícuo pelo fato de que a escala geográfica que ele permite analisar possibilitou a construção de uma linha de pensamento onde a formação sócio espacial do Estado em questão foi revista de maneira a salientar as intenções, os jogos de poder e as ideologias por trás da existência dos objetos geográficos mencionados, das políticas territoriais nacionais e internacionais, da construção e funcionamento das redes e dos posicionamentos políticos do próprio Estado de Israel quanto de outros Estados e organizações envolvidas.

O território não pode ser mais utilizado de maneira a efetivar e justificar práticas tais quais a da limpeza étnica. É necessário o desenvolvimento de pesquisas que alertem e denunciem estas práticas ilegais e que ferem os direitos humanos. Desta forma, aí está a necessidade da reflexão acerca do conceito de território, para que o seu uso pela sociedade seja o mais justo possível. Isto só se efetivará quando análises tais como esta não possam mais ser realizadas utilizando como

respaldo teorias como a de Ratzel, que estudava e apoiava um regime nacionalista expansionista. Um futuro deve ser desenhado de pesquisas que sejam feitas para o território justo e humano. Portanto, a eliminação dos rastros do colonialismo deve ser realizada, mesmo que para a afirmação disto é necessário a crença de que as relações de poder e o jogo político internacional possam ser feitos de maneira diferente, ou pelo menos com instrumentos reguladores, como a ONU que assegurem isto. No entanto, estes panoramas otimistas são apostas para que realidades como a retratada nesta pesquisa deixem de existir, e que o geógrafo seja chamado para o estudo crítico direcionado para políticas territoriais que incluam as pessoas, e não o contrário.

8. REFERÊNCIAS

AGUIAR, P. H. **Os Acordos de Oslo (1993) – Consequência e Causa das Intifadas**. Trabalho de Conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais PUCRS. Porto Alegre, 2011. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40286/000827762.pdf?sequence=1>>, acessado em 07 de setembro de 2014.

AKCELRUD, I. **O Oriente Médio: origem histórica dos conflitos: imperialismo e petróleo: judeus, árabes, curdos e persas**. 4ed. São Paulo: Atual; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1984.

ALESINA, A. ; EASTERLY, W. ; MATUSZESKI, J. **Artificial States**. Disponível em <<http://www.nber.org/papers/w12328.pdf>> , acessado em outubro de 2014.

ALLEN, M. **Árabes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

ARCASSA, W. **Karl Haushofer: A Geopolitik Alemã vai à Guerra**. Trabalho de conclusão de curso apresentado para o título de bacharel em geografia na Universidade Estadual Paulista, Campus Experimental De Ourinhos. Ourinhos, São Paulo, 2011.

B'TSELEM. **Land Grab: Israel's Settlement Policy in the West Bank**. Disponível em <https://www.btselem.org/download/200205_land_grab_eng.pdf> , acessado em outubro de 2014.

B'TSELEM. **The Invisible Walls of Occupation: Burqah, Ramallah District a Case of Study**. Disponível em <http://www.btselem.org/download/201410_invisible_walls_of_occupation_eng.pdf> , acessado em outubro de 2014.

BACKMANN, R. **Um Muro na Palestina**. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

BEATRIZ, B. **Entrevista com a Profª Drª Beatriz Bissio**. (Maio de 2014). Entrevistador: Samir Eid Pessanha.

BRENER, J. **As Guerras entre Israel e os Árabes**. 1ed. São Paulo: Scipione, 1997.

BUZZETO, M. A Questão Palestina e as Relações Internacionais. *In: RECRIE: Revista de Ensaios dos Cursos de Relações Internacionais e Economia*, nº1. São Paulo: Porto de Idéias, 2010.

CARVALHO, M. B. DE. **Dimensão Antropogeográfica Dos Movimentos Migratórios**. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-5.htm>>, acessado em 19 de junho de 2014.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO PAULO. **Palestinos X Israelenses**. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/palestinosisraelenses3.html>>, acessado em 20 de agosto de 2014.

CHEMERIS, H. **Os Principais Motivos Que Geraram Os Conflitos Entre Israelenses E Árabes Na Palestina (1897-1948)**. Trabalho de Conclusão de Curso PUCRS, Porto Alegre, 2002.

Disponível em: <http://www.pucrs.br/ffch/neroi/mono_revista.pdf>, acessado em 07 de agosto de 2014.

DEUTSCHE WELLE. **1995: Assassinato de Itzak Rabin**. Disponível em:

<<http://www.dw.de/1995-assassinato-de-itzak-rabin/a-666789>>, acessado em 05 de setembro de 2014.

EBRAICO, P. R. B. M. **As opções de geopolítica americana: o caso do Golfo Pérsico**.

Dissertação de mestrado no Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. 2005, PUC, Rio de Janeiro.

FARAH, P. D. **O Islã**. São Paulo: Publifolha, 2001.

FERREIRA, A. N. O. **Bacias Hidrográficas Transfronteiriças em Roraima**. Disponível em

<<http://ufr.br/ppgsof/index.php/component/phocadownload/category/4-anais-comunicacao.html?download=113:014>>, acessado em outubro de 2014.

FONT, J.N.; RUFI, J.V. **Geopolítica, Identidade e Globalização**. São Paulo: Anneblue, 2006.

GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar**. 8 ed., Rio de Janeiro, 2004.

GONZÁLEZ, M. El Egipto de Nasser en la Dinámica de las Relaciones Internacionales. In: **Ab Initio**, nº1.

Disponível em: <dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3712094.pdf>, acessado em agosto de 2014.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

HASSASSIAN, M. Soberania palestina: viabilidade e segurança. In: DUPAS, G. ; VIGEVANI, T. (Org.). **Israel-Palestina: A construção da paz vista de uma perspectiva global**. São Paulo: Edunesp, 2001.

JONES, M.; JONES, R.; WOODS, M. **An Introduction to Political Geography**. Disponível em:

<<http://books.google.com.br/>>, acessado em junho de 2014.

KALOUT, H. A. O contencioso Israelo-Palestino, a Corte de Haia e a Construção do Muro: Uma vitória moral suplanta uma política de humilhação. In: **Boletim Meridiano 47**, Brasília, Vol. 5, N. 47, ago. 2011. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/4229/3540>>, acessado em agosto de 2014.

KAPLAN, R. **A Vingança da Geografia – A Construção do Mundo A Partir da Perspectiva Geografia**. São Paulo: Elsevier, 2013.

LAKATOS, E. ; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed., São Paulo: Atlas, 2003.

LAURENS, H. A partilha do Oriente Médio. In: **Biblioteca Diplô**, tradução de Jô Amado, abril 2003. Disponível em: <<http://diplo.org.br/imprima604>>, acessado em agosto de 2014.

MARCONDES, D. **Iniciação à História da Filosofia**. 6ª ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2010.

MESA, R. **Palestina, fundamentos históricos e jurídicos do direito a autodeterminação do povo palestino**. Brasília: Liga dos estados árabes, 1990.

MORAES, A. **Ratzel: Geografia**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MORESI, E. **Metodologia de Pesquisa**. Disponível em <<http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>> , acessado em agosto de 2014.

MOTTA, P. **O Nacionalismo Judaico: os projetos de Ahad Ha'am, Theodor Herzl e Dov Ber Borochoy**. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Pedro_MotaO_Nacionalismo_Judaico.pdf> , acessado em 20 de agosto de 2014.

OLIC, N. B.; CANEPA, B. **Oriente Médio e a Questão Palestina**. 2 ed., São Paulo: Moderna, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolution 242 (1967) of 22 November 1967**. Disponível em: <<http://unispal.un.org/unispal.nsf/0/7D35E1F729DF491C85256EE700686136>> , acessado em 12 de agosto de 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **General Assembly Resolution 217 (A) III**, 1948. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/043/88/IMG/NR004388.pdf?OpenElement>> , acessado em agosto de 2014.

PAPPÉ, I. **The Ethnic Cleansing of Palestine**. England: OneWorld Publications, 2006.

PETKOVA, D. **Postmodernism, Territoriality and Identity**. Disponível em <https://www.academia.edu/5478426/Postmodernism_Territoriality_and_Identity> , acessado em setembro de 2014.

PFRIMER, M. A relação entre o solo e o Estado - Capítulo I: O Estado como organismo ligado ao solo in: **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**. Edição nº29, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/viewFile/74186/77829>> , acessado em 10 de junho de 2014.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REALE, G. ; ANTISERI, D. **História da Filosofia: Do Romantismo até nossos dias**. 8ª ed. , 3º vl. São Paulo: Paulus, 2007.

RODRIGUES JR, G. S. **Geografia Política e Recursos Hídricos Compartilhados: o Caso Israelo - Palestino**. 2010. 243f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), USP-FFLCH, São Paulo, 2010.

SAQUET, M. A. Entrevista Prof^o Claude Raffestin. (2006, Turim, Itália). *In: Revista Formação*. N.15, vl.1, p.01-05. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/686/713>>, acessado em agosto de 2014.

SAID, E. **A Questão da Palestina**. 1 ed. São Paulo: Edunesp, 2012.

SAID, E. **Orientalismo: O Oriente como a Invenção do Ocidente**. Ed. De bolso. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

VESENTINI, W. **Repensando A Geografia Política. Um Breve Histórico Crítico E A Revisão De Uma Polêmica Atual**. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/rdg/ojs/index.php/rdg/article/download/11/9>>, acessado em 15 de junho de 2014.

VESENTINI, W. **Geografia Política E Geopolítica: Determinismo E Possibilismo?** Disponível em: <<http://www.geocritica.com.br/determinismo.htm>>, acessado em 19 de junho de 2014.

WALDMAN, M. A Guerra nos Territórios Ocupados. *In: Jornal PT São Paulo*. São Paulo, nº48, p. 8-8, 01 de jan. 1988.

YAZBEK, M. **Palestinos: Em Busca da Pátria**. São Paulo: Ática, 1995.

APÊNDICE